



CONSULTORIA
ENGENHARIA
GERENCIAMENTO

ARAUCO

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) Linha de Transmissão 230kV

VOLUME II / TOMO III – DIAGNÓSTICO MEIO
SOCIOECONOMICO

CURITIBA – PR
MAIO/2024

STCP Engenharia de Projetos Ltda.

Rua Euzébio da Motta, 450, Juvevê
Curitiba/PR - 80530-260 - +55 41 3252-5861
www.stcp.com.br |    

VOLUME I – CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- I. INTRODUÇÃO;
- II. INFORMAÇÕES GERAIS;
- III. JUSTIFICATIVA DO EMPREENDIMENTO;
- IV. ESTUDOS DE ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E LOCACIONAIS;
- V. COMPATIBILIDADE COM PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS COLOCALIZADOS;
- VI. ABORDAGEM METODOLÓGICA;
- VII. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

VOLUME II – TOMO I – ÁREAS DE INFLUÊNCIA E DIAGNÓSTICO MEIO FÍSICO

- VIII. ÁREA DE INFLUÊNCIA (AIS)
- IX. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL: MEIO FÍSICO

VOLUME II – TOMO II – DIAGNÓSTICO MEIO BIÓTICO

- IX. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL: MEIO BIÓTICO

VOLUME II – TOMO III -DIAGNÓSTICO MEIO SOCIOECONÔMICO

- IX. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL: MEIO SOCIOECONÔMICO

VOLUME III – PROGNÓSTICO, IMPACTOS AMBIENTAIS E PROGRAMAS AMBIENTAIS

- X. POTENCIAIS IMPACTOS
- XI. PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS
- XII. PROGNÓSTICO AMBIENTAL
- XIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VOLUME IV – ANEXOS E APÊNDICES

VOLUME V – ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO – EAR

RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

Sumário

IX DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	8
3 Meio Socioeconômico	8
3.1 Metodologia e fontes consultadas	8
3.1.1 Levantamento de dados secundários	8
3.1.2 Levantamento de dados primários	9
3.2 Dinâmica Populacional.....	18
3.2.1 Perfil Demográfico	18
3.2.2 Perfil Socioeconômico.....	20
3.3 Infraestrutura Básica e de Serviços.....	25
3.3.1 Educação e grau de ensino da população local	25
3.3.2 AID	29
3.4 Atividades Produtivas	30
3.4.1 AID	32
3.5 Dinâmica Econômica.....	33
3.5.1 Emprego e renda.....	33
3.5.2 AID	35
3.6 Arrecadação Municipal	37
3.7 Dinâmica Territorial	38
3.7.1 Ocupação Territorial	38
3.7.2 Planos, programas e projetos governamentais e não governamentais	44
3.8 Mobilidade Urbana	53
3.9 Uso e ocupação do solo	56
3.9.1 Propriedades na Área Diretamente Afetada – ADA.....	59
3.10 Zoneamento Municipal.....	76
3.11 Equipamentos e Serviços Públicos.....	76
3.11.1 Educação	76
3.11.2 Saúde.....	79
3.11.3 Segurança.....	82
3.11.4 Assistência Social.....	84
3.12 Comunidades Tradicionais e Assentamentos Rurais	85
3.12.1 Terras Indígenas – TIs.....	85
3.12.2 Comunidades Remanescentes Quilombolas – CRQs	86

3.12.3	Assentamentos Rurais.....	86
3.13	Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	90
3.13.1	Sítios Arqueológicos.....	90
3.13.2	Patrimônio Material	95
3.13.3	Patrimônio Imaterial	95
3.14	Lazer, Turismo e Cultura	97
3.15	Organização Social	98
3.15.1	Percepções sobre o Empreendimento na AII.....	98
3.15.2	Percepções sobre o Empreendimento na AID	100

Índice de figuras

Figura 1.	Organograma do diagnóstico do meio socioeconômico.	8
Figura 2.	Roteiro de entrevista – páginas 1 e 2.	11
Figura 3.	Roteiro de entrevista – páginas 3 e 4.	12
Figura 4.	Principais aglomerados urbanos na AII.....	14
Figura 5.	Entrevistas com Instituições AII.....	15
Figura 6.	Entrevistas com moradores da AID	16
Figura 7.	Pontos Entrevistas AID.....	17
Figura 8.	Distribuição relativa por sexo e grupos de idade da população residente Inocência, Selvíria e Mato Grosso do Sul (2010 e 2022)	18
Figura 9.	Distribuição das famílias residentes na AID, por tamanho da família.....	22
Figura 10.	Faixa etária da população residente na AID e sexo do respondente	23
Figura 11.	Condição de moradia do respondente.....	24
Figura 12.	Escolaridade do respondente.....	24
Figura 13.	Tempo de moradia do respondente no atual município	25
Figura 14.	Nível de instrução da população com 25 anos ou mais, no Mato Grosso do Sul, Inocência e Selvíria em 2010.	26
Figura 15.	Pessoas em domicílio com energia elétrica, 1991, 2000 e 2010.....	28
Figura 16.	Domicílios particulares permanentes por disponibilidade de telefone fixo e celular nos municípios da AII em 2010.	29
Figura 17.	Resumo dos dados de saneamento e infraestrutura dos residentes na AID	30
Figura 18.	Valor da produção de origem animal, por tipo de produto, 2022	31
Figura 19.	Estruturas presentes nas propriedades da AID para produção agropecuária. ...	32
Figura 20.	Número de vínculos empregatícios em 2021 por setor do IBGE.	33
Figura 21.	Valor Adicionado Bruto por setor a preços correntes (R\$ 1.000) em Inocência, entre 2010 e 2021.....	34
Figura 22.	Valor Adicionado Bruto por setor e preços corrente (R\$ 1.000) em Selvíria, entre 2010 e 2021.	34
Figura 23.	Valor Adicionado Bruto por setor a preço correntes (R\$ 1.000), Inocência, Selvíria e Mato Grosso do Sul, 2010 e 2021	35
Figura 24.	Resumo dos dados de rendimento dos residentes na AID	36
Figura 25.	Caracterização histórica da paisagem na AII – 1984.	42
Figura 26.	Caracterização histórica da paisagem na AII – 2024.	43
Figura 27.	Projetos de infraestrutura existentes e previstos na AII.	52
Figura 28.	Resumo dos dados de mobilidade dos residentes na AID	54
Figura 29.	Sistema viário na AII	55
Figura 30.	Uso e ocupação do solo na AII.....	58
Figura 31.	Propriedades Interceptadas pelo Empreendimento.....	63
Figura 32.	Estruturas na propriedade Fazendinha (P03).....	64
Figura 33.	Estruturas na propriedade Capão da Onça (P04).....	64
Figura 34.	Estruturas na propriedade São Jorge III (P05).....	65
Figura 35.	Estruturas na propriedade Ouro Verde (P06).	65
Figura 36.	Estruturas na propriedade Caramuru (P07).	65

Figura 37.	Estruturas na propriedade Santa Rita (P12).....	66
Figura 38.	Estruturas na propriedade Santo Antônio III (P16).....	66
Figura 39.	Estruturas na propriedade Primavera (P18).....	66
Figura 40.	Estruturas na propriedade Alvorecer (P19).....	67
Figura 41.	Estruturas na propriedade Santo Antônio (P20).....	67
Figura 42.	Estruturas na propriedade Nova Alegrete (P22).....	67
Figura 43.	Estruturas na propriedade Pereira Barreto (P23).....	68
Figura 44.	Estruturas na propriedade Morro Vermelho (P27).....	68
Figura 45.	Estruturas na propriedade Suíça (P30).....	68
Figura 46.	Estruturas na propriedade Bom Pastor (P32).....	69
Figura 47.	Estruturas na propriedade Proença (P34).....	69
Figura 48.	Estruturas na propriedade Arapongas (P35).....	69
Figura 49.	Propriedades afetadas – parte 1.....	72
Figura 50.	Propriedades afetadas – parte 2.....	73
Figura 51.	Propriedades afetadas – parte 3.....	74
Figura 52.	Propriedades afetadas – parte 4.....	75
Figura 53.	Número médio de alunos por turma nos municípios da AII em 2014 e 2023. ..	77
Figura 54.	Resumo dos dados de mobilidade dos residentes na AID	78
Figura 55.	Acesso ao serviços de saúde na AID, segundo os entrevistados.....	82
Figura 56.	Proporção de participação no total ocorrências, por tipo de violação	82
Figura 57.	Proporção do número de ocorrências selecionados em relação a população (x1000), 2022]	83
Figura 58.	Resumo dos dados de segurança dos residentes na AID	83
Figura 59.	Resumo dos dados de assistência social dos residentes na AID	85
Figura 60.	Assentamentos rurais na AII.....	89
Figura 61.	Sítios arqueológicos na AII.....	94
Figura 62.	À esquerda, confecção da Viola-de-Cocho, à direita representação da Viola-de- Cocho	96
Figura 63.	Resumo dos dados sobre a percepção dos residentes na AID.....	100

Índice de tabelas

Tabela 1.	Indicadores demográficos selecionados, 2000, 2010 e 2022	19
Tabela 2.	Indicadores associados ao Índice de Desenvolvimento Humano, Mato Grosso do Sul (MS), Inocência e Selvíria, 1991, 2000 e 2010	21
Tabela 3.	Número de domicílios por tipo de abastecimento de água na AII em 2022.	26
Tabela 4.	Formas de destinação de resíduos na AII em 2022.	27
Tabela 5.	Formas de destinação do esgotamento sanitário nos municípios da AII em 2022.	28
Tabela 6.	Número de bovinos e percentual do efetivo estadual, por unidade geográfica e ano (2010-2022).....	30
Tabela 7.	Arrecadação de ICMS por local de origem do Contribuinte (R\$ 1,00)	37
Tabela 8.	Receitas Próprias Municipais (R\$ 1,00), 2010 e 2020.....	37
Tabela 9.	Empreendimento do setor elétrico em operação na AII.	50
Tabela 10.	Volume diário médio anual dos pontos de contagem em 2021.	53
Tabela 11.	Quantitativo de área por tipologias de uso do solo na AID e AII.	57
Tabela 12.	Aspectos das propriedades afetadas.....	60
Tabela 13.	Relação de Entrevistados na ADA	70
Tabela 14.	Lista das instituições de ensino disponíveis, por município, localização, dependência administrativa e etapa de ensino.....	76
Tabela 15.	Lista de estabelecimentos de saúde na AII.	79
Tabela 16.	Proporção de equipamentos e recursos humanos por 1.000 habitantes, em Inocência e Selvíria, 2010 e 2022.....	80
Tabela 17.	Quantitativo de apreensões por tipo de droga entre 2014 e 2024 na AII e no estado do Mato Grosso do Sul.....	81
Tabela 18.	Descrição dos valores executados por tipo de benefício e número de benefícios (fevereiro de 2024).	84
Tabela 19.	Assentamentos rurais na AII.....	88
Tabela 20.	Tabela de sítios arqueológicos registrados nas Sub-bacias do Rio Sucuriú e Rio Quitéria	91
Tabela 21.	Sítios arqueológicos na AII.....	93
Tabela 22.	Relação de Entrevistados na AII	98
Tabela 23.	Impactos e classificação elencados nas entrevistas da AII.....	98
Tabela 24.	Impactos e classificação elencados nas entrevistas da AID	101

IX DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

3 Meio Socioeconômico

A descrição e análise da situação socioeconômica das populações nas áreas de influência envolvem inicialmente uma extensa pesquisa de dados primários e secundários. Esses dados são obtidos em diferentes escalas de abordagem, provenientes de documentos oficiais de entidades da administração pública direta, autarquias especializadas e estudos realizados em instituições de ensino e pesquisa, conforme a área de atuação e pertinência do estudo.

Os estudos ambientais, realizados no contexto socioeconômico, visam fundamentar a delimitação das áreas de influência. Isso é feito através do levantamento e compreensão das interações sociais, econômicas e culturais que potencialmente serão impactadas, tanto positiva quanto negativamente, pelo conjunto de atividades de implantação e operação do empreendimento.

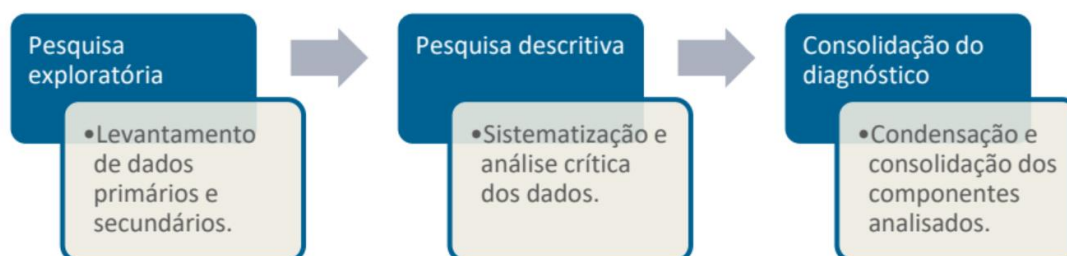
3.1 Metodologia e fontes consultadas

A metodologia empregada no desenvolvimento do diagnóstico é caracterizada como uma pesquisa exploratória. Esta consiste no levantamento de dados secundários (pesquisa documental, bibliográfica, bases estatísticas, entre outras fontes produzidas por terceiros) e primários (obtidos in situ, seja pela observação direta ou por meio de entrevistas roteirizadas).

Em um segundo momento a pesquisa se caracterizou como descritiva, de modo a analisar e condensar os dados e informações exploratórios, buscando realizar a descrição densa (GEERTZ, 1989) da realidade local e das respectivas temáticas analisadas.

Essas duas etapas proporcionam uma aproximação inicial dos locais e temáticas a serem analisadas. Posteriormente, a pesquisa se caracteriza como descritiva, com o objetivo de analisar e condensar os dados e informações exploratórios. Busca-se realizar uma descrição densa da realidade local e das respectivas temáticas analisadas. Esse esquema é apresentado na Figura 1.

Figura 1. Organograma do diagnóstico do meio socioeconômico.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.1.1 Levantamento de dados secundários

A pesquisa exploratória foi amparada inicialmente por informações secundárias, para compreensão do processo histórico de ocupação, das dinâmicas regionais e características gerais locais. Tal processo

propiciará embasar e estabelecer critérios de pesquisa para a segunda etapa, que corresponde ao levantamento de dados primários.

Para a caracterização socioeconômica, de acordo com a Resolução Conama nº 462/2014, listam-se as principais pesquisas e bases de dados de órgãos oficiais utilizadas para a avaliação do diagnóstico:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): censo demográfico, censo agropecuário, produção agrícola municipal, pesquisa nacional anual domiciliar, pesquisa nacional de saneamento básico, informações sobre emprego e renda, entre outros;
- Ministério da Saúde (DATASUS e Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES): informações demográficas e de saúde pública;
- Ministério da Educação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP): informações da educação pública;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): informações econômicas e de desenvolvimento socioeconômico populacional;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): levantamento de dados e informações referentes ao patrimônio arqueológico, histórico e cultural federal;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): levantamento territorial de áreas quilombolas e de assentamentos rurais;
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI): levantamento de terras indígenas;
- Fundação Cultural Palmares (FCP): levantamento de dados e informações referentes às comunidades remanescentes quilombolas (CRQs);
- Prefeituras Municipais de Inocência e Selvíria, secretarias municipais vinculadas: informações referentes ao processo de ocupação, planejamento e gestão urbana, legislação, aspectos administrativos, infraestrutura e equipamentos/serviços públicos;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do município para verificação das condições de acesso aos serviços de saúde, educação e renda.

Os dados coletados permitiram caracterizar a população em aspectos como dinâmicas demográficas, distribuição espacial, condições de qualidade de vida, dinâmicas econômicas, uso e ocupação do solo, patrimônio histórico, arqueológico e cultural, infraestrutura municipal, entre outras informações.

3.1.2 Levantamento de dados primários

A etapa do diagnóstico socioambiental referente aos dados e informações primários consistiu na observação *in situ*, através de conversas e entrevistas com os moradores das comunidades locais, questionando-se sobre informações sociais, demográficas, econômicas, produtivas, entre outras temáticas correlacionadas.

Assim, a caracterização primária fez uso de instrumentos de pesquisa e técnicas específicas para o levantamento de informações, tais como a observação direta, fotografias e entrevistas roteirizadas (semiestruturadas e abertas)

3.1.2.1 Entrevistas Roteirizadas

As entrevistas roteirizadas permitiram o levantamento de informações por meio de conversas pautadas em um roteiro de questões abertas e fechadas, para obtenção de dados quantitativos e qualitativos. O roteiro foi estruturado com cinco blocos temáticos, totalizando cerca de 50 perguntas, conforme modelo indicado na Figura 2 e Figura 3.


A aplicação da pesquisa de percepção social por meio de entrevistas roteirizadas teve como objetivo, por um lado, a compreensão acerca do grau de conhecimento dos entrevistados sobre o empreendimento em questão e sua avaliação quantos aos benefícios e dificuldades que podem ser gerados para as comunidades locais. Por outro lado, teve o intuito de subsidiar o cotejamento dos dados estatísticos – demográficos, socioeconômicos, de acesso à infraestrutura básica e serviços, entre outros assuntos.

Entre os dias 05 e 13 de fevereiro de 2024 foram realizadas 19 entrevistas na AID, abrangendo moradores das propriedades interceptadas pelo empreendimento. Além dos moradores da AID, também foram abordados representantes de equipamentos de ensino e saúde, servidores de secretarias municipais da AII, sendo a Prefeitura de Selvíria, Secretaria de Agricultura de Selvíria, Sindicato do Trabalhador Rural de Selvíria, Procuradoria do Município de Inocência, Secretaria de Infraestrutura e Obras de Inocência.


Ainda em relação à AII, a pesquisa abrangeu o Projeto de Assentamento (PA) Alecrim, no município de Selvíria, que dista 0,3 km do traçado do empreendimento. A área do assentamento da reforma agrária é limítrofe a propriedades interceptadas pela linha, que compõem a AID.


As informações coletadas junto aos interlocutores na AID e na AII serão apresentadas ao longo do diagnóstico, nos respectivos itens temáticos. Especificamente para os moradores das propriedades interceptadas pela linha de transmissão, este estudo contempla o cadastro censitário da população, mesmo daquelas que não tenham título da propriedade, conforme exigido no Termo de Referência do órgão ambiental estadual.

Figura 2. Roteiro de entrevista – páginas 1 e 2.



**PESQUISA DE PERCEPÇÃO
SOCIOAMBIENTAL**





Id. Ficha: _____ Coordenadas geográficas: _____
 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Município: _____
 Endereço: _____ Localidade: _____


BLOCO 1 – DADOS GERAIS

P1 – Nome:			
P2 – Sexo:	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	
P3 – Relação do proprietário com o domicílio	<input type="checkbox"/> Próprio	<input type="checkbox"/> Inquilino	<input type="checkbox"/> Ocupante <input type="checkbox"/> Concessionário
	<input type="checkbox"/> Cônjuge	<input type="checkbox"/> Filho(a)	<input type="checkbox"/> Genro/nora
P4 – Idade em anos	<input type="checkbox"/> 18 – 30	<input type="checkbox"/> 31 – 40	<input type="checkbox"/> 41 – 50 <input type="checkbox"/> 51 – 64 <input type="checkbox"/> 65 ou mais
P5 – Quantas pessoas moram no domicílio?	<input type="checkbox"/> 1 pessoa <input type="checkbox"/> 2 pessoas <input type="checkbox"/> 3 pessoas <input type="checkbox"/> 4 pessoas <input type="checkbox"/> 5 pessoas <input type="checkbox"/> Outro. Especificar:		
P6 – Grau de instrução	<input type="checkbox"/> Não frequentou a escola <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Ensino superior completo <input type="checkbox"/> Outro. Especificar:		
P7 – Ocupação/profissão	<input type="checkbox"/> Sem ocupação <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Empregado CLT <input type="checkbox"/> Empregador/empresário		
P8 – É a principal fonte de renda da família?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Especifique:		
P9 – Renda familiar mensal			
P10 – Participa de algum programa governamental?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Especifique:		


BLOCO 2 – CONDIÇÕES DE VIDA E COMUNIDADE


P11 – Há quanto tempo mora no município?	<input type="checkbox"/> Menos de 1 ano <input type="checkbox"/> Mais de 10 anos <input type="checkbox"/> De 1 a 5 anos <input type="checkbox"/> É natural do município <input type="checkbox"/> De 5 a 10 anos	
P12 – Por que sua família escolheu morar no local?	<input type="checkbox"/> Melhores condições de trabalho <input type="checkbox"/> Gosta da região <input type="checkbox"/> Ficar perto de outros familiares <input type="checkbox"/> Outra. Especifique:	
P13 – Gosta de morar na comunidade	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Especifique:	
P14 – Sente insegurança em morar no local?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Especifique:	
P15 – Como é a relação com vizinhos?	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não sabe Por que:	

1



**PESQUISA DE PERCEPÇÃO
SOCIOAMBIENTAL**





P16 – Como é a relação com as empresas existentes? ☐ Ótima ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sabe
 Por que:

BLOCO 3 – HABITAÇÃO, INFRAESTRUTURA RESIDENCIAL E ENTORNO

P17 – Qual é a condição de sua residência?	<input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Ocupação <input type="checkbox"/> Posse <input type="checkbox"/> Outra. Qual?	
P18 – Qual é a fonte de energia utilizada da sua casa?	<input type="checkbox"/> Sem energia <input type="checkbox"/> Energia renovável (eólica, solar) <input type="checkbox"/> Rede geral <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <input type="checkbox"/> Gerador	
P19 – Qual é o principal tipo de abastecimento de água da sua casa?	<input type="checkbox"/> Rede pública <input type="checkbox"/> Poço ou nascente (na propriedade) <input type="checkbox"/> Poço ou nascente (fora da propriedade) <input type="checkbox"/> Não há abastecimento <input type="checkbox"/> Cisterna <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <input type="checkbox"/> Rio, açude, lago	
P20 – Qual é o destino do esgoto da sua casa?	<input type="checkbox"/> Rede pública <input type="checkbox"/> Não possui banheiro <input type="checkbox"/> Fossa séptica <input type="checkbox"/> Não sabe <input type="checkbox"/> Vala (a céu aberto) <input type="checkbox"/> Outro. Qual? <input type="checkbox"/> Direto no rio	
P21 – Qual é o destino do lixo da sua casa?	<input type="checkbox"/> Enterrado <input type="checkbox"/> Rio/canal <input type="checkbox"/> Queimado <input type="checkbox"/> Gari <input type="checkbox"/> Caçamba <input type="checkbox"/> Sistema de coleta <input type="checkbox"/> Terreno baldio <input type="checkbox"/> Outro. Qual?	
P22 – Existe sistema de coleta seletiva?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe	
P23 – Se existe coleta seletiva, qual a frequência?	<input type="checkbox"/> Todo dia <input type="checkbox"/> 1x/semana <input type="checkbox"/> 2x/semana <input type="checkbox"/> 3x/semana	
P24 – Nos últimos 12 meses, quais as doenças mais frequentes na sua família?	<input type="checkbox"/> Dengue <input type="checkbox"/> Virose <input type="checkbox"/> Verminose <input type="checkbox"/> Doença respiratória <input type="checkbox"/> Leptospirose <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <input type="checkbox"/> Virose	


BLOCO 4 – SERVIÇOS

P25 – Quais as principais formas de deslocamento no dia a dia?	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> A pé <input type="checkbox"/> Barco <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Outra. Qual? <input type="checkbox"/> Ônibus	
P26 – Quais os principais meios de comunicação?	<input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> Rádio <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Correio	


2

Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024

Figura 3. Roteiro de entrevista – páginas 3 e 4.




PESQUISA DE PERCEÇÃO SOCIOAMBIENTAL




	<input type="checkbox"/> Celular <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Outra. Qual?
P27 – Caso possua WhatsApp, qual o número? Caso tenha interesse em receber informações sobre o projeto	
P28 – Onde realiza as compras básicas do dia a dia?	<input type="checkbox"/> Na comunidade <input type="checkbox"/> No centro de Rio Branco do Sul <input type="checkbox"/> No centro de Itaperuçu <input type="checkbox"/> Em Curitiba <input type="checkbox"/> Outro. Qual?
P29 – Há equipamentos de saúde nas proximidades?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe/não utiliza
P30 – Os equipamentos de saúde existentes são suficientes?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe/não utiliza
P31 – Como avalia os equipamentos de saúde?	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo <input type="checkbox"/> Não utilizo o serviço <input type="checkbox"/> Não sabe
P32 – Há equipamentos de educação nas proximidades?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe/não utiliza
P33 – Os equipamentos de educação existentes são suficientes?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe/não utiliza
P34 – Como avalia os equipamentos de educação?	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo <input type="checkbox"/> Não utilizo o serviço <input type="checkbox"/> Não sabe
P35 – Há policiamento (guarda municipal, patrulha rural) nas proximidades?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe
P36 – São frequentes casos de brigas, roubos, acidentes?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe
P37 – De modo geral, como você descreve a segurança nas proximidades?	
P38 – Há algum tipo de associação, cooperativa, organização social na comunidade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe Especificar:
P39 – Você faz parte dela?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Já fez parte
P40 – Há equipamentos de assistência social nas proximidades? (CRAS)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe/Não utiliza
P41 – Os equipamentos de	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sabe/Não utiliza

3



PESQUISA DE PERCEÇÃO SOCIOAMBIENTAL



assistência social são suficientes?	
P42 – Como você avalia os equipamentos de assistência social?	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Péssimo <input type="checkbox"/> Não utilizo o serviço <input type="checkbox"/> Não sabe
P43 – O que você gosta de fazer nas horas vagas? (lazer)	

BLOCO 5 – PERCEÇÃO SOBRE O EMPREENDIMENTO

P44 – Já ouviu falar sobre a possibilidade de implantação de uma linha de transmissão?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
P45 – Caso sim, como ficou sabendo?	
P46 – Qual a sua expectativa?	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa Por que?
P47 – Acha que o empreendimento poderá interferir na sua vida cotidiana? De que forma?	
P48 – Quais as transformações que a implantação da linha poderá gerar?	
P49 – De que forma a instalação da linha poderia contribuir positivamente para o desenvolvimento do município e região?	

Observações gerais:

A STCP e a ARAUCO agradecem a sua disponibilidade e atenção!

4

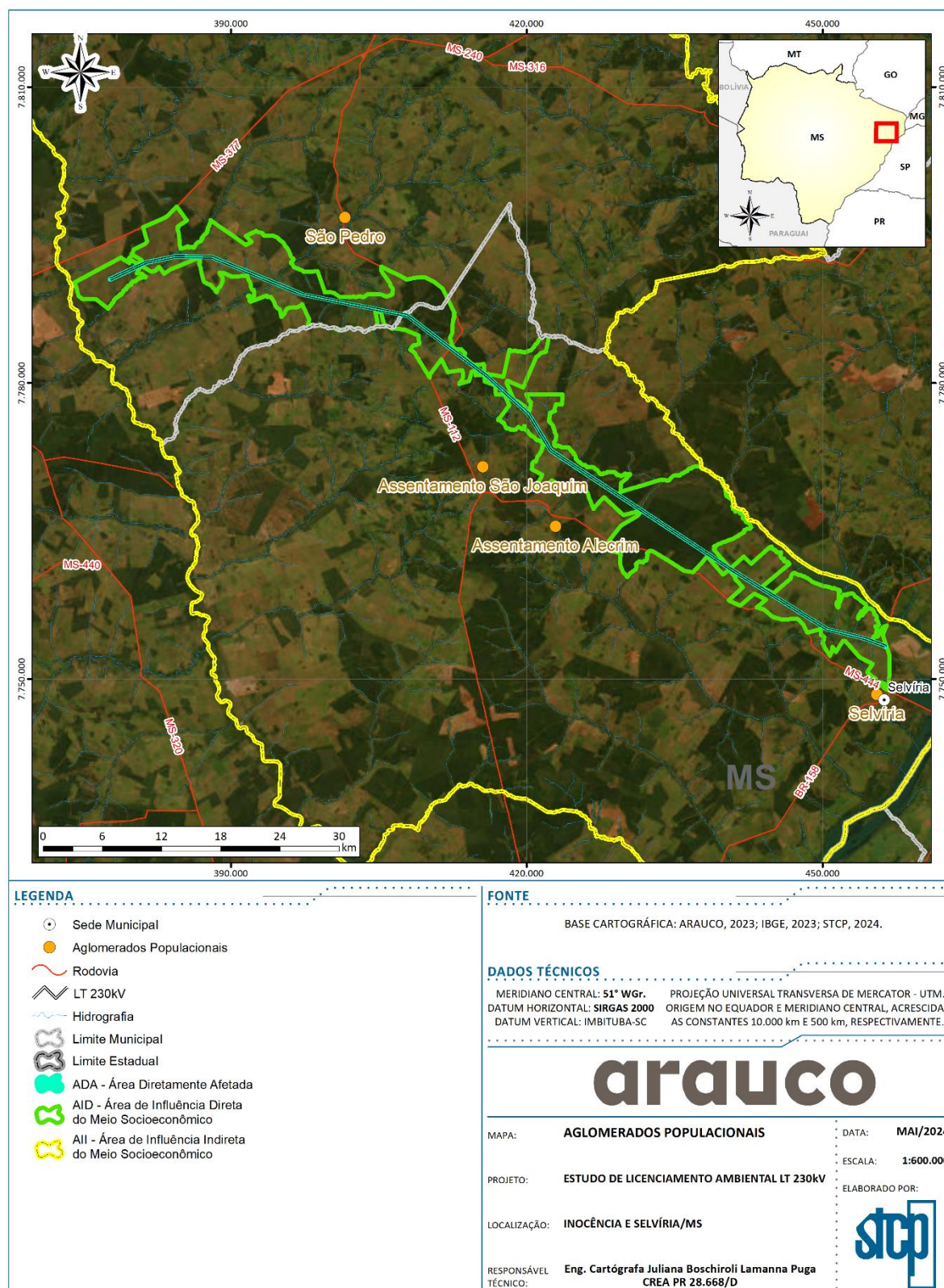
Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024

Coleta de dados na AII

Para a coleta de dados na AII, inicialmente, realizou-se o mapeamento de todos os aglomerados urbanos que possuíam relação direta ou indireta com a instalação da LT nos municípios de Inocência e Selvíria. Nesta etapa, foram conduzidas entrevistas abertas, permitindo identificar, dentro de cada instituição, um respondente capacitado para fornecer informações sobre as atividades desempenhadas, abrangência e número de pessoas atendidas, principais desafios atuais, percepções sobre o empreendimento e expectativas em relação aos impactos econômicos na região.

As instituições entrevistadas abrangem o município de Inocência, o distrito de São Pedro, os Assentamentos São Joaquim e Alecrim, e o município de Selvíria. Esses foram os aglomerados urbanos de maior proximidade territorial com a AID e localidades onde os moradores relatam fazer acesso dos serviços públicos. Essas localidades estão apresentadas na Figura 4.

Figura 4. Principais aglomerados urbanos na AI



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Ao final desta etapa, foram entrevistadas sete diferentes instituições que compartilharam seus respectivos pontos de vista sobre o empreendimento e suas relações, conforme elencado a seguir:

- Procuradoria de Inocência;
- Secretaria de Infraestrutura e Obras de Inocência;
- Assentamento Alecrim (Selvória);
- Prefeitura Municipal de Selvória;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Selvória;
- Secretaria de Agricultura de Selvória;

A Figura 5 registra os momentos dessas entrevistas, e o Anexo 19 contém a lista de presença. A transcrição dessas informações é apresentada no Apêndice 6.

Figura 5. Entrevistas com Instituições All



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Coleta de dados na AID

A coleta de dados na AID e ADA utilizou-se do traçado da LT fornecida pela contratante e dos perímetros das propriedades que essa interceptava. Em campo, foram percorridas e acessadas cada uma das 35 propriedades em que a LT, em algum momento, coincidia com a propriedade, verificando se nesse local havia ou não a presença de moradores. A partir dessa observação de campo, foram identificadas 19 propriedades onde há residentes atualmente. Na Figura 7, é apresentada as áreas dessas propriedades e o ponto onde está localizada a residência dos moradores da AID.

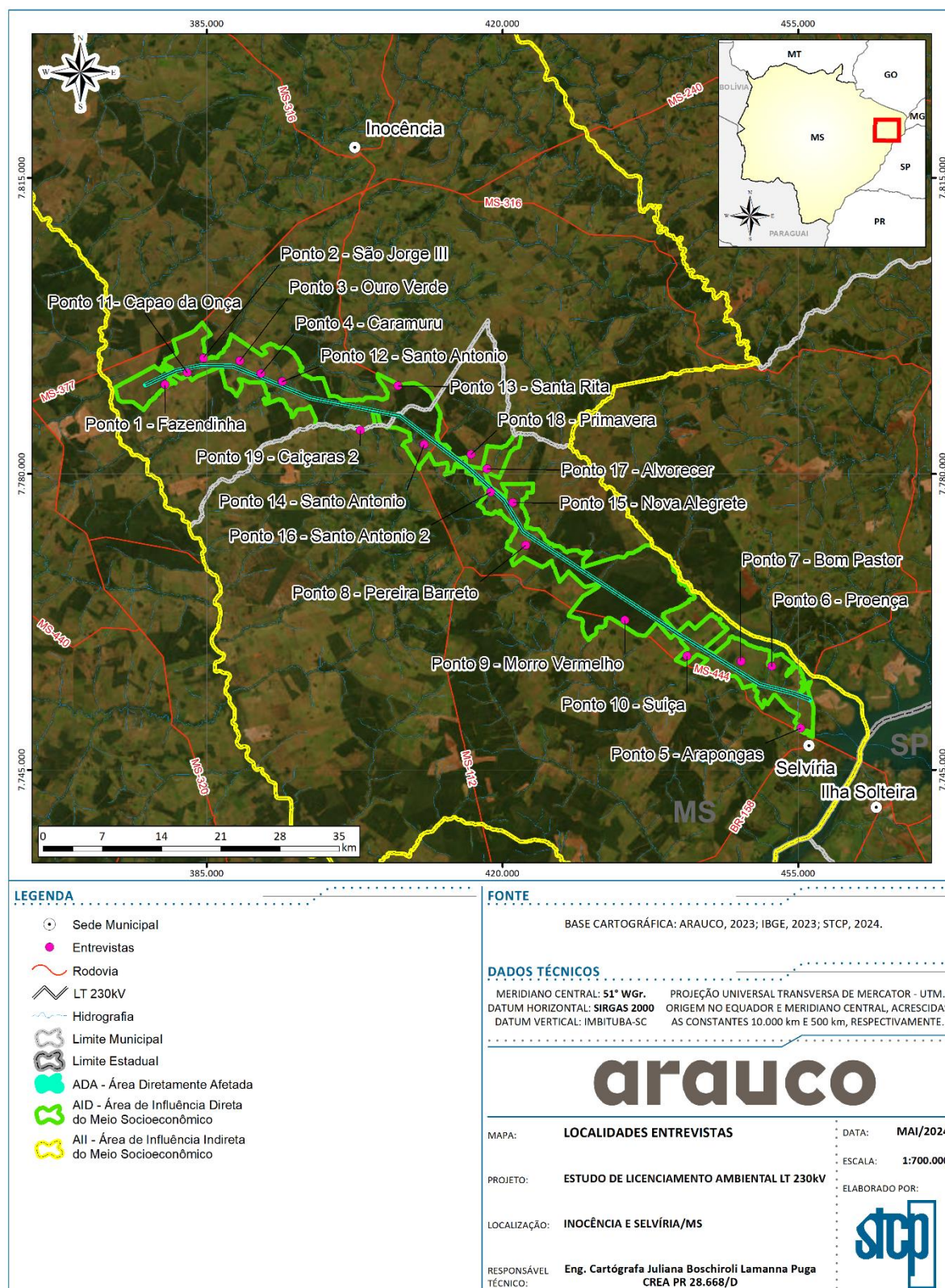
A partir dessa identificação, foi conduzida em cada localidade uma entrevista semiestruturada com um respondente qualificado fornecendo informações sobre o domicílio e demais moradores, além de sua percepção sobre o empreendimento. Nessa entrevista, foram elencados cinco grandes tópicos: Coleta de dados gerais, condições de vida, habitação e infraestrutura, serviços, e opiniões e percepções sobre a LT. Na Figura 6, são apresentados momentos dessas entrevistas com os moradores da AID, e Anexo 19, a lista de presença desses respondentes.

Figura 6. Entrevistas com moradores da AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 7. Pontos Entrevistas AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.2 Dinâmica Populacional

3.2.1 Perfil Demográfico

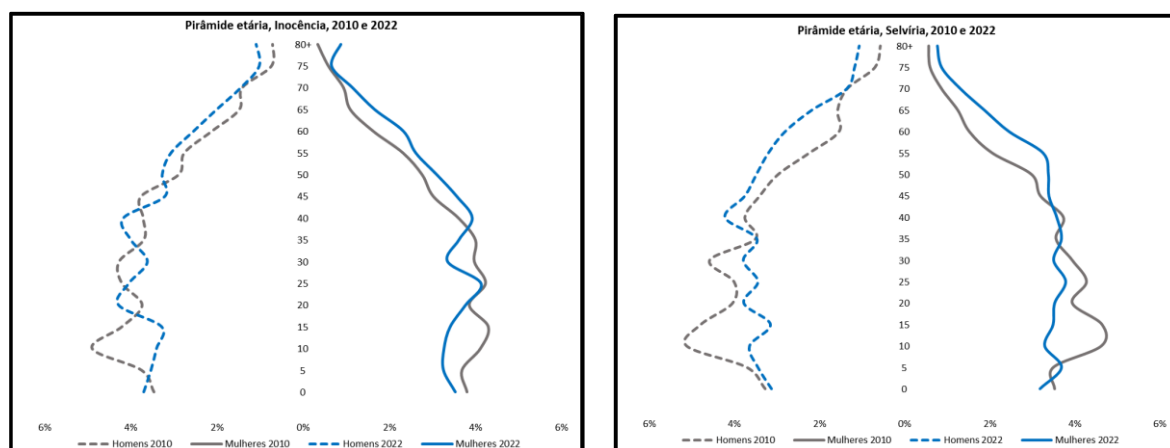
Os municípios de Inocência e Selvíria são classificados como municípios de pequeno porte, e de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2022, a densidade demográfica era de 1,46 e 2,50 habitantes por quilômetro quadrado para Inocência e Selvíria, respectivamente. A população de Inocência teve um crescimento médio anual de 0,76% entre os censos demográficos de 2010 e 2022, enquanto o município de Selvíria cresceu cerca de 2,18% (IBGE, 2023).

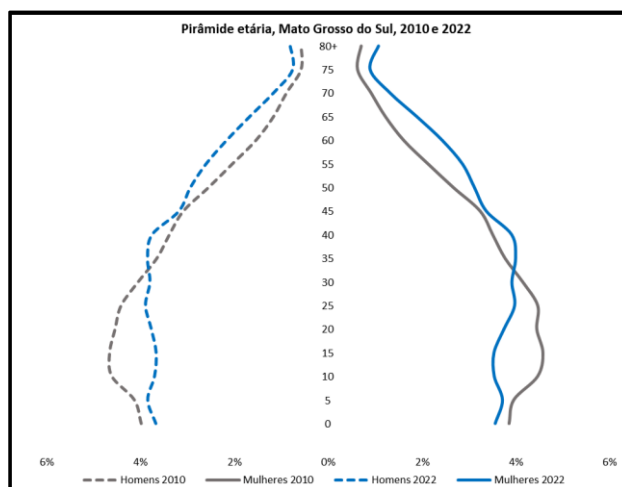
A partir da distribuição relativa da população por sexo e grupo etário, observada na Figura 8, nota-se que nas faixas etárias iniciais, em todas as unidades geográficas, ocorre uma redução da participação relativa na população, indicando uma diminuição da taxa de fecundidade nessas localidades. Além disso, para Inocência e Selvíria, observa-se que o formato da curva para as mulheres é mais estável do que para os homens, possivelmente devido a eventos migratórios, principalmente por motivos de trabalho, o que é corroborado também pela razão de sexos desses dois municípios.

Nos dois períodos, a razão de sexos para Inocência e Selvíria era de aproximadamente 1,07 e 1,04, respectivamente, o que significa que essas populações possuem em média 107 e 104 homens a cada 100 mulheres, enquanto em Mato Grosso do Sul, essa razão era de 0,99 em 2010 e 0,97 em 2022. Na ausência de eventos migratórios, a razão de sexos da população varia entre 1,03 e 1,05 e à medida que a população envelhece, a razão tende a diminuir, devido à maior mortalidade dos homens.

A estrutura econômica da região favorece uma maior participação relativa de homens na população em diversas faixas etárias, com ênfase na população em idade ativa, visto que em ambos os municípios, as principais atividades econômicas desempenhadas estão relacionadas à pecuária e agricultura.

Figura 8. Distribuição relativa por sexo e grupos de idade da população residente Inocência, Selvíria e Mato Grosso do Sul (2010 e 2022)





Fonte: Censos Demográficos, IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>

Para uma caracterização mais completa da população e do seu processo de envelhecimento, a Tabela 2 apresenta alguns indicadores ao longo das últimas três décadas. A razão de dependência relaciona a parcela da população dependente (0 a 14 anos e/ou 60+) com a população em idade de trabalhar (15 a 59), sendo um importante instrumento para avaliar o grau de dependência econômica de uma unidade geográfica.

Nessa perspectiva, e corroborando com o que foi observado na participação relativa da população por grupo etário, verifica-se que entre os períodos intercensitários ocorre uma redução da razão de dependência jovem de 49,0 para 32,1 em Inocência, entre 1991 e 2022, e de 50,1 para 31,9 para Selvíria (Tabela 1). No entanto, apesar do declínio gradativo na razão de dependência jovem nas unidades de análise, o oposto ocorre na razão de dependência idosa, devido ao crescimento proporcional da população idosa. A razão de dependência total entre os períodos também apresentou um declínio gradativo entre os períodos observados.

Tabela 1. Indicadores demográficos selecionados, 2000, 2010 e 2022

Indicador	Territórios		
	Mato Grosso do Sul	Inocência	Selvíria
População Total			
2000	2078001	7872	6085
2010	2449024	7669	6287
2022	2757013	8404	8142
População Jovem (abaixo de 15 anos)			
2000	636360	2407	1860
2010	611713	1818	1494
2022	606792	1740	1657
População potencialmente ativa			
2000	1284548	4917	3716
2010	1598041	5006	4128
2022	1759130	5418	5195
População Idosa (acima de 60 anos)			

Indicador	Territórios		
	Mato Grosso do Sul	Inocência	Selvíria
2000	157093	548	509
2010	239270	845	665
2022	391091	1246	1290
Razão de Dependência Jovem			
2000	49,5	49,0	50,1
2010	38,3	36,3	36,2
2022	34,5	32,1	31,9
Razão de Dependência Idosos			
2000	12,2	11,1	13,7
2010	15,0	16,9	16,1
2022	22,2	23,0	24,8
Razão de Dependência Total			
2000	61,8	60,1	63,8
2010	53,3	53,2	52,3
2022	56,7	55,1	56,7

Fonte: Censos Demográficos, IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>

3.2.2 Perfil Socioeconômico

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) resume o progresso a longo prazo e envolve três dimensões básicas de desenvolvimento: renda, educação e saúde. Nessa perspectiva, a Tabela 3 apresenta alguns indicadores para o estado do Mato Grosso do Sul (MS) e para os municípios de Inocência e Selvíria, localizados na região Leste do estado. Segundo informações do Atlas Brasil, que compila e disponibiliza informações censitárias e de outras pesquisas realizadas no país, o IDH das cidades de Inocência e Selvíria apresentou melhorias entre os períodos intercensitários, assim como no estado.

Em 1991, o IDH registrado para o estado foi de 0,488, classificado como baixo desenvolvimento; em 2000, de 0,613, classificado como médio desenvolvimento; e em 2010, o índice obtido foi de 0,729, classificado como alto desenvolvimento. A variação média entre os dois períodos (1991-2000/2000-2010) foi de aproximadamente 22,3%. Apesar dos avanços observados no IDH do estado e dos municípios, Inocência e Selvíria em 2010 estavam classificadas como de médio desenvolvimento. Esse comportamento, divergente do observado no estado como um todo, pode ser explicado pelas mudanças distintas observadas em cada um dos indicadores que compõem o IDH (Tabela 2).

A renda per capita de Inocência cresceu 4,72% entre 1991 (543,18) e 2010 (568,81), enquanto em Selvíria, a evolução no período foi de 14,37% (1991-2000) e 35,67% (2000-2010). Nos mesmos períodos, o crescimento médio da renda per capita do estado foi de 37,9%. Em relação à taxa de analfabetismo dos indivíduos com 18 anos ou mais, a evolução de Selvíria foi semelhante à do estado, reduzindo em média 34,6% no município e 32,4% no estado entre os dois períodos intercensitários; em Inocência, a redução média nos períodos intercensitários foi de 28,9% (Tabela 2).

Tabela 2. Indicadores associados ao Índice de Desenvolvimento Humano, Mato Grosso do Sul (MS), Inocência e Selvíria, 1991, 2000 e 2010

Indicadores	Período			Delta (%)	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
IDH					
Mato Grosso do Sul	0,488	0,613	0,729	25,61	18,92
Inocência	0,423	0,573	0,681	35,46	18,85
Selvíria	0,386	0,554	0,682	43,52	23,10
Renda per capita					
Mato Grosso do Sul	433,21	576,33	799,34	33,04	38,69
Inocência	543,18	568,81	633,12	4,72	11,31
Selvíria	329,28	376,6	510,94	14,37	35,67
Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais					
Mato Grosso do Sul	17,98	12,08	8,21	-32,81	-32,04
Inocência	29,05	17,95	14,43	-38,21	-19,61
Selvíria	29,25	18,72	12,51	-36,00	-33,17
Mortalidade Infantil					
Mato Grosso do Sul	34,73	25,53	18,14	-26,49	-28,95
Inocência	27,23	18,52	16,5	-31,99	-10,91
Selvíria	38,15	27,76	18,7	-27,23	-32,64

Fonte: IBGE, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

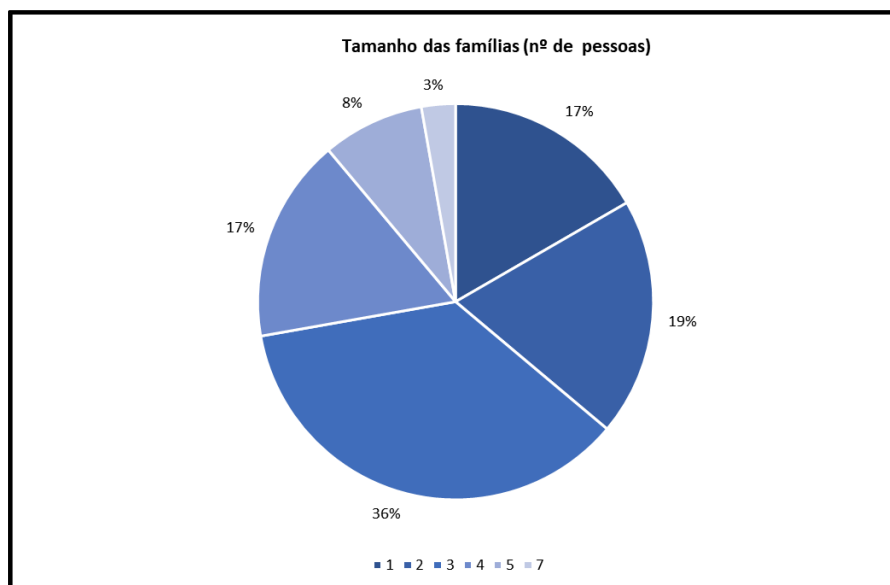
A mortalidade infantil é um importante indicador dos níveis de saúde e qualidade de vida de uma população. Os valores mais elevados observados em 1991 no Mato Grosso do Sul (34,73) e em Selvíria (38,15) sugerem a existência de condições precárias de vida superiores às observadas em Inocência (27,13) no mesmo período. Nos períodos seguintes, o município de Inocência continuou apresentando melhores resultados quando comparado ao próprio estado e a Selvíria, com 16,5 óbitos por 1000 em 2010, enquanto os demais assumiram valores de 18,4 e 18,7, respectivamente

AID

Dentre as 19 propriedades identificadas com moradores foi contabilizado 108 pessoas distribuídos em 36 domicílios. Cada família ocupa uma única unidade de domicílio e é majoritariamente composta por famílias nucleares, formadas por um casal e seus respectivos filhos.

Historicamente, observa-se um movimento de redução no tamanho médio das famílias, com maior participação de seus membros no mercado de trabalho, especialmente das mulheres, contribuindo para a renda do domicílio. Essa tendência de diminuição no tamanho médio das famílias é evidenciada nos dados levantados, onde 36% das residências são constituídas por até 3 pessoas, ou seja, um casal com um único filho, enquanto 17% são formadas por um casal com 2 filhos. Núcleos familiares mais numerosos, com 5 e 7 pessoas no domicílio, representam apenas 11% do total, enquanto residências com uma única pessoa abrangem 17%, e apenas o casal residindo representa 19%

Figura 9. Distribuição das famílias residentes na AID, por tamanho da família.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024

Nas residências entrevistadas, observa-se que apenas o chefe do domicílio, que são homens, participam do mercado de trabalho, ou seja, possuem emprego e vínculo formal de trabalho e as esposas e filhos apenas residem nas propriedades. Essa configuração em relação ao trabalho e renda será discutida mais detalhadamente no item 3.5.

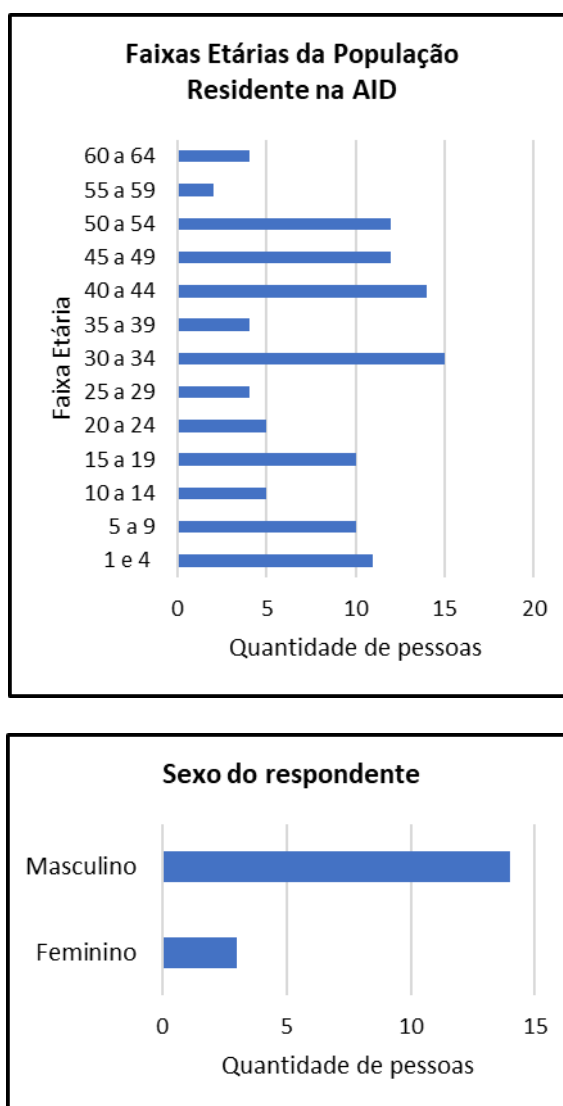
Nas residências na área de influência direta, não são identificados vínculos parentais extensos, como a presença de avós ou outros membros, sendo circunscrito a uma única geração. Em algumas localidades com melhor infraestrutura e um maior número de residências, observa-se que trabalhadores mais antigos acabam por levar outros membros, como cunhados ou irmãos, para trabalharem na mesma fazenda, estabelecendo laços dentro dessa localidade. Mesmo nessas situações, cada núcleo familiar se mantém separado, em diferentes residências.

No que diz respeito aos respondentes, em 6 propriedades apenas uma família reside na fazenda, enquanto a média das demais é de 3 famílias em cada propriedade. As famílias vizinhas se configuram como uma rede de apoio entre os moradores, onde todos declaram que a relação é tida como ótima dentro das respostas das entrevistas. Quando questionados sobre a participação em alguma associação comunitária ou a existência de alguma representação na região, todas as respostas foram negativas.

Ao analisar as faixas etárias da população da AID, as duas faixas mais representativas concentram-se entre 30 a 34 anos e 40 a 44 anos, coincidindo com as idades ativas economicamente e refletindo o perfil da população predominante no local. Nas faixas etárias mais jovens, observa-se uma concentração de pessoas até seus 19 anos, seguida por uma redução na faixa de 20 a 29 anos. Esse dado sugere uma tendência, confirmada pelos respondentes, de que os mais jovens geralmente deixam o local após atingirem a maioridade, buscando oportunidades para cursar o ensino superior ou melhores condições de trabalho em outras localidades. As idades mais velhas observadas entre os residentes foram na faixa de 60 a 64 anos, tendo uma permanência nessa localidade muito restrita ao período de trabalho (Figura 10).

A configuração das respostas do questionário nas propriedades foi predominantemente masculina, representando 82% das respostas. Ao entrar nas propriedades, a equipe de campo era recebida por quem estava na casa naquele momento, e na maioria dos casos, as esposas. Estas solicitavam à equipe que localizasse seus maridos dentro das fazendas para que respondessem a entrevista, pois eram os responsáveis pelo trabalho exercido no local e respondiam as questões relacionadas a fazenda. Essa dinâmica reflete a estrutura familiar predominante, sendo que casos em que as respondentes foram do sexo feminino ocorreu apenas quando não é possível localizar esse chefe do domicílio dentro da propriedade. Essa situação não acontece apenas nos casos em que o respondente morava sozinho na residência (Figura 10).

Figura 10. Faixa etária da população residente na AID e sexo do respondente

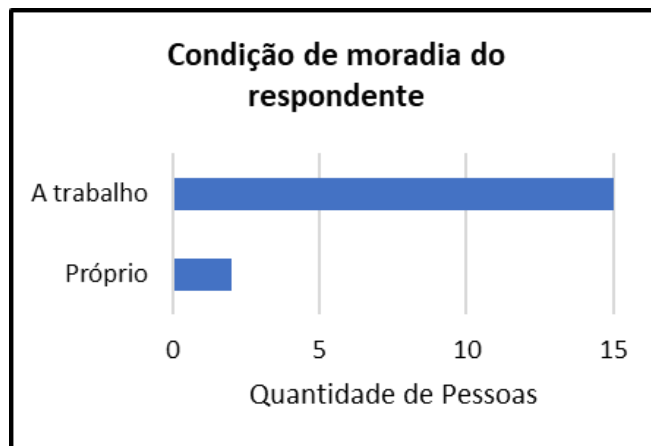


Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024

A condição de trabalhadores é a dinâmica essencial de toda a ocupação do território da AID. Apenas duas respostas para a entrevista foram realizadas pelos proprietários das fazendas, e apenas em um local o proprietário também afirma residir. A interação entre os proprietários e as fazendas acontecem em sua maioria em questões relacionadas ao trabalho, e eventualmente lazer, onde dentro das

estruturas das propriedades há a casa denominada como “sede”, destinada a família dos proprietários, que passam alguns finais de semana nas localidades a passeio (Figura 11).

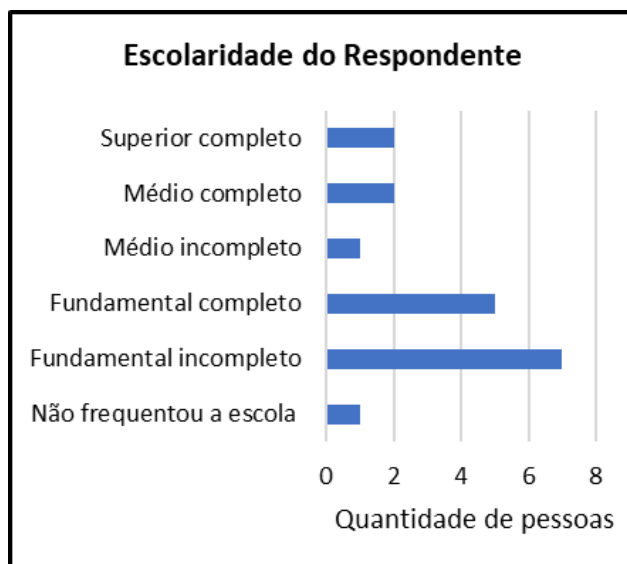
Figura 11. Condição de moradia do respondente



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Essa mesma divisão entre proprietários e trabalhadores pode ser observado posteriormente dentro das condições de emprego e renda, assim como na escolaridade dos respondentes. Apenas os respondentes na condição de proprietário dos domicílios possuíam ensino superior completo. Dentre o total de entrevistados 39% possuem o fundamental incompleto enquanto o percentual com fundamental completo é de 28%. Apenas 3 entrevistados chegaram a cursar o ensino médio e uma única resposta relatou nunca ter ido à escola (Figura 12).

Figura 12. Escolaridade do respondente

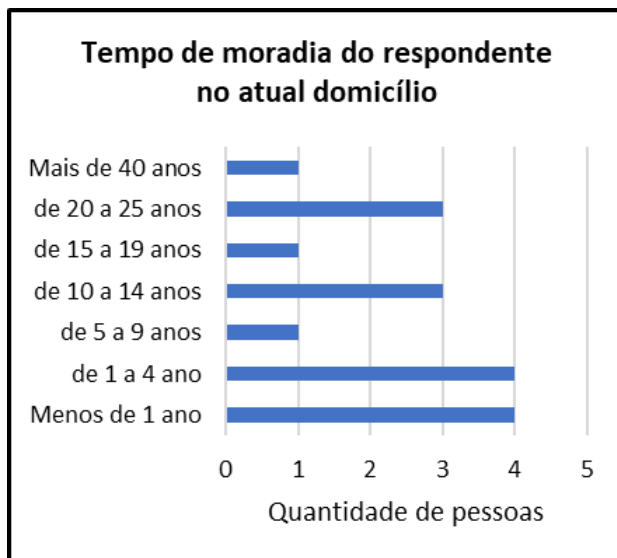


Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

O tempo de permanência nas respectivas fazendas apresentaram respostas variadas entre os entrevistados. Enquanto 47% está a menos de 5 anos no local, outros 47% responderam que vive a mais de 10 anos, e um respondente identificou estar entre 5 e 9 anos nesse domicílio. O maior tempo de permanência identificado foi de 40 anos morando no mesmo domicílio. 4 dos respondentes são

naturais do município e apenas 5 relataram ter se mudado a menos de 5 anos. Todos declararam ser da própria região, mesmo que nascidos em cidades diferentes (Figura 13).

Figura 13. Tempo de moradia do respondente no atual município



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.3 Infraestrutura Básica e de Serviços

Este tópico está subdividido em duas seções. A primeira trata das condições gerais da infraestrutura básica e dos serviços nos municípios de Inocência e Selvíria, abrangendo áreas como educação, abastecimento de água, tratamento de esgoto e lixo, disponibilidade de energia elétrica e disponibilidade de telefone e/ou celular.

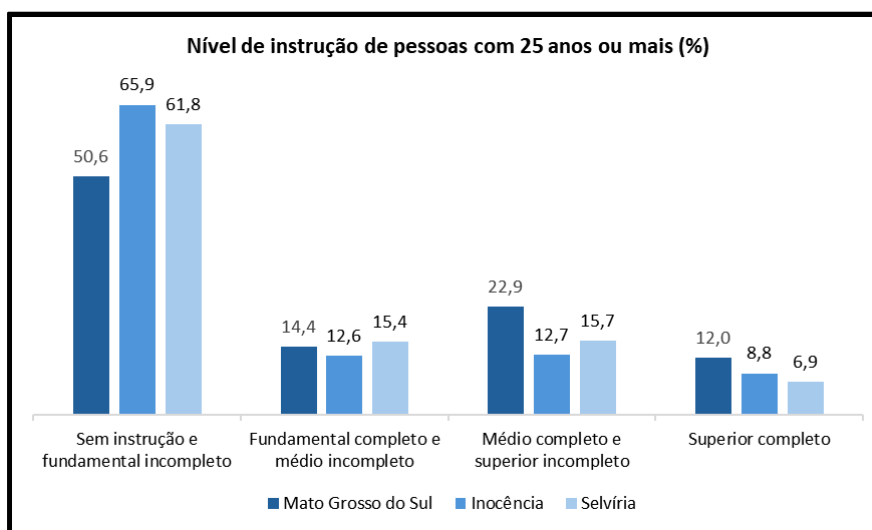
A segunda seção apresenta os resultados obtidos nas propriedades entrevistadas, incluindo temas relacionados ao abastecimento de água, tratamento de lixo e esgoto, e fontes de energia utilizadas nas propriedades.

3.3.1 Educação e grau de ensino da população local

Em relação ao nível de instrução, os municípios de Inocência e Selvíria apresentam padrões semelhantes aos observados no estado, caracterizados por baixa escolaridade. A Figura 14 apresenta o nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais para os referidos municípios e para o Mato Grosso do Sul, com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. Cerca de 50,6% dessa população declara-se como sem instrução/fundamental incompleto, sendo que para os municípios de Inocência e Selvíria, essa categoria abrange 65,9% e 61,8% da população, respectivamente.

Nessa mesma linha, a parcela da população de 25 anos ou mais que declara ter fundamental completo e médio incompleto no estado é de 14,4%, enquanto nos municípios, corresponde a 12,6% e 15,4% para Inocência e Selvíria, respectivamente. Também é observado que nos municípios, a proporção daqueles que declaram ter médio completo e superior incompleto é semelhante, com 12,7% e 15,7% para Inocência e Selvíria, respectivamente. Em todo o estado, apenas 12% desse grande grupo etário possui ensino superior (Figura 14).

Figura 14. Nível de instrução da população com 25 anos ou mais, no Mato Grosso do Sul, Inocência e Selvíria em 2010.



Fonte: IBGE, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Abastecimento de água

No que se refere à condição dos domicílios, os resultados preliminares do Censo Demográfico de 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam a disponibilidade de abastecimento de água, destino do lixo e a existência de esgotamento sanitário para as unidades de interesse, conforme demonstrado na Tabela 3.

De acordo com os dados, 854.236 domicílios em Mato Grosso do Sul possuem ligação à rede geral de abastecimento de água e a utilizam como fonte principal, correspondendo a 87,2% dos domicílios do estado. Nos municípios de Inocência e Selvíria, o percentual de domicílios corresponde a 68,82% (2.154 domicílios) e 71,19% (2.140 domicílios), respectivamente (Tabela 3).

Ainda segundo a Tabela 3, 90,3% (884.949 domicílios) dos domicílios de Mato Grosso do Sul contam com o serviço de coleta de lixo; em Inocência, esse serviço é disponibilizado para aproximadamente 74,1% (2.320 domicílios) e em Selvíria para 80,75% (2.412 domicílios). Quanto ao esgotamento sanitário, observa-se um padrão mais uniforme entre o estado e os municípios de interesse, com uma média de 99,6% de domicílios das três unidades geográficas com disponibilidade de banheiro de uso exclusivo no domicílio.

Tabela 3. Número de domicílios por tipo de abastecimento de água na AI em 2022.

FORMAS DE ABASTECIMENTO	INOCÊNCIA		SELVÍRIA		MATO GROSSO DO SUL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Possui ligação à rede geral e a utiliza como forma principal	2.154	68,82	2.140	71,19	854.236	87,20
Possui ligação à rede geral, mas utiliza principalmente outra forma	39	1,25	459	15,27	33.087	3,38

FORMAS DE ABASTECIMENTO	INOCÊNCIA		SELVÍRIA		MATO GROSSO DO SUL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não possui ligação com a rede geral	937	29,94	407	13,54	92.346	9,43
Total	3.130	100	3.006	100	979.669	100

Fonte: IBGE, 2022 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Resíduos

Segundo os dados de resultados preliminares do Censo Demográfico de 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 90,3% (884.949 domicílios) dos domicílios do Mato Grosso do Sul contam com o serviço de coleta de lixo, e o percentual de pessoas que enterram ou queimam em suas propriedades corresponde a 8,8% (87.728 domicílios).

Em Inocência, esse serviço é disponibilizado para aproximadamente 74,1% (2.320 domicílios) e em Selvíria para 80,75% (2.412 domicílios), os habitantes que não possuem acesso a esse serviço nas duas localidades é abaixo dos números no Mato Grosso do Sul, sendo dois domicílios em Inocência e seis em Selvíria, um percentual abaixo de 1% no total da população nos dois municípios.

Em contraponto, tanto em Inocência e Selvíria, o lixo queimado ou enterrado na propriedade, corresponde a 27% (630 domicílios), e 19% (569 domicílios) respectivamente. Um percentual maior em relação aos dados estaduais, no que tange a comparação com o total de população municipal nas duas localidades e no Estado do Mato Grosso do Sul (Tabela 4).

Tabela 4. Formas de destinação de resíduos na All em 2022.

FORMAS DE DESTINAÇÃO	INOCÊNCIA		SELVÍRIA		MATO GROSSO DO SUL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Coletado	2.320	74,1	2.412	80,75	884.949	90,3
Queimado na propriedade	550	17,5	540	18,08	76.938	7,8
Enterrado na propriedade	80	2,71	29	0,97	10.790	1,0
Jogado em terreno baldio, encosta ou área pública	2	0,07	6	0,05	1.166	0,01
Outro destino	178	5,62	19	0,15	5.826	0,09
Total	3.130	100	3.006	100	979.669	100

Fonte: IBGE, 2022 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Esgotamento sanitário

Com base nos dados de resultados preliminares do Censo Demográfico de 2022 quanto ao esgotamento sanitário, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

observa-se um padrão entre o estado e os municípios da AI, com uma média de 99,6% de domicílios das três unidades geográficas com disponibilidade de banheiro de uso exclusivo no domicílio, conforme se observa na Tabela 5.

Tabela 5. Formas de destinação do esgotamento sanitário nos municípios da AI em 2022.

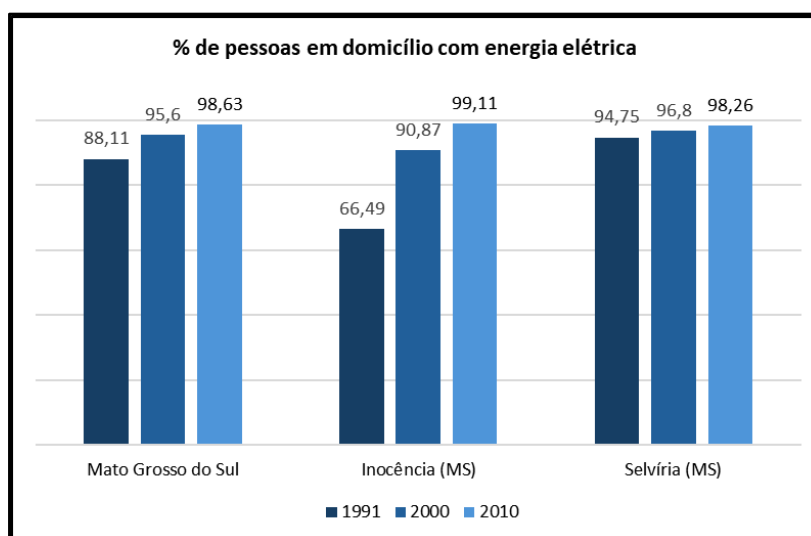
FORMAS DE DESTINAÇÃO	INOCÊNCIA		SELVÍRIA		MATO GROSSO DO SUL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede	624	19,9	46	1,2	493.318	50,3
Fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede	368	11,7	6	0,06	30.501	3,0
Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede	1.474	47,0	283	9,4	223.605	22,8
Fossa rudimentar ou buraco	664	22,4	2641	87,8	232.245	24,9
Total	3.130	100	3.006	100	979.669	100

Fonte: IBGE, 2022 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Energia elétrica

A disponibilidade de energia elétrica nos domicílios aumentou entre os períodos intercensitários nos municípios de interesse, principalmente em Inocência, onde em 1991, apenas 66,49% das pessoas viviam em domicílios com acesso a esse serviço, enquanto em 2010, esse indicador já alcançava 99,11% da população. A ampliação também é observada em Selvíria, porém em menor proporção, passando de 94,75% em 1991 para 98,26% em 2010 (Figura 15). Para o Censo de 2022 ainda não foram disponibilizados os dados quanto a existência de energia elétrica por municípios.

Figura 15. Pessoas em domicílio com energia elétrica, 1991, 2000 e 2010

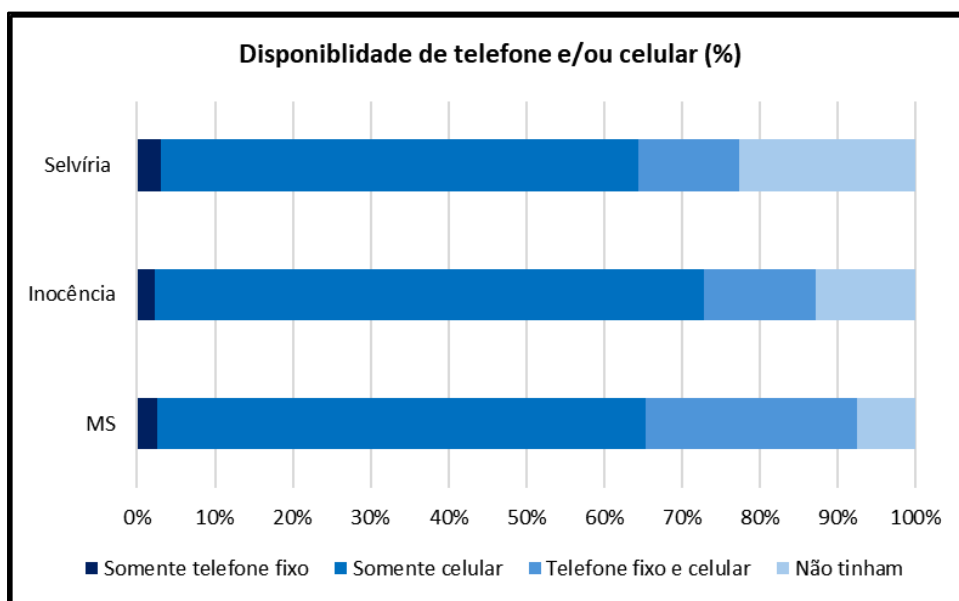


Fonte: IBGE, 2022 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Comunicação

No município de Selvíria, em 2010, aproximadamente 22,6% dos domicílios permanentes não dispunham de telefone fixo ou celular, enquanto em Inocência, esse percentual correspondia a 12,8%. Em contrapartida, 61,4% e 70,5% dos domicílios contavam apenas com aparelho celular nos municípios de Selvíria e Inocência, respectivamente (Figura 16).

Figura 16. Domicílios particulares permanentes por disponibilidade de telefone fixo e celular nos municípios da AII em 2010.



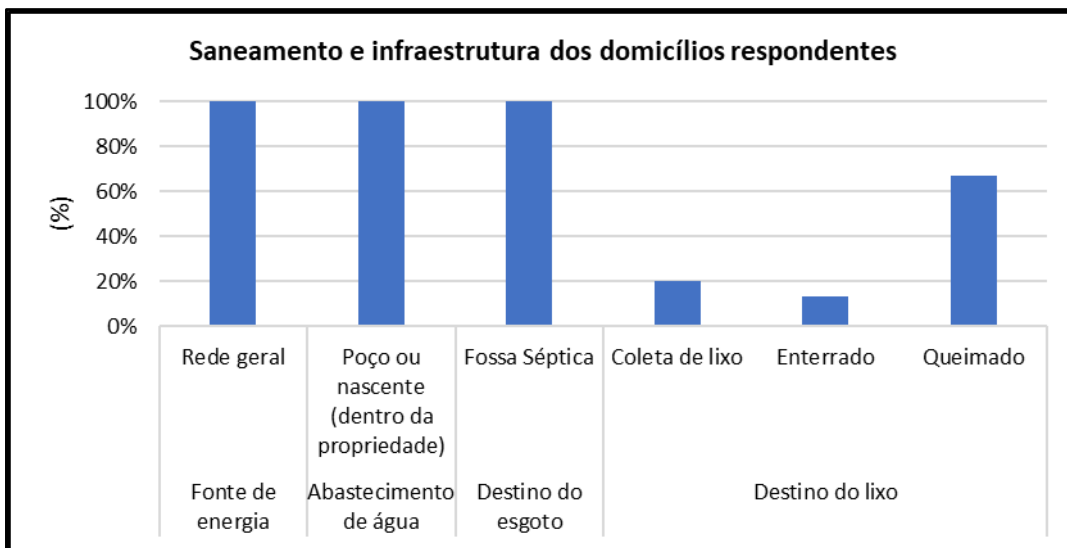
Fonte: IBGE, 2022 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.3.2 AID

Todas as propriedades apresentaram semelhantes condições de infraestrutura, onde possuíam energia ligada pela rede geral, com poços para abastecimento de água e havia fossa séptica como destino do esgoto. Essa estrutura identificada torna essas localidades com estrutura adequada quanto a suas condições ambientais, em uma proporção bem mais elevada que os domicílios rurais do país. Em duas propriedades foi relatada a instalação de energia solar, visando economia na conta de energia elétrica, porém essa não é uma realidade compartilhada entre as demais propriedades.

O destino do lixo nessas propriedades apresentou respostas diversas. 67% dos moradores relataram queimá-lo, enquanto 13% optam por enterrá-lo. Apesar da ausência de serviços de coleta da prefeitura nessas localidades, 20% mencionaram que o lixo acumulado é eventualmente levado para a cidade e entregue à coleta seletiva. Nota-se, no entanto, que uma parte significativa dos resíduos não recebe a destinação correta. A falta de orientações sobre o tratamento adequado do lixo contribui para esse cenário, e é relevante ressaltar que nenhum programa de coleta abrange os resíduos produzidos nas zonas rurais dos municípios, afetando diretamente essa população (Figura 17).

Figura 17. Resumo dos dados de saneamento e infraestrutura dos residentes na AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Em relação a comunicação, todas os respondentes entrevistados declararam que o principal meio de comunicação utilizado é a internet.

3.4 Atividades Produtivas

De acordo com relatórios da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMADESC/MS), a principal fonte de arrecadação de ICMS do município de Inocência é a pecuária. Tendo em vista a importância da participação desse segmento na economia local, a Tabela 5, apresenta a evolução do rebanho para o município e para Selvíria entre 2010 e 2022.

No período analisado (2010 a 2022), tanto nos municípios, quanto no estado número de bovinos apresentou uma queda gradativa a partir de 2019 e participação do rebanho de Inocência no efetivo estadual caiu de 2,12% para 2,03% em 2022, o município teve sua maior participação no ano de 2014, com 2,27%. Em Selvíria, a participação média no efetivo estadual nos últimos cinco anos do período analisado é de aproximadamente 0,78% (Tabela 6).

Tabela 6. Número de bovinos e percentual do efetivo estadual, por unidade geográfica e ano (2010-2022).

PERÍODO	INOCÊNCIA		SELVÍRIA		MATO GROSSO DO SUL
	Nº DE BOVINOS	% ESTADUAL	Nº DE BOVINOS	% ESTADUAL	
2010	481.510	2,15	21.9104	0,98	22.354.077
2011	447.384	2,08	202.853	0,94	21.553.851
2012	438.975	2,04	210.965	0,98	21.498.382
2013	445.060	2,11	200.818	0,95	21.047.274
2014	476.654	2,27	203.548	0,97	21.003.830
2015	479.947	2,25	192.622	0,90	21.357.398
2016	488.000	2,24	189.000	0,87	21.800.990
2017	476.100	2,22	185.717	0,86	21.474.693

PERÍODO	INOCÊNCIA		SELVÍRIA		MATO GROSSO DO SUL
	Nº DE BOVINOS	% ESTADUAL	Nº DE BOVINOS	% ESTADUAL	
2018	449.900	2,15	177.100	0,85	20.896.700
2019	411.677	2,12	158.326	0,82	19.407.908
2020	412.851	2,17	145.769	0,77	19.027.086
2021	378.057	2,03	135.404	0,73	18.608.503
2022	374.572	2,03	140.598	0,76	18.433.728

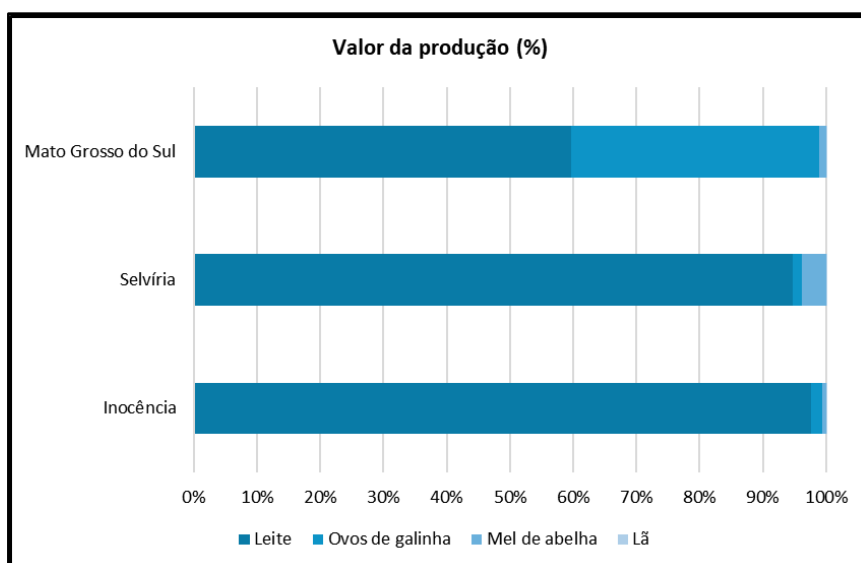
Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos.

Em relação ao valor da produção de origem animal, em 2022, a produção de leite se destaca tanto nos municípios de Inocência quanto Selvíria, correspondendo a 97,61% e 94,7%, respectivamente. O valor da produção de ovos de galinha corresponde a aproximadamente 38,1% da produção total estadual; entretanto, nos municípios abordados, representa aproximadamente 1,84% e 1,5% para Inocência e Selvíria, respectivamente.

Quanto ao valor da produção de mel de abelha, corresponde a 3,8% do valor da produção de origem animal no município de Selvíria (Figura 18). Tal produção pode estar associada à participação do município na extração vegetal. De acordo com dados da pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, o município foi responsável por aproximadamente 12,5% da produção de madeira em tora para papel e celulose no ano de 2022, e 16,28% do valor comercializado no estado.

A ampliação da capacidade energética relacionada à produção de celulose pode ser benéfica para a produção de mel de abelha, uma vez que pode gerar incentivo para a ampliação da área destinada à extração de madeira. Essa área pode ser aproveitada por apicultores na região, possibilitando uma maior diversificação da produção local e a geração de novos postos de trabalho.

Figura 18. Valor da produção de origem animal, por tipo de produto, 2022



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.4.1 AID

A dinâmica produtiva na Área Indiretamente Afetada (AID) está diretamente relacionada com a forma de ocupação identificada. As relações de moradia no local têm um caráter transitório; alguns trabalhadores relataram estar na propriedade há menos de quatro anos (8), alguns entre 5 e 19 anos (5), e outros há mais de 20 anos (4), mas outras oportunidades de trabalho os fariam se mudar. A presença de moradores ocorre principalmente nas fazendas com criação de gado, devido às necessidades do manejo entre os pastos, além dos cuidados com alimentação e água.

Em contraste, nos assentamentos vizinhos, observa-se uma produção mais diversificada, com hortifruticultura e laticínios, enquanto as propriedades com moradores (19) na AID são voltadas a criação de pecuária de corte. Não foram mencionadas nessas propriedades outros tipos de criações ou diferentes produtos de origem animal, nem mesmo a existência de culturas temporárias nos locais. A produção bovina é especializada, de larga escala e de grande porte, com algumas poucas localidades destinando também uma parcela das terras para o plantio de eucaliptos através do arrendamento para as fábricas de celulose nos locais.

Nas demais propriedades que fazem parte da AID, onde não foram localizados os moradores (16), foi identificado locais com estruturas residenciais e outras construções anteriormente instaladas, mas atualmente não utilizadas. Nesses casos, as propriedades mudaram nos últimos anos o foco de produção, deixando de exercer atividades com a pecuária e passa a arrendar suas terras ao plantio de eucalipto, o que exclui a necessidade de manter trabalhadores no local, e consequentemente a presença de moradores. Alguns dos respondentes relatam essa situação, onde trabalhavam anteriormente nessas fazendas vizinhas, porém com o arrendamento das terras para o plantio do eucalipto, perdem os seus trabalhos e passam a procurar outras fazendas para exercer suas atividades.

Os entrevistados apontam que a perspectiva atual de valores e custos de produção torna o arrendamento das terras para o plantio de eucalipto uma atividade mais lucrativa para grande parte das fazendas na região. Há exceções em localidades onde existem cursos d'água que permitem uma maior produtividade na criação de gado, ou a distância da fazenda não seja atrativa para as fábricas de celulose, e por consequência as terras são arrendadas por um valor inferior ao auferido com a criação de gado. Alguns dos relatos dos trabalhadores indicam que a escolha pela manutenção das atividades da agropecuária se deve também à identificação com esse tipo de produção pelos proprietários.

Figura 19. Estruturas presentes nas propriedades da AID para produção agropecuária.





Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

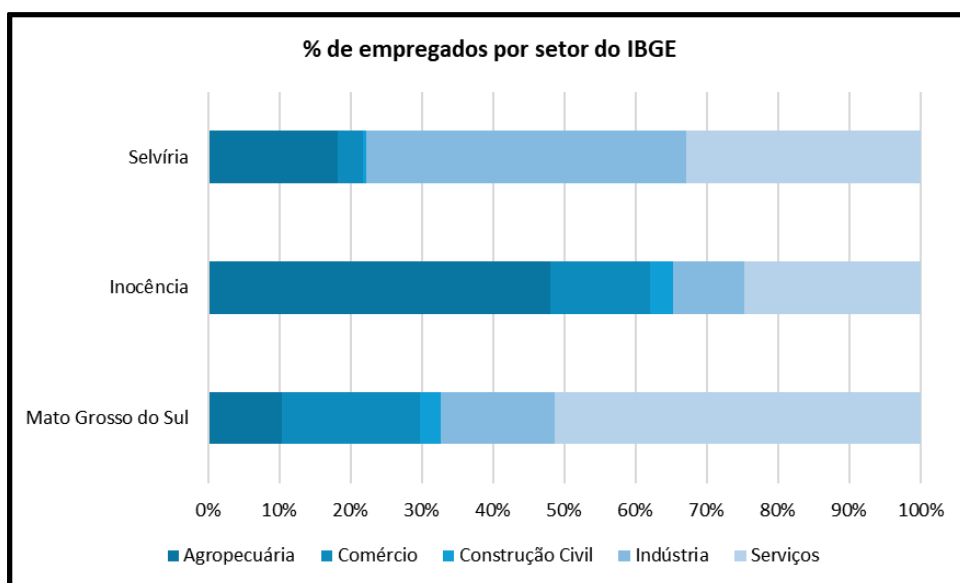
3.5 Dinâmica Econômica

3.5.1 Emprego e renda

Em 2021, de acordo com informações disponibilizadas pela RAIS, o município de Inocência possuía 1.573 vínculos empregatícios ativos, em Selvíria essa cifra era de 2610. No primeiro município, o setor da agropecuária responde por 48,12% de todos os vínculos ativos, enquanto em Selvíria, o setor com maior número de empregados é a indústria, com 1.172 vínculos, correspondendo a 44,9% dos vínculos totais. O setor de serviços emprega nesses dois municípios 24,64% e 32,87% dos vínculos, respectivamente. Em contrapartida, no estado do Mato Grosso do Sul, o setor de serviços responde por 51,36% de todos os vínculos (Figura 20).

Do total de empregados formais em Selvíria em 2021, aproximadamente 62,5% eram homens, dos quais 1632 trabalhavam na agropecuária e 800 na indústria. Em Inocência, aproximadamente 67,8% do total de empregados são homens, sendo que 644 trabalham na agropecuária.

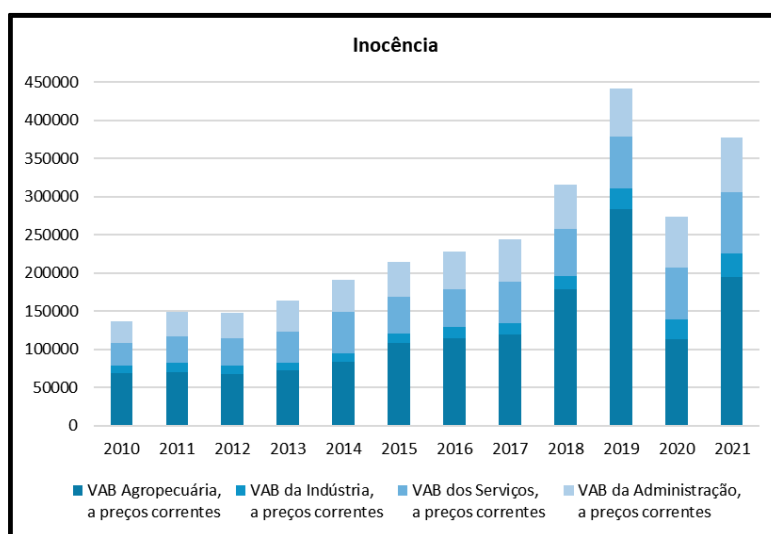
Figura 20. Número de vínculos empregatícios em 2021 por setor do IBGE.



Fonte: RAIS, 2021

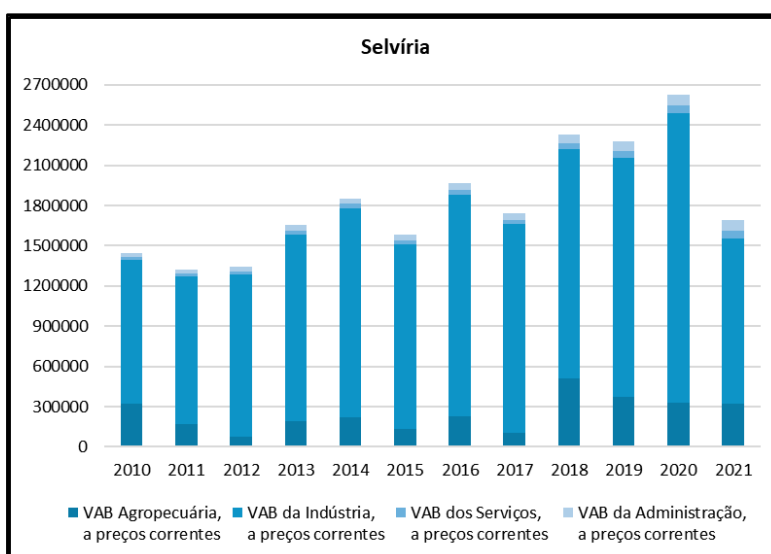
O valor bruto adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) por setor confirma o padrão observado para os vínculos empregatícios. A Figura 21 e a Figura 22 demonstram a evolução do valor adicionado por setor entre 2010 e 2021 para os municípios de Inocência e Selvíria, respectivamente. No primeiro município, observa-se um crescimento expressivo do valor bruto adicionado total, principalmente em decorrência do aumento do setor agropecuário, que entre 2010 e 2021 cresceu aproximadamente 183,7%, mantendo uma participação média no valor adicionado total de 49,6%. Os setores de serviços e administração obtiveram crescimento entre os períodos iniciais e finais de 177,3% e 149,7%, respectivamente. O setor industrial, apesar de aumentar sua contribuição nos anos de 2020 e 2021, é o setor que apresenta menor valor adicionado bruto ao PIB do município.

Figura 21. Valor Adicionado Bruto por setor a preços correntes (R\$ 1.000) em Inocência, entre 2010 e 2021.



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 22. Valor Adicionado Bruto por setor e preços corrente (R\$ 1.000) em Selvíria, entre 2010 e 2021.

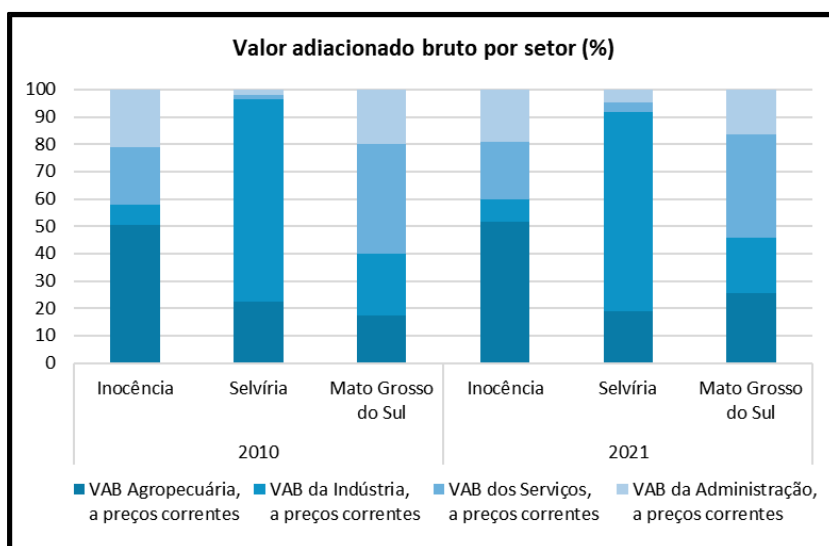


Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Em Selvíria, o setor industrial representa em média 81,9% do valor bruto adicionado ao PIB entre 2010 e 2021, sendo este o setor que mais empregou no ano de 2021. Em seguida, o setor agropecuário foi o segundo em termos de contribuição no valor adicionado, atingindo a maior participação em 2018, representando 21,8% (R\$ 508.752,2) do valor total. Nos três últimos períodos, a participação média desse setor foi de aproximadamente 15,9%. Os setores de administração e serviços, juntos, representam em 2021 cerca de 8,2% (R\$ 138.971) do valor bruto total adicionado, sendo estes os setores com menor participação ao longo de todo o período analisado (Figura 23).

Um comparativo em relação à estrutura produtiva do estado também se faz necessário para melhor compreensão da dinâmica econômica da região. Quando comparado aos municípios, o estado apresenta uma estrutura produtiva mais diversificada, com maior participação do setor de serviços nos dois anos apontados na Figura 23, sendo de 40,4% em 2010 e 37,7% em 2021. O segundo setor com maior participação no ano de 2010 foi o industrial, assumindo 22,6% do valor total adicionado; já no último ano, o setor agropecuário teve a segunda maior participação, de 25,5%.

Figura 23. Valor Adicionado Bruto por setor a preço correntes (R\$ 1.000), Inocência, Selvíria e Mato Grosso do Sul, 2010 e 2021



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.5.2 AID

A dinâmica de emprego entre os entrevistados envolve vínculos formais de trabalho entre os proprietários das fazendas e o chefe do domicílio. Os cargos ocupados foram referidos nas entrevistas como “serviços gerais” e “ajudante”. Esses trabalhadores rurais são assalariados permanentes, executando suas atividades sem um prazo definido para o término do contrato, proporcionando-lhes uma certa estabilidade. Isso os leva a trazer suas famílias para morar na propriedade

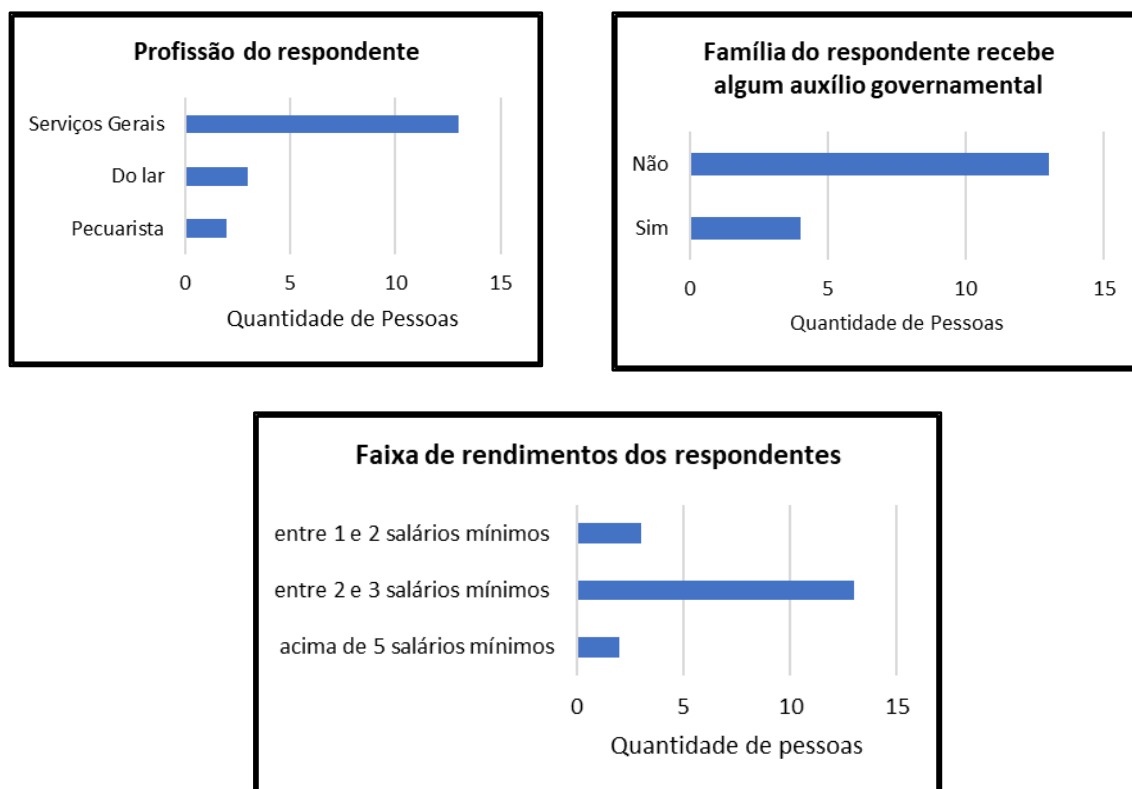
As atividades realizadas por esses trabalhadores incluem a aplicação de soros e vacinas, o manuseio de equipamento como tratores, colheitadeiras e roçadeiras; tarefas relacionadas à criação e cuidado de animais; manutenção; alimentação e assistência aos rebanhos.

As três entrevistadas do sexo feminino se identificaram como “do lar”, responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e por atividades como o cultivo de hortas e a limpeza do entorno das residências. Essas atividades não são remuneradas e, em alguns casos, são realizadas em conjunto com as tarefas da fazenda para auxiliar nas atividades diárias. Dentro dos domicílios, os filhos dos casais também auxiliam nas atividades diárias, principalmente filhos do sexo masculino. Algumas entrevistas relataram que alguns dos filhos são contratados para trabalhar na fazenda quando atingem a maioridade (Figura 24).

Outra questão levantada foi sobre o recebimento ou não de algum auxílio governamental. Quatro entrevistados confirmaram que recebem o Bolsa Família. Os entrevistados relatam que os rendimentos que a família recebe não permitem pleitear os auxílios, e esse apenas ocorre nas famílias mais numerosas, considerando o rendimento médio desse domicílio (Figura 24).

Em relação à renda familiar, observou-se uma variação nas respostas dos entrevistados. Três pessoas responderam que a renda familiar é de até 2 salários-mínimos, outras 13 pessoas possuem uma renda familiar que gira em torno de 2 a 3 salários-mínimos, e outras 2 pessoas possuem renda acima de 5 salários-mínimos. Dentro desse cenário, foi possível identificar o perfil de cada respondente. No primeiro caso, dois dos respondentes declaram exercer a função de serviços gerais e a terceira respondente não exerce atividade remunerada. No segundo caso, 11 declaram exercer a função de serviços gerais e 2 respondentes declaram não exercer atividade remunerada. O terceiro caso refere-se aos proprietários das fazendas entrevistados, que se identificaram como pecuaristas, atuando na criação e manejo do gado (Figura 24).

Figura 24. Resumo dos dados de rendimento dos residentes na AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.6 Arrecadação Municipal

No ano de 2010, a arrecadação de ICMS da pecuária de contribuintes de Inocência foi superior a 9,5 milhões de reais, enquanto a referente à agropecuária foi de R\$ 141.140. Entretanto, em 2022, quando os setores são analisados, a arrecadação da pecuária sofre um decréscimo, perfazendo nesse ano um valor de aproximadamente 5,4 milhões de reais, enquanto o setor agropecuário tem sua arrecadação elevada para 9 milhões de reais. Destaca-se também que em 2010, a arrecadação de ICMS da pecuária com origem em Inocência correspondeu a 3,14% da arrecadação desse setor no estado. Ademais, observa-se que em 2010, dentro do total do ICMS arrecadado com origem em Inocência, aproximadamente 90,6% eram decorrentes da pecuária; já em 2022, essa participação foi de 25,06% (Tabela 7).

A arrecadação estadual de ICMS proveniente de Selvíria em ambos os períodos, 2010 e 2022, teve maior participação do setor pecuário, representando 1,61% e 2,57% da arrecadação total do setor no estado, respectivamente. Em relação ao total arrecadado, com origem no município, o setor representou 88,7% em 2010 e 79,7% em 2022, outros setores como comércio e agricultura aumentaram sua participação entre os períodos, uma elevação da participação de 4,72% para 9,14% do primeiro setor e de 0,89% para 7,86% no segundo caso (Tabela 7).

Tabela 7. Arrecadação de ICMS por local de origem do Contribuinte (R\$ 1,00)

SETOR	2010			2022		
	INOCÊNCIA	SELVÍRIA	MATO GROSSO DO SUL	INOCÊNCIA	SELVÍRIA	MATO GROSSO DO SUL
Comércio	831.376	259.851	1.604.426.022	656.692	2.239.546	5.488.023.710
Indústria	8.001	194.215	304.524.510	1.121.087	663.279	1.290.695.995
Pecuária	9.528.878	4.879.758	303.183.240	5.452.173	19.528.416	761.323.511
Agricultura	141.430	49.068	346.208.441	9.000.758	1.926.313	1.145.161.969
Serviços	-	186	551.122.614	5.513.319	116.800	1.319.334.124
Eventuais	9.801	118.478	25.642.088	12.393	30.476	79.056.798
Total	10.519.487	5.501.556	3.135.106.915	21.756.422	24.504.829	10.083.596.107

Fonte: Finanças Públicas, SEMADE adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Em relação às receitas próprias municipais, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) correspondeu a 58,1% do total de receitas arrecadadas em 2010 no município de Inocência, perfazendo uma cifra de 2,3 milhões de reais. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), também no ano de 2010, representou cerca de 31,1% do total de receitas próprias do município. Em 2020, o recolhimento destes impostos resultou em uma receita superior a 5,7 milhões de reais, representando no total 58,9% das receitas próprias. Entre 2010 e 2020, a receita patrimonial aumentou sua participação de 2,4% para 16,48% (Tabela 8).

Tabela 8. Receitas Próprias Municipais (R\$ 1,00), 2010 e 2020.

ORIGEM DA RECEITA	2010		2020	
	INOCÊNCIA	SELVÍRIA	INOCÊNCIA	SELVÍRIA
IPTU	194.322	123.860	791.684	685.830
ITBI	2.348.334	1.124.640	3.927.129	1.583.770

ORIGEM DA RECEITA	2010		2020	
	INOCÊNCIA	SELVÍRIA	INOCÊNCIA	SELVÍRIA
ISS	1.258.558	2.123.908	1.862.669	4.697.232
Taxas	71.739	76.580	463.556	226.169
Contribuição de Melhoria	1.033	-	-	-
Receita de Contribuição	8.587	27.198	736.494	119.441
Receita Patrimonial	58.293	87.215	1.618.313	61.059
Receita de Serviços	12.480	-	15.810	-
Dívida Ativa	76.921	90.254	-	-
Outras Receitas	12.052	20.144	406.479	3.371.169
Total	4.042.320	3.673.799	9.822.134	10.744.670

Fonte: Finanças Públicas, SEMADE adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Em Selvíria, tanto em 2010 quanto em 2020, a principal fonte de arrecadação das receitas próprias foi decorrente do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), totalizando 2,1 e 4,6 milhões de reais, respectivamente. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) do município representou 30,6% das receitas próprias em 2010 e 14,7% em 2020. Se somados o ITBI e o ISS, juntos totalizam em 2010 cerca de 3,2 milhões de reais e em 2020 6,2 milhões de reais, o que equivale a 88,4% e 58,5% do total de receitas próprias. Em 2020, a categoria "outras receitas" representa 31,4% das receitas totais, com uma cifra de 3,3 milhões de reais (Tabela 8).

3.7 Dinâmica Territorial

3.7.1 Ocupação Territorial

Selvíria

O contexto histórico do município de Selvíria, relaciona-se com os processos políticos de criação do Estado do Mato Grosso do Sul, ocorrendo o desmembramento do Estado do Mato Grosso no ano de 1979, processo que levou cerca de 40 anos para se concluir. Portanto, anteriormente a fundação o município pertenceu ao estado do Mato Grosso e as políticas públicas locais vieram a se desenvolver posteriormente.

Com base nos dados do MapBiomas (2022), o Estado do Mato Grosso do Sul, caracteriza por 59,27% de áreas destinadas a agropecuária, 21% formações florestais, 16,86 % formação natural não florestal e 0,48% áreas não vegetadas, no qual estão inclusas as formações urbanas do estado. Desse modo, o contexto histórico e atual do Mato Grosso do Sul, são pequenos núcleos urbanos e distantes, com grandes extensões de áreas destinadas a pastagens para uso da agropecuária, silvicultura e concentração populacional em habitações urbanas, principalmente na capital Campo Grande e na cidade de Dourados.

Em consequência as distâncias territoriais entre as localidades e a densidade populacional em poucas regiões, ocasionou desigualdade econômica, disparidade de recursos disponíveis entre as diferentes localidades do estado Sul-mato-grossense, dificuldade na logística, acesso e comercialização de produtos. A estratégia adotada conforme cita a SEMADESC (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) em seu estudo desenvolvido no ano de 2015, foi a regionalização e o estabelecimento de lideranças urbanas que poderiam liderar o processo de desenvolvimento do seu entorno, facilitando a rede de infraestrutura e apoio logístico. Selvíria está

localizada as margens do Rio Paraná, a 408 km da capital Campo Grande, na região denominada Bolsão, e faz divisa ao norte com Inocência e Aparecida do Taboado, a oeste com Ilha Solteira (SP), ao sul e a Leste com Três Lagoas.

O município de Selviria foi elevado à categoria de município em 1980 através do desmembramento de Três Lagoas e Inocência, porém, o histórico da atual localidade se inicia nos anos de 1950 através dos estudos para obras de construção de uma grande usina hidrelétrica na altura do Rio Paraná denominada Ilha Solteira.

Em 1963 as obras tiveram início e um grande volume de trabalhadores se instalaram na região entre Selviria (MS) e Ilha Solteira (SP), e para minimizar os problemas de habitação surgiu o loteamento Selviria, com o intuito de se tornar uma vila dormitório para trabalhadores da usina. A partir disso se iniciou o comércio de terras na localidade que anteriormente eram pertencentes ao bioma cerrado original através de fragmentos florestais e a maior circulação de pessoas pelo território.

Nos primeiros anos de loteamento de Selviria, observam-se diversos fragmentos florestais dispersos pelo território. Já se apresentam áreas de pastagens espalhadas pela área. A cobertura por florestas de eucaliptos adultas ocorre em fragmentos menores. Nesse momento, ainda não existiam grandes aglomerados urbanos, com Selvíria ainda em formação.

Segundo os dados do Sebrae/MS, em 1991 o município contava com 37% da população com residência no campo, esse percentual caiu e a população urbana em 2010 se tornou 76% da representatividade de Selviria, conforme o censo do IBGE (2010), invertendo o cenário de quando o município foi estabelecido.

Ao analisar imagens por satélite e com base nos dados do Sebrae/MS, as áreas de pastagens podem ser visualizadas ao longo da Área de Influência Indireta e nas áreas abrangentes, assim como maiores zonas de plantio de eucalipto espalhadas pelo mapa. Isso reflete o crescimento, aceleração e incentivos a essa cultura ao longo do período histórico. Selvíria apresenta uma estrutura muito mais urbanizada e expandida em comparação ao período anterior.

Entre as imagens, é possível visualizar núcleos habitacionais que se formaram nesse período, como os assentamentos São Joaquim e Alecrim, bem como o distrito de São Pedro, embora sejam núcleos habitacionais menores e sem grandes pressões nesse contexto. Com base nos dados da Prefeitura Municipal de Selviria, o município ainda contabiliza uma das maiores áreas plantadas de eucalipto do Estado, com 110 mil hectares (segundo dados de 2017 do IBGE) e vem atraindo novas indústrias nos últimos anos.

Deste modo, as informações demonstram que a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira redimensionou o aspecto econômico, demográfico e a urbanidade no território de Selviria ao longo do curso histórico e ainda possui representatividade na empregabilidade e economia local. Com a população, a partir dos anos 1980, sendo maioria em habitações urbanas e chegando a 76% no ano de 2010.

Dessa forma, a atual paisagem caracteriza-se por um pequeno núcleo urbano concentrado de população, pastagens para gados em áreas de grande extensão e cultivo de eucalipto. Os dados do

IBGE entre os censos de 2000 e 2022, denotam que a população total do município passou de 6.085 habitantes para 8.142 pessoas nos últimos 22 anos.

3.7.1.1 Inocência

A contextualização histórica do município de Inocência, relaciona-se com os processos políticos de criação do Estado do Mato Grosso do Sul, ocorrendo o desmembramento do Estado do Mato Grosso no ano de 1979, processo que levou cerca de 40 anos para se concluir. Portanto, anteriormente a fundação o município pertenceu ao estado do Mato Grosso e as políticas públicas locais vieram a se desenvolver posteriormente.

Com base nos dados do MapBiomas (2022), o Estado do Mato Grosso do Sul, caracteriza por 59,27% de áreas destinadas a agropecuária, 21% formações florestais, 16,86 % formação natural não florestal e 0,48% áreas não vegetadas, no qual estão inclusas as formações urbanas do estado. Desse modo, o contexto histórico e atual do Mato Grosso do Sul é marcado por pequenos núcleos urbanos e distantes, com grandes extensões de áreas destinadas a pastagens para uso da agropecuária, silvicultura e concentração populacional em habitações urbanas, principalmente na capital Campo Grande e na cidade de Dourados.

Em consequência as distâncias territoriais entre as localidades e a densidade populacional em poucas regiões, ocasionou desigualdade econômica, disparidade de recursos disponíveis entre as diferentes localidades do estado Sul-mato-grossense, dificuldade na logística, acesso e comercialização de produtos. A estratégia adotada conforme cita a SEMADESC (Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação) em seu estudo desenvolvido no ano de 2015, foi a regionalização e o estabelecimento de lideranças urbanas que poderiam liderar o processo de desenvolvimento do seu entorno, facilitando a rede de infraestrutura e apoio logístico.

De acordo com informações coletadas junto a prefeitura local, o topônimo do município de Inocência foi uma indicação em homenagem a uma obra de romance nomeada Inocência, do autor Alfredo de Esgragnolle Taunay, e retrata costumes e fatos culturais da região. Os arredores do município constam as localidades ao norte (Paranaíba e Cassilândia), ao sul (Água Clara), a leste (Três Lagoas e Selvíria) e para oeste (Chapadão do Sul). São 328 km da capital Campo Grande, desde a sede do município que pertence a região turística da Costa Leste e acolhe os distritos de Morangas, São José do Sucuriú e São Pedro.

Inocência foi elevado à categoria de município em 1958, anteriormente denominado distrito de São Pedro. As terras eram ocupadas por criadores de gado que sentiram a necessidade de concentrar um povoado e melhorar questões de comercialização e comunicação, assim aumentando as receitas com seus rebanhos, a partir disso se iniciou o loteamento da Fazenda Bocaina, que nomeou o antigo povoado, atualmente Inocência. Inicialmente a atividade econômica principal da localidade se tratava da agropecuária, com a paisagem em sua grande maioria rural, e com fragmentos florestais do bioma Cerrado.

Segundo o Sebrae/MS, o processo de urbanização foi intenso no município. Em 1991, cerca de 52% da população morava no campo. A população rural diminuiu 15% enquanto a população urbana cresceu

63%, chegando a representar 64% da população total do município (IBGE, 2010). Inocência apresenta uma estrutura muito mais urbanizada e expandida em comparação ao período anterior.

No âmbito produtivo o Sebrae/MS aponta que no território do município de Inocência, 0,9% da área era dedicada, em 2006, à agricultura, dividida entre culturas temporárias e forrageiras para corte e 77% da área era de pastagens, que abrigaram 445.060 cabeças de bovinos em 2013 (IBGE), já as florestas plantadas representavam em 2012, cerca de 17 mil hectares. A caracterização atual do território é a formação de grandes extensões que se encontram ocupadas com pastagens e atividades de silvicultura, predominando os cultivos de eucalipto.

Diante disso, o desenvolvimento territorial do município se deu a partir da agropecuária, com a economia local se baseando majoritariamente na pecuária e uma paisagem unicamente rural nos primeiros anos. Porém, a necessidade de se ampliar a economia local acarretou a centralização em um povoado para melhorar a comunicação e comercialização de produtos. Com a centralização nos primeiros núcleos urbanos em Inocência levou a uma caracterização de um centro urbano.

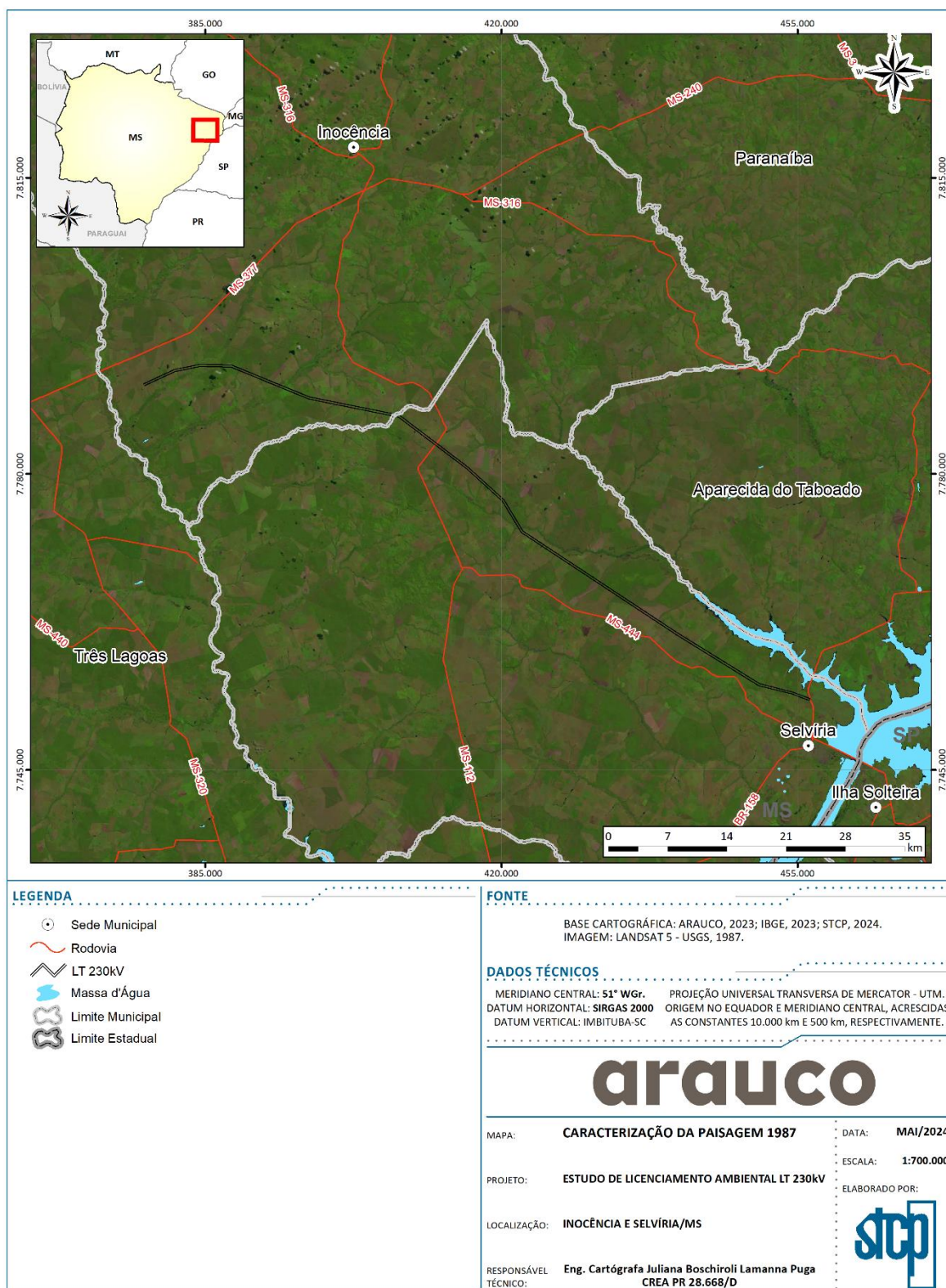
A partir, dos anos 1990 o cenário se inverteu, a população rural caiu e a urbana cresceu, apresentando atualmente uma ocupação territorial concentrada em habitações urbanas, todavia o interior do município apresenta grandes porções de terras destinadas as pastagens, plantações de silvicultura e faixas com formações florestais nativas. Com base nos dados do IBGE (2010) citados no estudo do Sebrae, a população entre 2000 e 2014 decaiu de 7.872 habitantes para 7.687 pessoas, mas no censo de (2022) a população apresentou um alta para 8.404 habitantes.

Na caracterização da paisagem, foram visualizados dados de sensoriamento remoto dos últimos 20 anos, especificamente de 1984, para a área da AII, comparando com os dados de sensoriamento remoto de 2024. A análise das imagens permitiu observar tendências de ocupações, previamente descritas nas dinâmicas populacionais e nas atividades produtivas da região.

No primeiro cartograma apresentado na Figura 25, observam-se diversos fragmentos florestais dispersos pelo território. Já se apresentam áreas de pastagens espalhadas pela área. A cobertura por florestas de eucaliptos adultas ocorre em fragmentos menores. Nesse momento, não é possível visualizar grandes aglomerados urbanos, com Selvíria ainda em formação, dado que sua fundação ocorre apenas em 1980.

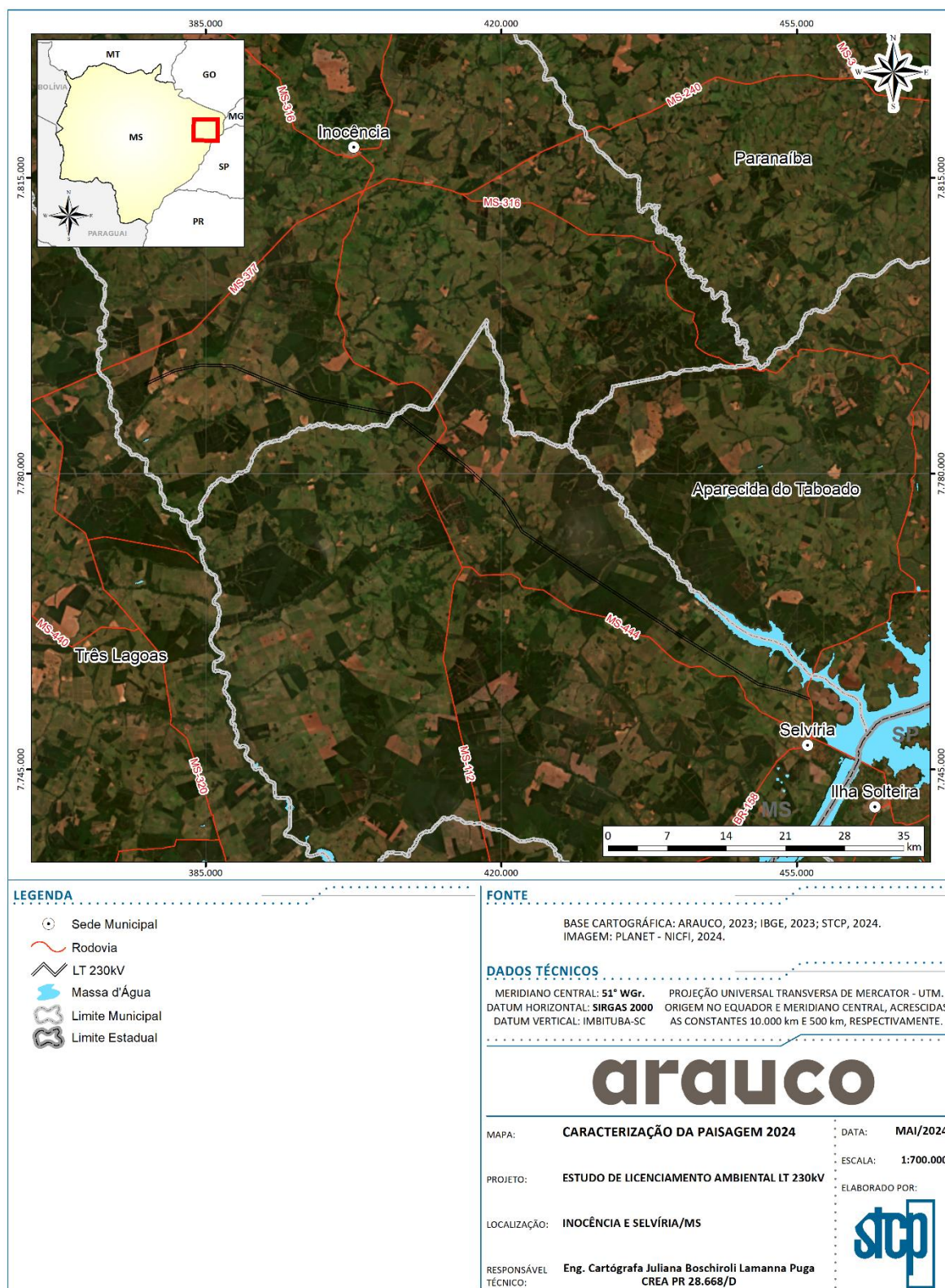
Ao analisar o cartograma da 43, cujo sensoriamento retomo data de 2024, visualiza-se uma dinâmica bastante distinta em relação ao contexto capturado em 1984. Maiores áreas de pastagens podem ser visualizadas ao longo da AII e nas áreas circundantes, assim como maiores áreas de plantio de eucalipto espalhadas pelo mapa. Isso reflete o crescimento, aceleração e incentivos a essa cultura ao longo dos anos. Selvíria apresenta uma estrutura muito mais urbanizada e expandida em comparação ao período anterior. Entre as imagens, é possível visualizar núcleos habitacionais que se formaram nesse período, como os assentamentos São Joaquim e Alecrim, bem como o distrito de São Pedro, embora sejam núcleos habitacionais menores e sem grandes pressões nesse contexto (Figura 25).

Figura 25. Caracterização histórica da paisagem na AII – 1984.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 26. Caracterização histórica da paisagem na AII – 2024.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.7.2 Planos, programas e projetos governamentais e não governamentais

3.7.2.1 Esfera federal

Ampliação da subestação e linha de transmissão de Inocência/MS

O plano de ampliação foi instituído pelo MME (Ministério de Minas e Energia), que anunciou em março de 2024, o projeto de ampliação da subestação no município de Anastacio (MS) até a região nordeste do estado do Mato Grosso do Sul atravessando o Rio Pântano entre Inocência (MS) e Ilha Solteira 2, com a ideia central de reforço sistêmico de energia elétrica para eliminar quedas e sobrecargas em transformadores. E atender a maior demanda de uso elétrico que a região terá com a instalação de empreendimentos de grande porte.

O plano está em fase inicial, e a previsão de obras são de 48 meses, o empreendimento pertence a um lote de leilão de linhas de transmissão da ANEEL, que faz parte do programa de expansão da transmissão desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). o Consórcio Paraná foi o vencedor e arrematou o direito de uso por 30 anos, a partir da assinatura dos contratos, que devem ocorrer até o mês de junho.

Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado)

O Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e queimadas no bioma cerrado produzido pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente), foi retomado com a publicação do Decreto Federal nº 11.367/2023, e orienta a utilização nacional dos recursos bioma cerrado, visando melhoria na qualidade de vida população como também a proteção do ecossistema. Desta forma, o PPCerrado responsabiliza-se pelo planejamento do zoneamento de usos e atividades no bioma cerrado. O novo PPCerrado busca alinhamento com o PPCDam, com vigência de 2023 a 2027, de forma a coincidir com o Plano Plurianual (PPA).

De acordo, com as informações do MMA, o “plano para o Cerrado é estruturado em quatro eixos temáticos, os mesmos que também norteiam o PPCDam e os planos para os demais biomas:”

- i. Atividades Produtivas Sustentáveis;
- ii. Monitoramento e Controle Ambiental;
- iii. Ordenamento Fundiário e Territorial;
- iv. Instrumentos normativos e econômicos, dirigidos à redução do desmatamento e à concretização das ações abrangidas pelos demais eixos dos planos.

Desse modo, o PPCerrado envolve a criação de empregos “verdes” em vários setores econômicos, gerando oportunidade de renda a população e um desenvolvimento econômico do bioma e para as empresas, abrangendo a agricultura familiar, extrativismo sustentável, à agroecologia, sistemas agroflorestais e agrossilvipastoris, além da recuperação produtiva das áreas que deve ser uma estratégia central no diálogo sobre a transição ecológica.

A execução do projeto se dá na forma de articulação, ações de planejamento e gestão, que serão mobilizados por órgãos federais e estaduais no segmento ambiental, administrações municipais, organizações não governamentais locais e entidades relacionadas à proteção ao patrimônio natural e

cultural, a regularização fundiária e empresas atuantes no setor agropecuário, florestal, mineração, entre outros.

3.7.2.2 Esfera estadual

Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul – ZEE/MS

Com base nas informações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Mato Grosso do Sul (ZEE) de 2015, os municípios da área de estudo compõem a Zona Sucuriú-Aporé, localizada na porção Nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul, que faz divisa com os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, se estendendo até a margem esquerda do rio Sucuriú. A partir do seu encontro com o rio Paraná, até seu contato com os limites da bacia hidrográfica do rio Taquari, com uma área de aproximadamente 28.572,3 Km².

O Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual, (executado de forma compartilhada entre a União, os estados e os municípios), aponta que a zona Sucuriú-Aporé apresenta fragilidades e potencialidades, que podem ser relacionadas diretamente ou indiretamente aos aspectos do empreendimento, tais como:

- Vulnerabilidade Geoambiental
 - O índice de vulnerabilidade indicado foi de 1,08, recebendo uma classificação de Zona estável;
 - A zona Sucuriú-Aporé apresenta conforme os relatórios tendência a erosão, devido alguns fatores: intensa ocupação com usos inadequados, acarretando desertificação associada aos baixos índices de chuva e a solos predominantemente arenosos;
 - A vulnerabilidade Hidrogeológica foi a que apresentou o maior índice de fragilidade, totalizando 92%, a porção extremo Leste representa o maior predomínio de vulnerabilidade, classificada como muito alta, mesmo na proximidade dos rios Sucuriú e Paraná;
 - Entretanto, a variável de Profundidade do Aquífero [D] e o Material do Aquífero [A] não receberam com os maiores índices de fragilidade ambiental;
 - “A porção Leste está inserida na região do bolsão arenoso, que favorece a erosão superficial e alto índice de permeabilidade, portanto inspira cuidados quanto a utilização do solo, com a criação de programas de recuperação de áreas degradadas e preservação de recursos hídricos.
- Condições Socioeconômicas e Potencialidades:
 - Alta potencialidade socioeconômica. Atualmente, todo este Nordeste Sul-mato-grossense consolida grandes áreas de lavouras com uso intensivo de máquinas, implementos agrícolas e produtos químicos que garantem os melhores índices de rendimento da agricultura do Estado;
 - Avanço do setor industrial, ainda que esta não seja a vocação da Zona até o momento, com destaque para os municípios de Aparecida do Tabuado e Paranaíba;
 - No trato com a circulação interna, esta zona possui um nível bastante razoável de circulação entre os municípios que a compõe, tanto em viagens quanto em mercadorias, embora ainda esteja aquém do seu potencial.

- Infraestrutura de transporte rodoviário como boa potencialidade, possibilitando a aproximação das cidades e o escoamento da produção de Leste a Oeste;
- A Ferrovia Ferronorte, com estrutura moderna, cruza toda extensão de Leste a Oeste da Zona, possibilitando a ligação desta região produtora de grãos ao Porto de Santos;
- O quantum de energia disponível para ampliação produtiva é satisfatório visto que a região é atendida, via SE Selvíria, por um sistema radial de 138kV através da interligação Ilha Solteira-Jupia.
- Possibilidade de implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica - PCH em Inocência;

Em relação ao uso do solo e biodiversidade a zona possui características majoritariamente de pecuária, ocupando 1.943.509,14 hectares, a agricultura com 190.689,39 hectares, seguido da cana-de-açúcar com 40.366,35 hectares e a silvicultura cerca de 17.041,59 hectares ocupados. As formações florestais são pequenas com uma caracterização de fragmentos que possuem conectividade intermediária, a maior concentração de vegetação natural estão presentes nas nascentes e no trecho médio do rio Sucuriú em Inocência e Costa Rica.

Nesta zona, as áreas protegidas retratam 15,65% da representatividade total da área, sendo estas a APA Municipal Bacia Sucuriú, APA Municipal das Nascentes do rio Sucuriú, Parque Estadual Nascentes do Taquari, Parque Municipal do Lage, Parque Municipal Salto Sucuriú, Parque Nacional das Emas, RPPN Ponte de Pedra e RPPN Reserva Sabiá.

Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas no Mato Grosso do Sul

O plano foi desenvolvido no ano de 2022, pela REFLORE/MS, SEBRAE/MS e SEMAGRO (Secretária de Estado e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar), e tem como objetivo, reunir dados e informações que possa agregar a análise do mercado florestal, potencialidade e vulnerabilidades que o setor apresenta no âmbito estadual, produzindo um plano de desenvolvimento sustentável para florestas plantadas. Seguindo a estratégia “Diversificação e a Agregação de Valor como Base para o Desenvolvimento Sustentado do Setor Florestal” e a implementação deve ocorrer durante o período entre 2022 e 2036.

As etapas propostas são:

- Implementação (considerando fatores ou critérios técnicos, econômicos, sociais, ambientais, institucionais, legais, políticos e outros)
- Esforços baseados em três pilares: clima de negócios, base florestal e base industrial;
- Estabelecimento de impactos e metas de crescimento em cada pilar estabelecido;

O diagnóstico e as análises realizadas mostram que o Estado possui um Setor Florestal robusto, apresentando potencial de crescimento no segmento de madeira para processo de energia e produtos de madeira sólida. O desenvolvimento atual no setor está atrelado a criação de unidades industriais de grande porte.

Para o tema base florestal, são propostas ações:

- Expansão dos plantios;
- Apoio para assegurar ganhos contínuos de produtividade;
- Promoção da diversificação de espécies;
- Manejo para uso múltiplo;

Propostas de ações com prioridades estratégicas:

- Ações que possam assegurar a continuidade do processo de melhoria do clima de negócios;
- A melhoria do clima de negócio beneficiará também outros setores da economia do Estado, facilitando a atração de investimentos e promovendo o desenvolvimento social e econômico sustentado;
- As ações e estratégias propostas no Programa de Mudanças Climáticas de Mato Grosso do Sul – PROCLIMA, estão alinhadas com o processo de melhoria do clima de negócio.

Plano Estadual de Recursos Hídricos

A Lei Federal nº 2.406/2002, publicada no diário oficial do governo do estado do Mato Grosso do Sul e alterada, instituiu a Política Estadual dos Recursos Hídricos e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, tem por finalidade (art. 2º):

I – Assegurar, em todo o território do Estado, a necessária disponibilidade de água, para os atuais usuários e gerações futuras, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos;

II – Promover a compatibilização entre os múltiplos e competitivos usos dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

III – Promover a prevenção e defesa contra os eventos hidrológicos críticos, de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública ou prejuízos econômicos ou sociais;

IV – Incentivar a preservação, conservação e melhoria quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos.

Com base nos dados do IMASUL (Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul), o estado do Mato Grosso do Sul está dividido em 15 unidades de planejamento e gerenciamento adotadas para a gestão dos recursos hídricos no cenário estadual. São chamadas de (UPGs) e os municípios do empreendimento estão localizados nas UPGs de Sucuriú e Quitéria. O plano tem por objetivo estabelecer diretrizes e intervenções para garantir a qualidade e a quantidade de água suficiente para usos atuais e futuros.

Foram definidas áreas estratégicas de gestão (UPGs) para captação de água atual e futuramente, a fim propiciar o balanço hídrico atual de disponibilidades e demandas, projeção de cenários alternativos à situação atual, contribuindo ainda para a consolidação de ações de enquadramento e implantação do plano, de modo a facilitar sua operacionalidade.

O empreendimento está previsto na região hidrográfica do Rio Paraná e abrangerá duas unidades de gerenciamento, com os rios mais próximos a AII e AID, sendo os afluentes do Rio Sucuri (Rio das Morangas, Rio São José e Rio São Pedro), além do Rio da Quitéria localizado a leste de Inocência convertendo-se como afluente do Rio Paraná.

O mesmo documento de 2015 do IMASUL/MS apresenta dados sobre as UPGs, com a de Sucuruí apresentando vazão média de 291.4 – 675.9 metros cúbicos por segundo, e Quitéria entre 60.5 e 91.7, muito se deve ao trecho do rio Sucuruí, apresentar afluentes e um curso d'água maior em extensão.

De acordo com o relatório da ANA (Agência Nacional de Águas) apresentado no PERH/MS, o Balanço Hídrico Superficial e Subterrâneo, as UPGs (Sucuruí e Quitéria) não apresentam criticidade no nível das águas estratégicas de gestão em relação aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em termos qualitativos. As UPGs apresentam uma taxa inferior a 5%, em demanda x disponibilidade, sendo classificadas na categoria Excelente - Pouca ou nenhuma atividade de gerenciamento é necessária.

Revisão do Plano Estadual de Logística em Transporte – PELT/MS

Desde 2021 está em andamento a revisão do Plano Estadual de Logística em Transporte – PELT/MS, que está sendo desenvolvido pela AGESUL – Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos através do contrato de empréstimo LN 7872-BR, firmado com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. A elaboração do PELT/MS permitirá que o planejamento de logística de transportes estadual seja integrado ao PNLT do governo federal, possibilitando uma estruturação consistente dos investimentos no Estado, revisando e complementando as diretrizes emanadas do Plano Nacional para o Estado, adequando-as à realidade existente.

Alguns objetivos e metas do plano foram elencados junto à AGESUL:

- Definir a visão de futuro e as estratégias de intervenção pública e privada voltadas à articulação física do Estado e à reorganização das suas cadeias logísticas, orientando o desenvolvimento estadual nos próximos 15 anos;
- Fomentar a racionalização dos fluxos de transporte na malha viária do Estado, com sua integração física através do uso da multimodalidade, maximizando as vantagens dos diversos modos de transporte para a movimentação de cargas;
- Aumentar a competitividade da produção do Mato Grosso do Sul, ampliando o acesso a mercados nacionais e internacionais, através da eliminação de gargalos atuais e futuros e do aumento da qualidade da infraestrutura, com a redução dos custos e tempos de transporte.

Infraestrutura de Selvíria e pavimentação da MS-444

Em março de 2024 a SEILOG (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística) prevê um novo projeto de pavimentação da rodovia MS-444 que interliga as rodovias BR-158 e MS-112 (trecho entre Selvíria e Inocência). O projeto visa a restauração e a ampliação da capacidade de tráfego e acessibilidade no trecho urbano em 17 km de extensão. A responsabilidade da via é do governo estadual e será disponibilizado orçamento para obras de pavimentação urbana no município.

A rodovia é a principal via de escoamento e acesso para Selvíria com os municípios de Inocência e ligação com a MS-377 e MS-316 que interligam o município ao interior do estado. O projeto colabora principalmente para o escoamento do plantio de eucalipto com as cidades vizinhas e implanta melhorias nos acessos às áreas rurais da AID.

Obras na MS-316

O governo estadual do Mato Grosso do Sul, em abril de 2024 prevê um novo projeto de pavimentação e infraestrutura na MS-316, a AGESUL (Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul) já realizou a escolha da empresa que executará a obra de 38 quilômetros de asfalto com prazo de 240 dias. O trecho da MS-316, entre Chapadão do Sul e Inocência, com 38,1 quilômetros é um importante trecho de escoamento de produção da agricultura, pecuária e silvicultura da região. A estrada também se liga a rodovias de acesso a São Paulo e a Minas Gerais.

Inocência vai receber um grande investimento com empreendimento no setor de plantio de eucaliptos, e a atual estrada possui partes sem pavimentação. A SEILOG (Secretária de Estado de Infraestrutura e Logística) é encarregada por todo o processo de planejamento e execução do projeto.

Plano Aeroviário – Investimentos no Aeroporto de Inocência

O governo do Estado do Mato Grosso do Sul, tem desenvolvido um projeto de revitalização dos aeroportos estaduais e a SEILOG (Secretária de Estado de Infraestrutura e Logística) junto ao governo estadual prevê investimentos a partir do ano de 2024 até 2026. Inocência se encontra atualmente com a necessidade de expandir sua oferta na estrutura e recepção de empregadores e trabalhadores que venham até o município, devido a um grande empreendimento da Arauco, no ramo silvicultural que pode atrair até 12 mil pessoas a cidade.

No dia 18 de março de 2024, foi divulgado no diário oficial do estado a licitação para implantação de pistas de pouso e decolagem, de novos pátios e alambrados. A escolha da empresa responsável pela obra já foi realizada.

3.7.2.3 Esfera Municipal

Plano de Saneamento Básico de Inocência

Com a publicação da Lei Federal nº 11.445/2007, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico, os municípios ficam encarregados de elaborarem seu respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Caso o município falte com este instrumento, a prefeitura não receberá recursos federais para projetos que envolvam serviços, infraestruturas, instalações operacionais relativas ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

Com base no Art.12 da Política Municipal de Saneamento Básico de Inocência de 2017, do conjunto de serviços, instalações e infraestruturas integradas ao plano destacam-se:

- Serviços de esgotamento sanitário: Coleta, transporte, tratamento e disposição adequada, desde as ligações prediais até a emissão final;
- Serviços de abastecimento de água potável; Captação, tratamento, abastecimento e respectivos instrumentos de medição;
- Serviços de drenagem e manejo das águas pluviais: Transporte, retenção para amortecimento de vazões em caso de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas na área urbana.

Plano de Desenvolvimento Econômico de Inocência e Selvíria – PDE

No dia 26 de outubro e 02 de dezembro de 2021, foi lançado junto ao Sebrae/MS, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Inocência e Selvíria, respectivamente, por meio do programa Cidade Empreendedora, com o objetivo de atualizar o diagnóstico e as legislações correlatas ao planejamento territorial das localidades, e inclui ações de melhorias voltadas para impulsionar o desenvolvimento local. Visa-se, ainda, definir objetivos, diretrizes e propostas de ação para o desenvolvimento integrado do município, considerando as dimensões ambientais, urbanísticas, socioeconômicas, territoriais, institucionais, de infraestrutura e de serviços públicos das áreas urbanas e rurais de Inocência.

O plano apresenta os fatores que contribuem para a instalação de empreendimentos nos municípios, com enfoque para a potencialidade produtiva na área rural e para a produção e transmissão de energia. Desta forma, o empreendimento está compatível com a vocação produtiva dos municípios.

3.7.2.4 Esfera privada

Empreendimento do setor elétrico

Em consulta à base cartográfica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foram identificados dois empreendimentos na AI, conforme indicados na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Empreendimento do setor elétrico em operação na AI.

MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	ANO DE OPERAÇÃO	EXTENSÃO (KM)
Inocência e Selvíria	LT 230 kV	2011	74,72
Selvíria	SE 440/230 kV Ilha Solteira 2	2011	-
Selvíria	LT 440 kV Ilha Solteira 2 C2	2011	9,19
Inocência	LT 230 kV Inocência – Chapadão C1	2011	134,68

Fonte: EPE, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Terminal Intermodal Inocência

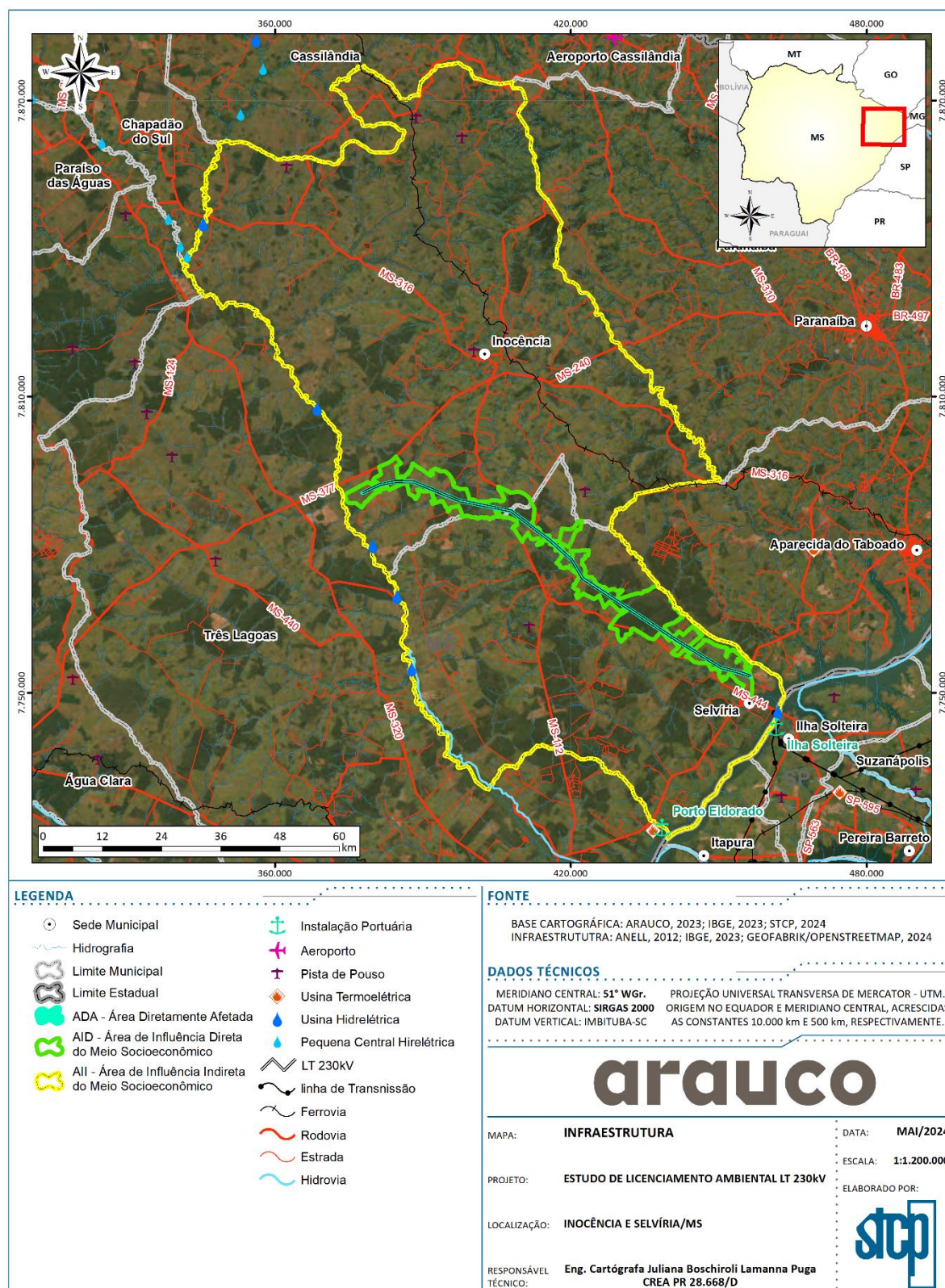
Dentre os empreendimentos previstos nos municípios do projeto, o Terminal Intermodal Ferroviário da empresa Suzano, está em fase de construção e o início das operações previstas para o ano de 2024. Ficando localizado as margens da rodovia MS-240 no trecho entre Paranaíba e Inocência e vai funcionar com o objetivo de interligar os armazéns da empresa com a Ferrovia Malha Norte da Rumo, que liga Rondonópolis (MT) até o Porto de Santos (SP), passando pelo terminal em Inocência/MS, servindo de apoio logístico e ampliando a eficiência de escoamento de produção.

Ferrovias

Atualmente, está em operação a Ferrovia Malha Norte, da concessionária Rumo Logística, que conecta os estados do Mato Grosso e São Paulo para escoar grãos e outros tipos de cargas para o Porto de Santos. A Ferrovia Malha Norte possui aproximadamente 700 km de extensão, interceptando mais de 20 municípios nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Um ramal ferroviário está em implantação no município de Inocência, com o intuito de atender o escoamento de celulose e derivados de uma fábrica em implantação.

Salienta-se que o empreendimento não se sobrepõe ou se limita a áreas de projetos previstos ou em operação identificados, assim ilustrado no cartograma da Figura 27.

Figura 27. Projetos de infraestrutura existentes e previstos na AI.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.8 Mobilidade Urbana

O traçado aprovado da LT parte de Selvíria - MS e segue até o município de Inocência – MS, paralelamente à rodovia MS-444, cruzando posteriormente a rodovia MS-112. Ao longo desses 90 km de extensão, a LT não atravessa núcleos urbanos ou equipamentos públicos. Apesar de sua instalação ser paralela à MS-444, o acesso não ocorre diretamente pela rodovia, sendo necessário utilizar vias alternativas dentro das propriedades.

As principais vias de acesso são de responsabilidade das prefeituras, que destinam verbas e maquinários para a terraplanagem e manutenção dessas estradas. As localidades que possuem crianças em idade escolar são atendidas por ônibus escolares que transportam as crianças até as suas respectivas escolas, ressaltando a necessidade de manutenção das vias de acesso dentro dessas propriedades por parte das prefeituras.

Durante o ano de 2021, a Secretaria de Estado de Infraestrutura realizou um estudo de tráfego para avaliar melhorias e ampliar a capacidade do sistema rodoviário na rodovia MS-112. Foi construída uma estimativa do volume diário médio anual de pontos tanto na MS-112 quanto na MS-444. O objetivo era fundamentar os estudos econômico-financeiros, analisando as receitas e os custos necessários à concessão desses sistemas rodoviários.

A estimativa, que considera a variação do tráfego ao longo do ano (também conhecida como variação sazonal), depende do tipo de via e das atividades a que ela serve. No caso das rodovias da Região Centro-Oeste, que são responsáveis pelo escoamento da produção agrícola, a movimentação de caminhões varia significativamente de acordo com as épocas de safra.

Para o ajuste mensal de todas as contagens deste estudo, optou-se por utilizar como referência os fatores de sazonalidade obtidos com base na série histórica dos anos de 2016, 2017 e 2019. Esses valores são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10. Volume diário médio anual dos pontos de contagem em 2021.

RODOVIA	SENTIDO	AUTOS	MOTOS	ÔNIBUS	CAMINHÕES			TOTAL
					LEVES	PESADOS	SUPER P.	
MS-444	S	158	21	8	14	8	0	209
MS-444	N	151	23	7	18	8	0	206
MS-112	S	312	33	3	47	41	70	506
MS-112	N	418	35	7	73	34	69	635

Fonte: SEINFRA, 2021 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

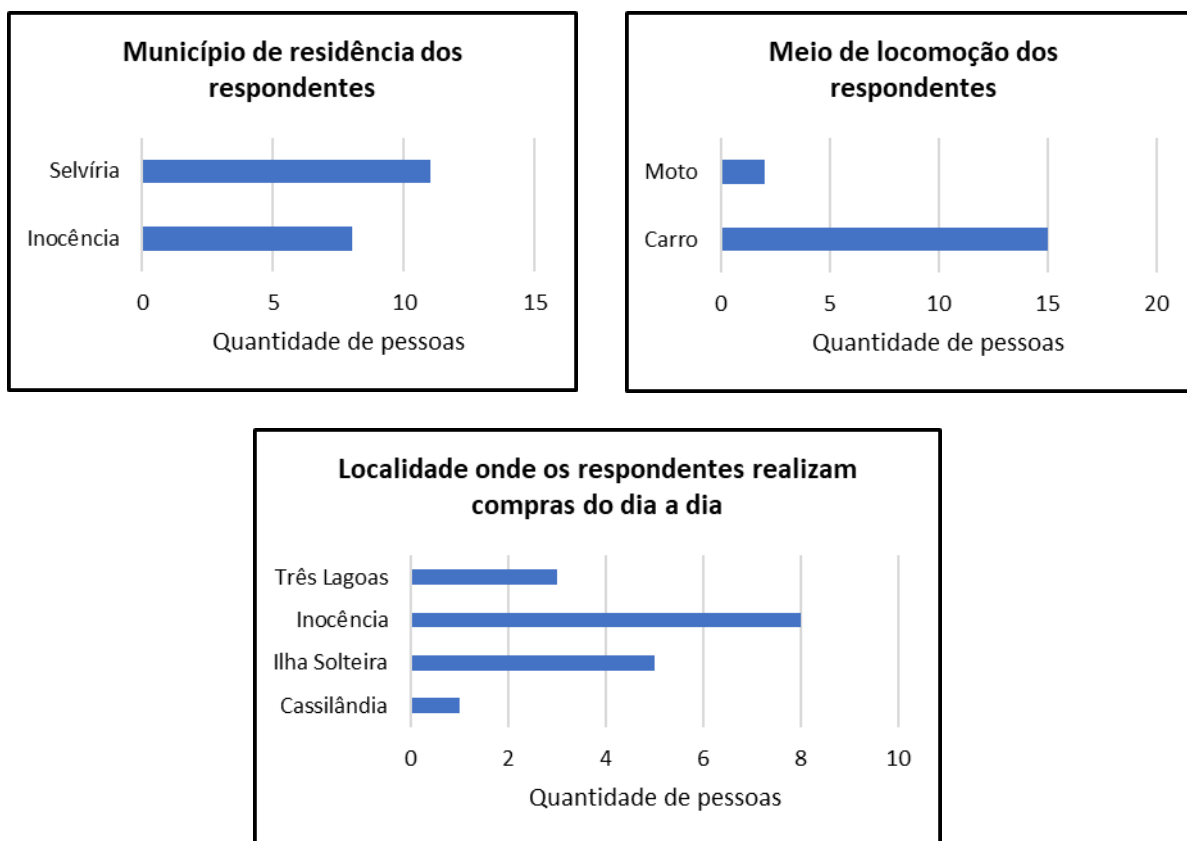
Embora a rodovia MS-444 apresente um fluxo menor, ela é uma via de acesso crucial para os moradores da sede do município de Selvíria e para o acesso a Ilha Solteira. A partir de seu entroncamento com a MS-112, a rodovia apresenta um trecho de 46 km, que é destacado pela importância para o escoamento de eucaliptos e o abastecimento dos três assentamentos: Alecrim, São Joaquim e Canoas. Atualmente, essa é uma via não pavimentada. No entanto, notícias recentes indicam que o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul autorizou a execução do projeto de pavimentação da MS-444.

Na AID, 57% das propriedades estão localizadas no município de Selvíria, com uma parcela menor em Inocência. O acesso a essas propriedades é feito principalmente por carros, com apenas dois entrevistados declarando que utilizam motos com mais frequência (Figura 28 e Figura 28).

Os acessos são feitos por estradas de terra e apresentam condições de difícil acesso em períodos chuvosos. A locomoção para fora das propriedades não é frequente, sendo realizada principalmente para fazer compras.

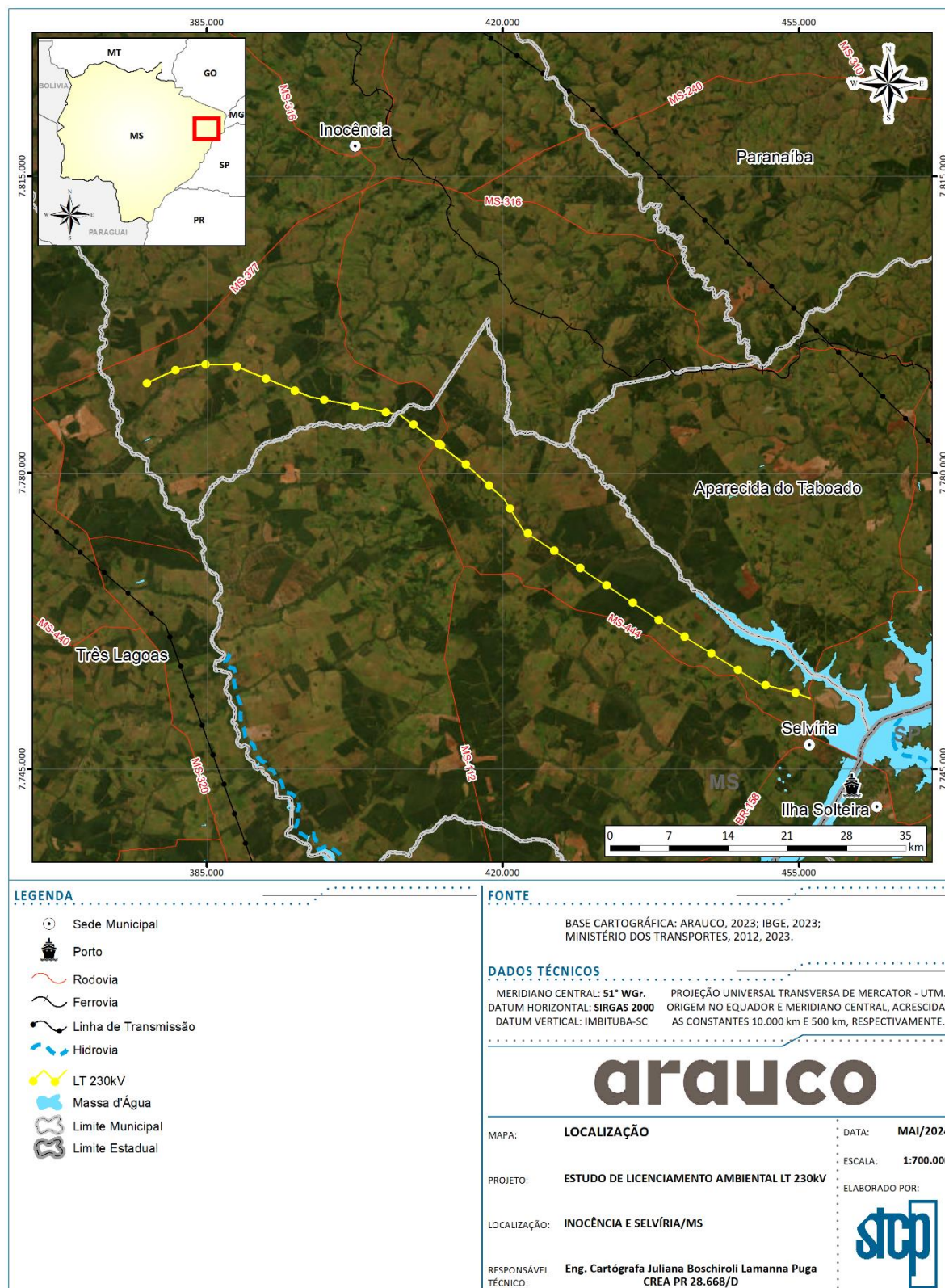
A maioria dos moradores declarou que faz compras no município de Inocência. Moradores próximos de Selvíria preferem fazer compras em Ilha Solteira, um município a 15 km de distância. Três Lagoas, um município a 74 km de distância de Selvíria, também foi citado como local de onde normalmente se locomovem para realizar essas compras.

Figura 28. Resumo dos dados de mobilidade dos residentes na AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 29. Sistema viário na AI



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.9 Uso e ocupação do solo

A análise do uso e ocupação do solo em uma determinada área ou região envolve aspectos relacionados ao zoneamento vigente dos municípios que a englobam, à rede viária e aos usos atuais da terra. O nível de uso e ocupação do solo de um dado local corresponde a uma série de fatores decorrentes do potencial de uso dos recursos naturais, de aspectos sociais e culturais da população que se utiliza desses recursos e de mecanismos econômicos que determinam a forma e a intensidade com que estes recursos são utilizados.

A avaliação da dinâmica do uso e ocupação do solo permite compreender a organização do espaço, suas configurações passadas e atuais, mudanças e tendências (SOUZA E REIS, 2011). Nesta perspectiva, esta análise contribui para a identificação de impactos e fatores estressores associados a processos naturais e, sobretudo, a ações antrópicas que podem interagir com o empreendimento de forma sinérgica ou cumulativa (SOUZA et. al., 2014).

Para AID essa avaliação consistiu na utilização de produtos de sensoriamento remoto da Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável (FBDS) para o ano de 2018. Tais dados oportunizam a análise das classes de uso do solo catalogadas pelo FBD para as áreas de influência. A conferência e edição vetorial dos produtos é efetuada na escala de 1:10.000, identificando seis classes indicadas a seguir.

- Formação florestal: vegetação arbórea nativa com dossel contínuo;
- Formação não florestal: vegetação arbustiva ou herbácea nativa;
- Corpo hídrico: espelho d'água contínuo;
- Área antropizada: áreas desprovidas de cobertura vegetal nativa;
- Silvicultura: cultivos de *Eucalyptus sp.* ou *Pinus sp.*

Para a ADA, realizou-se o mapeamento do uso e ocupação do solo através da interpretação visual de imagens obtidas por intermédio do imageamento aéreo com a utilização de Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) no ano de 2023. Foram interpretadas as mesmas classes utilizadas no levantamento por meio de sensorialmente remoto da FBDS, com o intuito de padronizar a avaliação e permitir a análise comparativa.

Conforme detalhado na Tabela 11 e representado no cartograma da Figura 30, na AID há o predomínio de área antropizada (75%), seguidamente de silvicultura (10%) e formação florestal (9,5%). As classes de corpos hídricos e formação florestal somam aproximadamente 5% da AID.

Na área de intervenção direta para implantação do empreendimento, a classe de maior representatividade na ADA é área antropizada, com mais de 50% de representatividade, seguidamente de silvicultura, com cerca de 30% aproximadamente. Destaca-se, portanto, que a ADA incide de forma inexpressiva sobre áreas de formação florestal, conforme evidenciado na Tabela 11.

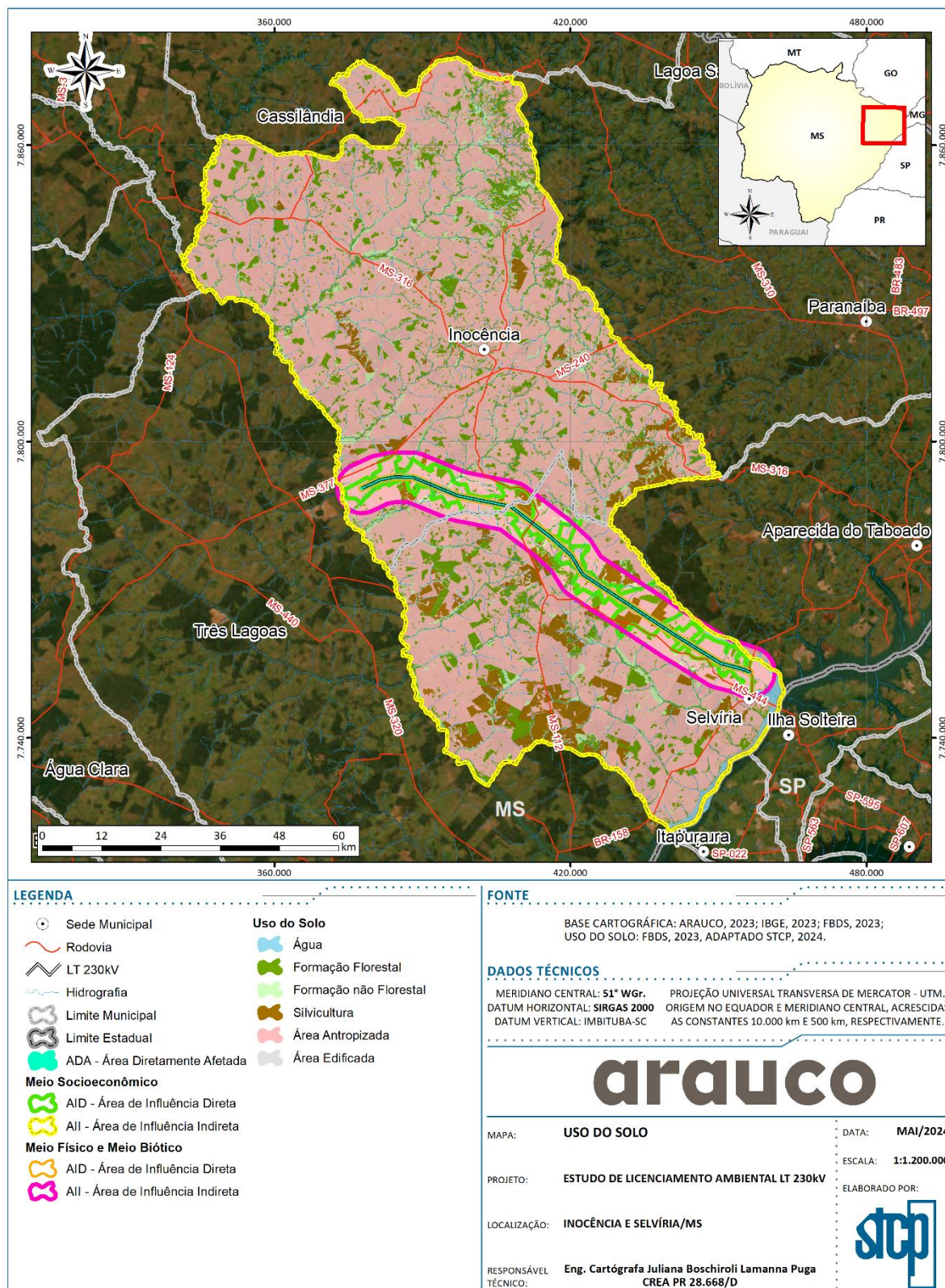
Tabela 11. Quantitativo de área por tipologias de uso do solo na AID e All.

CLASSES DE USO DO SOLO	AID		ADA	
	ÁREA (HA)	ÁREA (%)	ÁREA (HA)	ÁREA (%)
Água	52,83	0,13	0,06	0,01
Formação não florestal	2.041,71	4,84	27,14	5,94
Formação florestal	4.033,65	9,55	27,53	6,02
Silvicultura	4.346,40	10,29	150,34	32,91
Área antropizada	31.745,97	75,19	251,60	55,07
Total	42.220,55	100	456,87	100

Fonte: FBDS, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Em relação à compatibilidade do empreendimento em relação ao planejamento territorial dos municípios, destaca-se que uma linha de transmissão não consiste em uma tipologia de uso prevista em zoneamento municipal. Desta forma, com o intuito de atestar a viabilidade do empreendimento, os municípios de Selvíria e Inocência emitiram cartas de anuência para fins do licenciamento ambiental ao empreendimento, compreendendo que a atividade está em conformidade com as legislações municipais vigentes aplicáveis ao uso e ocupação do solo, conforme disponível nos Anexo 2.

Figura 30. Uso e ocupação do solo na AII



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.9.1 Propriedades na Área Diretamente Afetada – ADA

O traçado do empreendimento intercepta 35 propriedades rurais (Figura 31), sendo uma propriedade do empreendedor e as demais de terceiro, as quais serão afetadas pelas estruturas do empreendimento (torres e cabeamento). Conforme sensoriamento remoto e visitas *in loco*, foi verificada a não interferência do empreendimento sobre benfeitorias residenciais e produtivas. Desta forma, a implantação do empreendimento não demandará a realocação e reassentamento de famílias.

Em relação às visitas *in loco* nas propriedades interceptadas, o intuito foi levantar informações sobre os aspectos socioeconômicos, condições de vida, atividades produtivas e percepção ambiental sobre o empreendimento. Dentre as 19 propriedades identificadas com moradores, apenas uma localidade se recusou a responder o questionário, alegando ser caseiro no local e não se sentir confortável em discutir questões que envolvessem a área.

Nas propriedades de terceiros interceptadas residem uma média de duas a três famílias por propriedade. No levantamento de dados primário foi possível identificar que, nas 19 propriedades acessadas, existem 36 domicílios com 108 pessoas no total. Nestas, seis propriedades contêm apenas uma família, enquanto nas demais a média é de três famílias por propriedade.

A Tabela 12 lista as propriedades interceptadas pelo empreendimento, estimando a área total e o percentual que se sobrepõe à ADA, conforme levantamento preliminar. Enfatiza-se que o levantamento fundiário e o processo de negociação estão em curso.

Tabela 12. Aspectos das propriedades afetadas.

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	MATRÍCULA	CONDIÇÃO	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA AFETADA (HA)	% AFETADO POR PROPRIEDADE
Inocência	P01 – Fazenda Recanto	9767	Empreendedor	715,05	3,38	0,26
		9768		563,20	-	
Inocência	P02 – Fazenda Pricire	8632	Terceiro	194,89	1,43	1,77
		8631		176,78	5,15	
Inocência	P03 – Fazendinha	8765	Terceiro	236,16	6,84	2,90
Inocência	P04 – Fazenda Capão da Onça	Sem matrícula	Terceiro	557,25	9,31	1,67
Inocência	P05 – Fazenda São Jorge III	8856	Terceiro	1.881,35	21,13	1,12
Inocência	P06 – Fazenda Ouro Verde	4.156	Terceiro	1.218,92	12,61	1,03
Inocência	P07 – Fazenda Caramuru	9.086	Terceiro	1.225,06	13,03	1,06
Inocência	P08 – Fazenda Boa Esperança	Sem matrícula	Terceiro	2.547,46	22,70	0,89
Inocência	P09 – Fazenda Santa Ângela	Sem matrícula	Terceiro	728,19	13,64	1,87
Inocência	P10 – Fazenda Caiçara III	Sem matrícula	Terceiro	1.656,28	21,85	1,12
		Sem matrícula		289,04	-	
Inocência	P11 – Fazenda São Sebastião I	Sem matrícula	Terceiro	715,58	12,18	1,70
Inocência	P12 – Fazenda Santa Rita	8484	Terceiro	728,10	6,68	0,92
Inocência	P13 – Fazenda Caiçara	69044	Terceiro	1.149,19	11,68	0,81
		69044		290,44		

Handwritten signatures and initials in blue ink.

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	MATRÍCULA	CONDIÇÃO	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA AFETADA (HA)	% AFETADO POR PROPRIEDADE
Inocência	P14 – Fazenda Conquista	Sem matrícula	Terceiro	710,20	3,24	0,46
Selvíria	P15 – Fazenda Santa Terezinha	78.247	Terceiro	701,20	6,29	1,32
		10.650		284,35	6,67	
Selvéria	P16 – Fazenda Santo Antônio II	81.363	Terceiro	813,70	6,68	0,82
Selvéria	P17 – Fazenda São José	93876; 36109; 14538; 13813	Terceiro	643,38	16,62	2,58
Selvéria	P18 – Fazenda Primavera III	Sem matrícula	Terceiro	87,56	5,05	5,77
Selvéria	P19 – Fazenda Alvorecer	Sem matrícula	Terceiro	1.328,20	13,15	0,99
Selvéria	P20 – Fazenda Santo Antônio	96.055	Terceiro	102,17	6,32	6,19
Selvéria	P21 – Nome não identificado	Sem matrícula	Terceiro	619,29	11,34	1,83
Selvéria	P22 – Fazenda Nova Alegrete	Sem matrícula	Terceiro	1.298,22	18,33	1,41
Selvéria	P23 – Fazenda Pereira Barreto	86.073	Terceiro	1.012,49	12,67	1,25
Selvéria	P24 – Fazenda Barra Mansa	Sem matrícula	Terceiro	885,11	14,59	1,65
Selvéria	P25 – Fazenda Macedônia	77.926	Terceiro	878,09	14,64	1,67
Selvéria	P26 – Fazenda Beira Rio	83.820	Terceiro	925,74	15,56	1,68
Selvéria	P27 – Fazenda Morro Vermelho e Pântano	Sem matrícula	Terceiro	8.879,77	40,82	0,46
Selvéria	P28 – Nome não identificado	Sem matrícula	Terceiro	244,67	12,90	

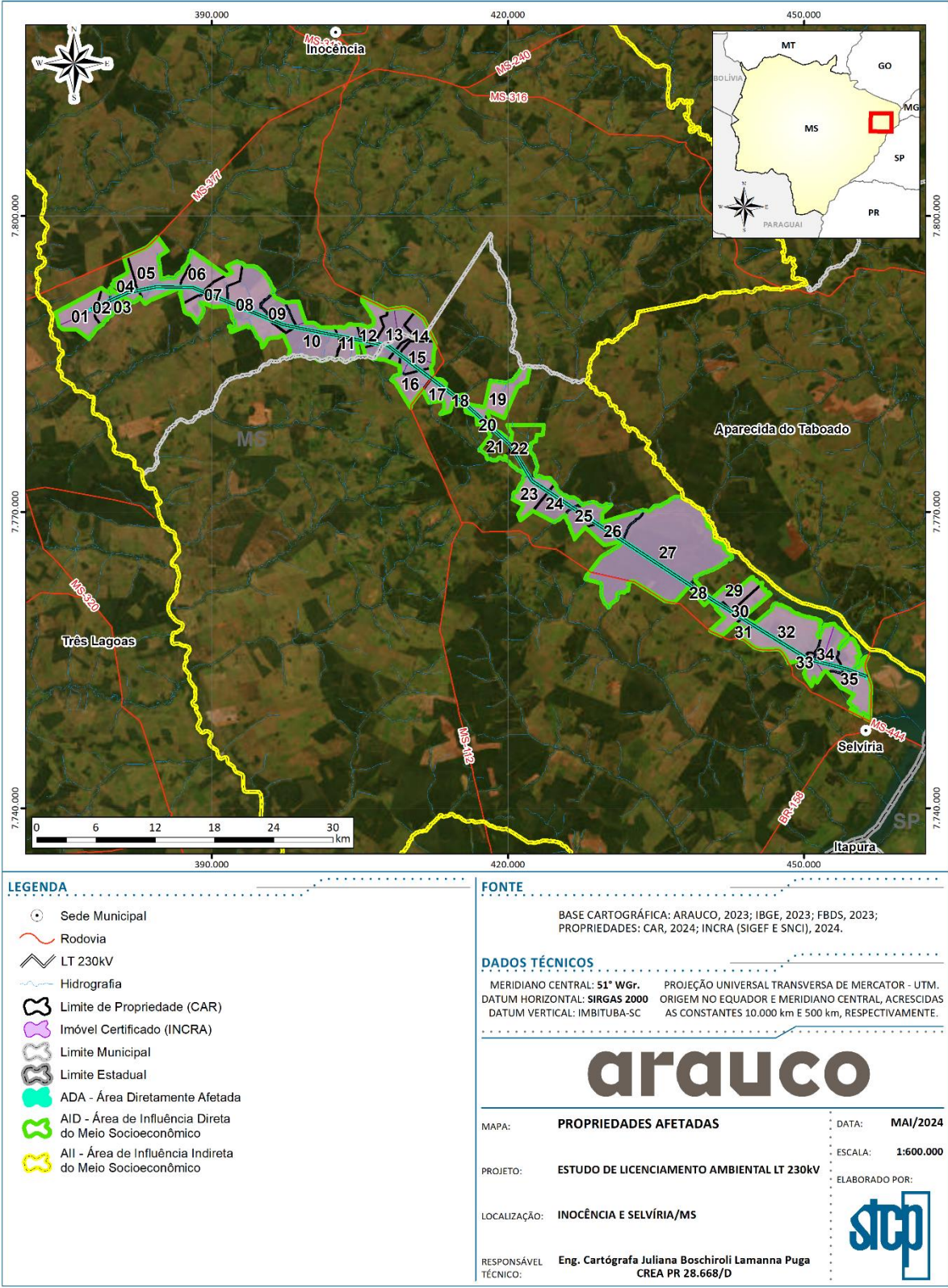
Handwritten signatures and initials in blue ink.

MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	MATRÍCULA	CONDIÇÃO	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA AFETADA (HA)	% AFETADO POR PROPRIEDADE
Selvéria	P29 – Fazenda Conquista II	6.201; 13.069	Terceiro	698,50	5,46	0,78
Selvéria	P30 – Fazenda Suíça	89.008	Terceiro	969,04	12,89	1,33
Selvéria	P31 – Fazenda São Sebastião	85.286	Terceiro	122,01	6,50	5,33
Selvéria	P32 – Fazenda Bom Pastor	21.613; 21.614; 31.264; 31.331; 34.782	Terceiro	2.921,12	31,87	1,09
Selvéria	P33 – Fazenda Cariama II	81.365	Terceiro	123,80	3,96	3,20
Selvéria	P34 – Fazenda Cariama I / Fazenda Proença	Sem matrícula	Terceiro	334,89	-	1,42
		22.699; 33.683; 33.684		740,28	14,44	
		82.349		274,20	-	
Selvéria	P35 – Fazenda Araponga I	Sem matrícula	Terceiro	1.749,41	13,99	0,80

Fonte: SIGEF, 2024; SSCI, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Figura 31. Propriedades Interceptadas pelo Empreendimento.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

As informações levantadas com os moradores das propriedades interceptadas estão apresentadas em diversos itens deste diagnóstico referentes a infraestrutura, dinâmica econômica, dinâmica populacional da AID.

Metade dessas residências está localizada no município de Inocência e a outra metade em Selvíria. A faixa etária mais representativa dos respondentes é entre 42 e 47 anos, e do total dos 18 respondentes, apenas três foram do sexo feminino. Na Tabela 13 é apresentado a identificação dos entrevistados e sua relação com o domicílio.

Todas essas propriedades têm como atividade principal a pecuária, razão pela qual há moradores no local, trabalhando no manejo do gado e com vínculos empregatícios com o proprietário. Do total de entrevistados apenas dois eram proprietários e em apenas uma localidade esse também se declarou como morador.

Embora não haja impactos diretos sobre benfeitorias residenciais e produtivas, as visitas *in loco* buscaram registrar e caracterizar as estruturas existentes nas propriedades interceptadas e que compõem a AID, conforme as figuras dispostas a seguir.

Figura 32. Estruturas na propriedade Fazendinha (P03).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 33. Estruturas na propriedade Capão da Onça (P04).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 34. Estruturas na propriedade São Jorge III (P05).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 35. Estruturas na propriedade Ouro Verde (P06).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 36. Estruturas na propriedade Caramuru (P07).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 37. Estruturas na propriedade Santa Rita (P12).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 38. Estruturas na propriedade Santo Antônio III (P16).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 39. Estruturas na propriedade Primavera (P18).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 40. Estruturas na propriedade Alvorecer (P19).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 41. Estruturas na propriedade Santo Antônio (P20).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 42. Estruturas na propriedade Nova Alegrete (P22).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 43. Estruturas na propriedade Pereira Barreto (P23).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 44. Estruturas na propriedade Morro Vermelho (P27).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 45. Estruturas na propriedade Suíça (P30).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 46. Estruturas na propriedade Bom Pastor (P32).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 47. Estruturas na propriedade Proença (P34).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 48. Estruturas na propriedade Arapongas (P35).



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Tabela 13. Relação de Entrevistados na ADA

PROPRIEDADE	LATITUDE	LONGITUDE	MUNICÍPIO	NOME	SEXO	RELAÇÃO COM O DOMICÍLIO	FAIXA ETÁRIA
P03 - Fazendinha	19°58'41.74"S	52° 8'46.67"O	Inocência	Giovanio Batista dos Santos	Masculino	Ocupante	42 - 47
P05 - São Jorge III	19°57'0.88"S	52° 6'9.58"O	Inocência	Jorge Issa Neto	Masculino	Próprio	36 - 41
P06 - Ouro Verde	19°57'11.82"S	52° 3'41.15"O	Inocência	Pedro de Oliveira	Masculino	Ocupante	60 - 65
P07 - Caramuru	19°58'1.23"S	52° 2'15.78"O	Inocência	Edmar Francisco do Santos	Masculino	Ocupante	42 - 47
P35 - Arapongas	20°20'54.02"S	51°25'42.35"O	Selvória	Eliane Aparecida de Freitas Barbosa	Feminino	Ocupante	36 - 41
P34 - Proença	20°16'56.13"S	51°27'39.35"O	Selvória	Francisco de Assis Alves de Oliveira	Masculino	Ocupante	48 - 53
P32 - Bom Pastor	20°16'37.24"S	51°29'44.67"O	Selvória	Alessandro José Motta	Masculino	Ocupante	42 - 47
P23 - Pereira Barreto	20° 9'7.56"S	51°44'22.10"O	Selvória	Fernando de Andrade Botelho	Masculino	Próprio	60 - 65
P27 - Morro Vermelho	20°13'57.07"S	51°37'38.79"O	Selvória	Sara Noele Gomes	Feminino	Ocupante	30 -35
P30 - Suíça	20°16'15.73"S	51°33'25.46"O	Selvória	Paulo Henrique Uchoa Bastos	Masculino	Ocupante	30 -35
P04 - Capão da Onça	19°57'56.26"S	52° 7'16.47"O	Inocência	Jose Alves	Masculino	Ocupante	54 - 59
P20 - Santo Antônio	19°58'32.62"S	52° 0'49.70"O	Inocência	Gilson Hilario	Masculino	Ocupante	48 - 53



PROPRIEDADE	LATITUDE	LONGITUDE	MUNICÍPIO	NOME	SEXO	RELAÇÃO COM O DOMICÍLIO	FAIXA ETÁRIA
P12 - Santa Rita	19°58'51.82"S	51°52'58.94"O	Inocência	Jaime Leal de Freitas	Masculino	Ocupante	60 - 65
P21 -	20° 2'37.67"S	51°51'13.69"O	Inocência	Paulino – Recusa Resposta			
P22 - Nova Alegrete	20° 6'23.35"S	51°45'13.02"O	Selvória	Persio Silva Leite	Masculino	Ocupante	42 - 47
P16 - Santo Antônio III	20° 5'41.66"S	51°46'44.21"O	Selvória	Iuri almeida	Masculino	Ocupante	18 - 23
P19 - Alvorecer	20° 4'12.26"S	51°46'58.28"O	Selvória	Lucas Martins Andrade	Masculino	Ocupante	24 - 29
P18 - Primavera	20° 3'17.37"S	51°48'3.12"O	Selvória	Odair Jose da Silva Ribeiro	Masculino	Ocupante	48 - 53
P13 - Caiçara II	20° 1'41.96"S	51°55'32.66"O	Selvória	Maria Madalena Alves Moreira	Feminino	Ocupante	54 - 59

Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Figura 49. Propriedades afetadas – parte 1.

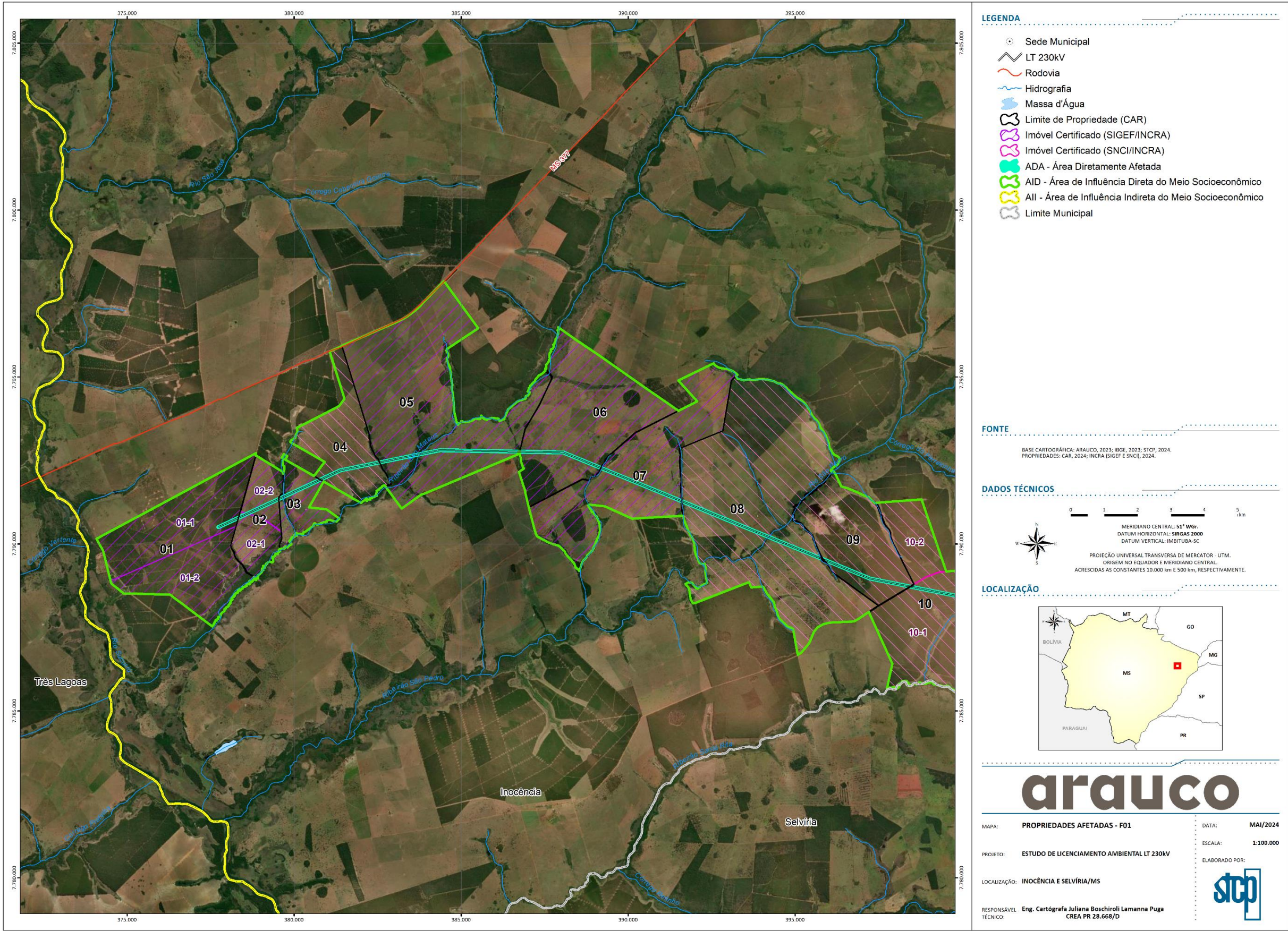


Figura 50. Propriedades afetadas – parte 2.

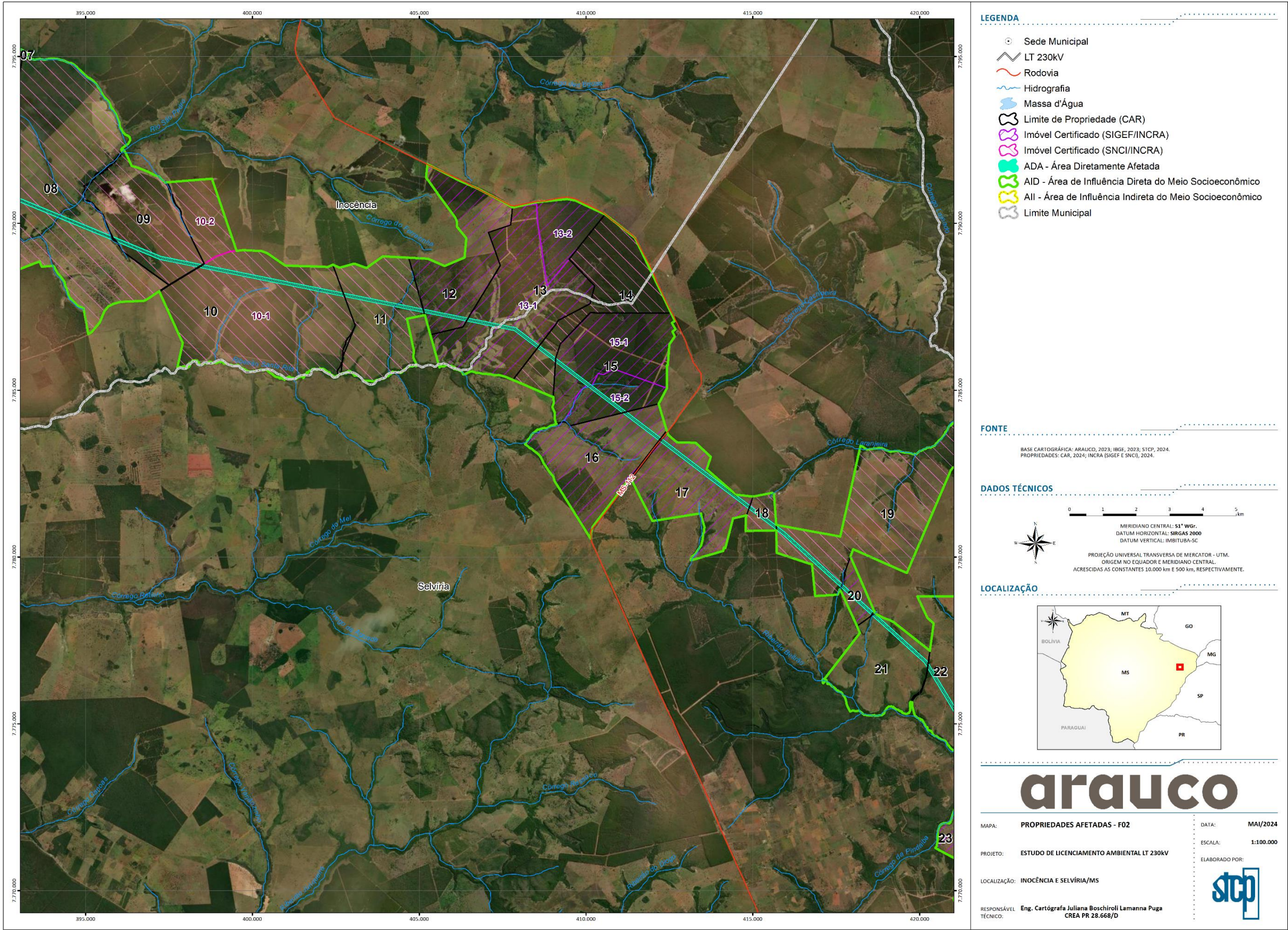


Figura 51. Propriedades afetadas – parte 3.

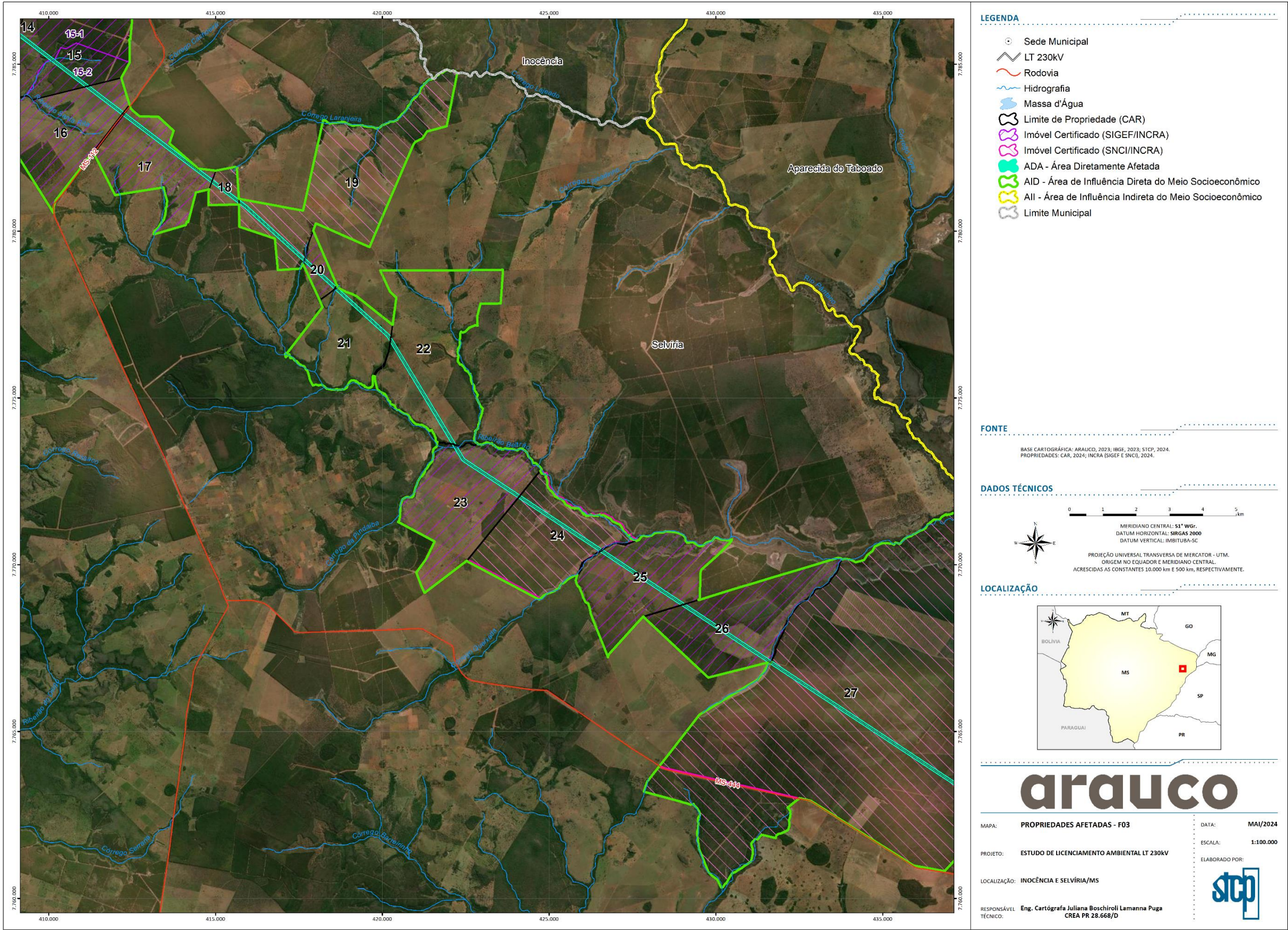
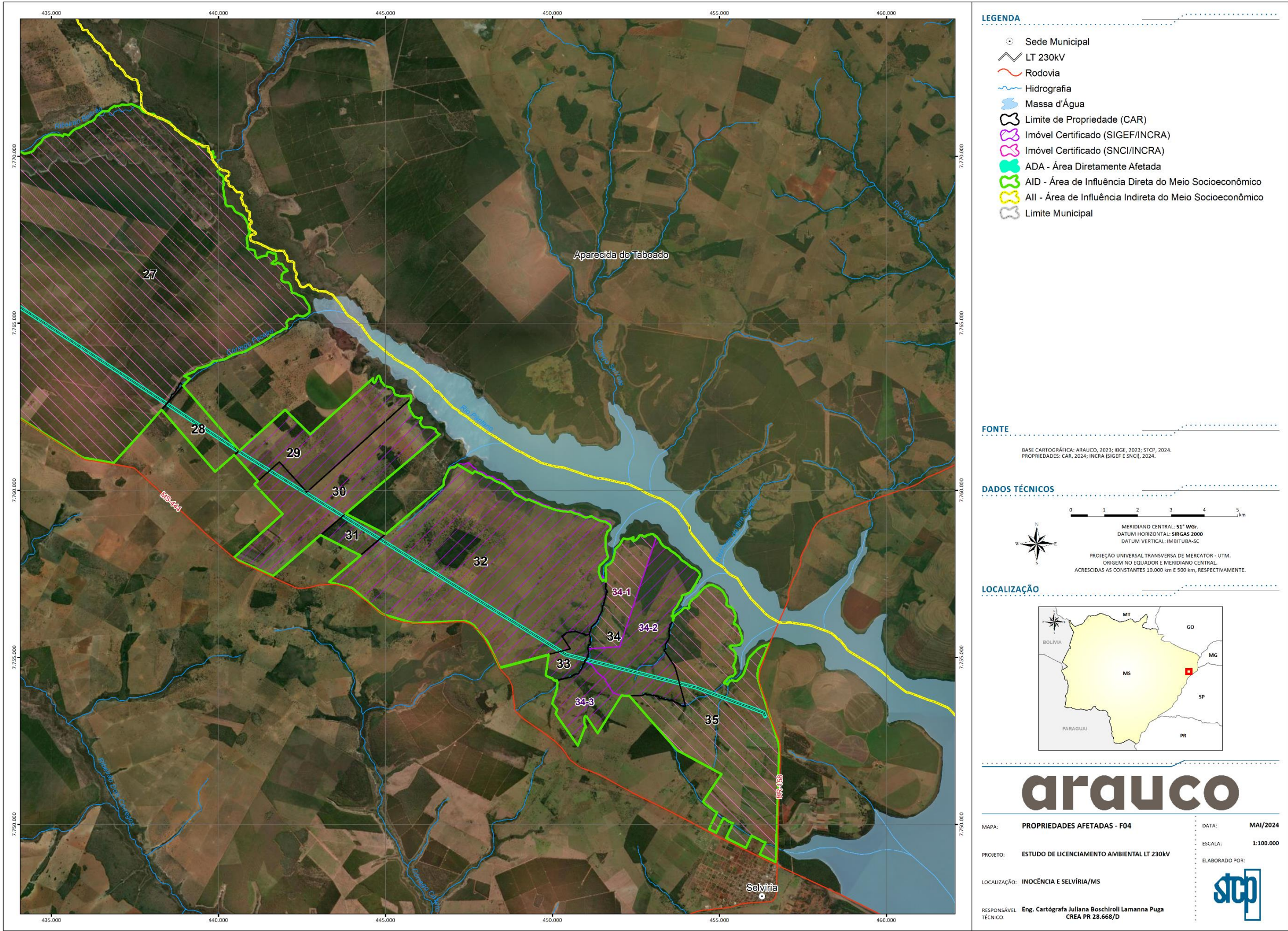


Figura 52. Propriedades afetadas – parte 4.



3.10 Zoneamento Municipal

O principal mecanismo de ordenamento territorial atualmente vigente nos municípios de Inocência e Selvíria é o Plano Estratégico de Organização Territorial (PEOT). Este plano foi desenvolvido em colaboração entre representantes municipais e da Arauco, com o propósito de promover o desenvolvimento municipal adequado, considerando a demanda da fábrica e o aumento populacional exponencial, além dos efeitos no parcelamento e ocupação do solo urbano.

O PEOT visa suprir a necessidade imediata de parcelamento do solo, ordenar a expansão urbana, prevenir e corrigir distorções no crescimento territorial urbano, integrar o desenvolvimento econômico-social e territorial, delimitar o uso e ocupação do solo, modificar o perímetro urbano de Inocência e do Distrito de São Pedro, estabelecer a área do aeroporto municipal e criar o distrito industrial, onde será instalada a fábrica de celulose.

Este Plano foi aprovado e debatido em audiência pública em outubro de 2022. O PEOT é um instrumento previsto na Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, que contribui para o crescimento territorial estruturado do município, garantindo, assim, o ordenamento urbano e o desenvolvimento sustentável da região.

3.11 Equipamentos e Serviços Públicos

3.11.1 Educação

Atualmente na AI, de acordo com informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o município de Inocência conta com seis escolas, sendo uma privada e as demais públicas. Das públicas, duas estão localizadas em área urbana e duas em área rural. Tanto na área urbana quanto na rural, são fornecidas todas as etapas do ensino básico: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Tabela 14).

Assim como em Inocência, Selvíria também conta com seis escolas, entretanto, todas são públicas e apenas uma delas está disponibilizada na área rural, onde é fornecida educação infantil e ensino fundamental, enquanto o ensino médio é oferecido apenas na zona urbana (Tabela 14).

Tabela 14. Lista das instituições de ensino disponíveis, por município, localização, dependência administrativa e etapa de ensino

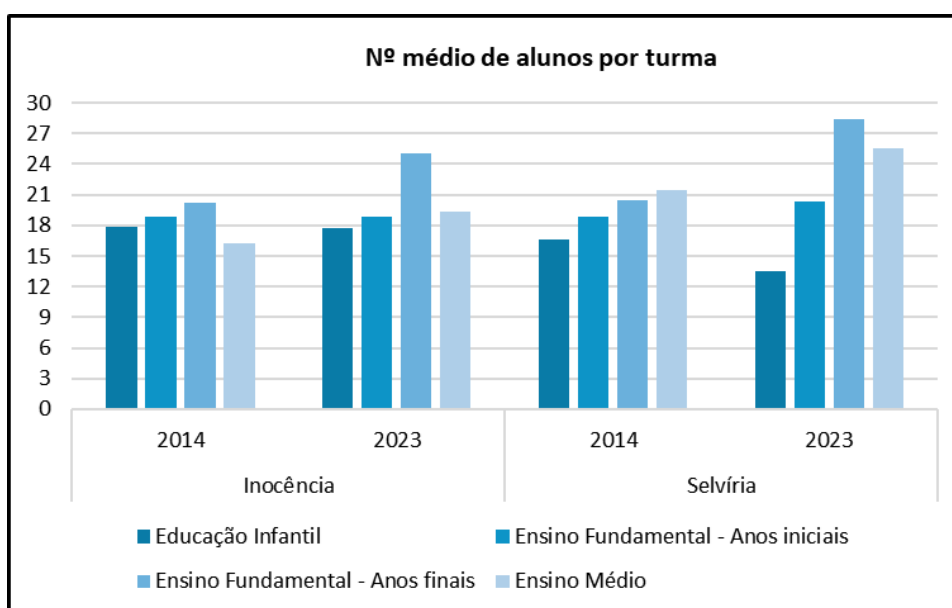
CÓDIGO INEP	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ETAPAS E MODALIDADE DE ENSINO OFERECIDAS
50028588	Inocência	C Educ Profª Alanira Benedita de C Brito-Apae	Urbana	Privada	Ensino Fundamental Educação de Jovens Adultos
50011243	Inocência	CEI - Prof Olivalto Elias da Silva	Urbana	Municipal	Educação Infantil Ensino Fundamental
50025430	Inocência	CEINF - Margarida Tomazia de Paula - Vo Nona	Urbana	Municipal	Educação Infantil
50011260	Inocência	EE Prof. João Pereira Valim	Urbana	Estadual	Ensino Fundamental Ensino Médio
50031910	Inocência	Escola Estadual João Ponce de Arruda	Rural	Estadual	Ensino Fundamental Ensino Médio

CÓDIGO INEP	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ETAPAS E MODALIDADE DE ENSINO OFERECIDAS
50011278	Inocência	Escola Municipal Rural Cirilo Anoena da Costa - Polo	Rural	Municipal	Educação Infantil Ensino Fundamental
50030752	Selvória	CEI - Selvória Alexandre	Urbana	Municipal	Educação Infantil
50034774	Selvória	Centro de Educação Infantil Izabel Barbosa dos Santos	Urbana	Municipal	Educação Infantil
50011618	Selvória	EE Ana Maria de Souza	Urbana	Estadual	Ensino Fundamental Ensino Médio Educação de Jovens Adultos
50011626	Selvória	EMEIEF Joaquim Camargo	Urbana	Municipal	Educação Infantil Ensino Fundamental
50011634	Selvória	EMEIEF Prof. Nelson Duarte Rocha	Urbana	Municipal	Educação Infantil Ensino Fundamental Educação de Jovens Adultos
50022768	Selvória	Escola Municipal Rural São Joaquim Polo e Extensões	Rural	Municipal	Educação Infantil Ensino Fundamental

Fonte: INEP Data - Catálogo de Escolas, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024

A Figura 53 apresenta o número médio de alunos por turma, de acordo com informações do Censo Escolar, para 2014 e 2023. Observa-se na educação infantil, tanto em Inocência quanto em Selvória, uma redução do número médio de alunos por turma, sendo essa mais evidente em Selvória, com uma redução de 17,7 para 13,5. Entretanto, nesse município, para as demais etapas de ensino, nota-se uma elevação desse indicador, principalmente para os anos finais do ensino fundamental, saindo de uma média de 20,4 alunos por turma para 28,4, ou seja, com um acréscimo de em médio 8 alunos por turma.

Figura 53. Número médio de alunos por turma nos municípios da AI em 2014 e 2023.



Fonte: INEP – Censo Escolar, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024

Em Inocência, o número médio de alunos por turma nos anos finais do ensino fundamental era de 20,2 em 2014 e passou para 25 em 2023. Outro indicador que teve um aumento no período foi o número médio de alunos por turma no ensino médio, de 16,2 para 19,3, representando um acréscimo médio de 3 alunos por turma (Figura 53).

Ademais, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2021, o município de Inocência realiza levantamento da demanda da população em idade escolar que não esteja sendo atendida, com mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches e escolas municipais, considerando as necessidades para pré-escola e ensino fundamental. O mesmo levantamento não é realizado em Selvíria.

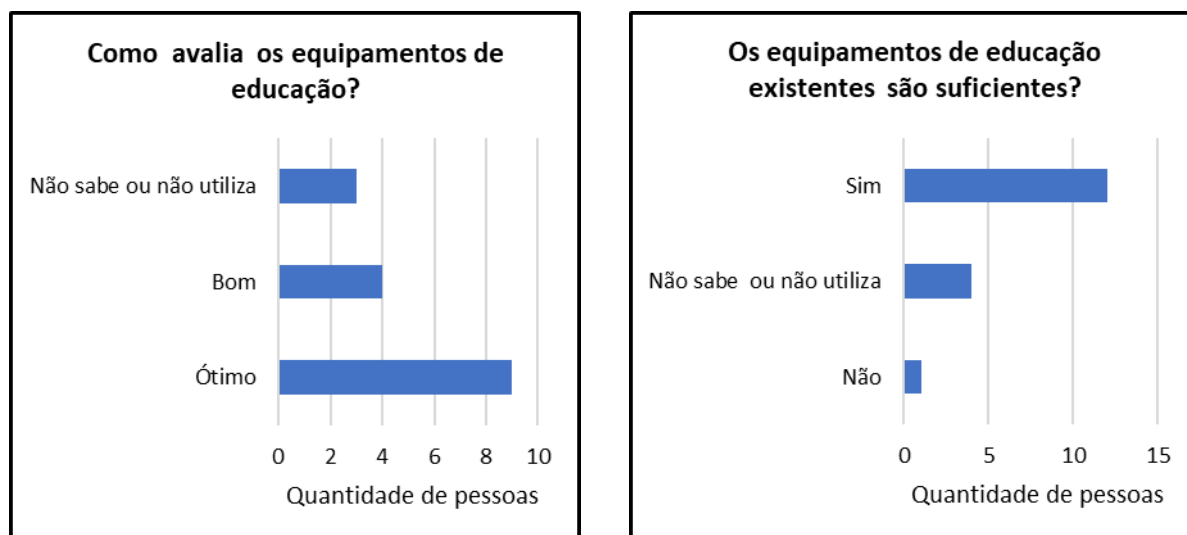
3.11.1.1 AID

Na AID, a demanda por serviços de educação ocorre nos domicílios onde há crianças em idade escolar, ou seja, de 4 a 17 anos. A educação é organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Essas crianças frequentam principalmente a Escola Municipal Rural São Joaquim, localizada no Assentamento São Joaquim, com acesso pela MS-112.

As avaliações da escola pelos moradores da AID foram majoritariamente positivas, com todos os usuários dos serviços classificando-a como ótima ou boa. Alguns pontos de elogio se concentraram no fato de a escola realizar o transporte dos alunos dentro das propriedades por meio de ônibus rural. Além disso, destacaram que a escola oferece apoio à comunidade, promovendo atendimento à saúde e campanhas de vacinação dentro de sua estrutura.

Quando questionados se os equipamentos educacionais atualmente disponíveis são suficientes, a maioria respondeu que sim, mas houve uma resposta negativa. Nesse caso, o entrevistado destacou a ausência de equipamentos de educação superior e a necessidade de deslocamento maior para prosseguir com os estudos. Nesse caso cita que não há meio de transportes para levar atualmente até a escola, que é localizada em Andradina, 80 km de distância de Selvíria, sendo o transporte por responsabilidade dos pais.

Figura 54. Resumo dos dados de mobilidade dos residentes na AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.11.2 Saúde

Segundo o IBGE, as informações de saúde compreendem morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

Segundo dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), o município de Inocência atualmente conta com 13 estabelecimentos de saúde, incluindo academia de saúde, centros de saúde, UESF, laboratório e hospital, sendo que o hospital presente no município conta com dupla gestão: estadual e municipal. Em Selvíria, o número atual de estabelecimentos de saúde é 9, incluindo centros de saúde, hospital e ESF (Tabela 15).

Tabela 15. Lista de estabelecimentos de saúde na AI.

MUNICÍPIO	CÓDIGO CNES	NOME	GESTÃO
Inocência	7554753	Academia da saúde	Municipal
Inocência	0198250	Centro de saúde	Municipal
Inocência	3839923	Centro de saúde especializada de enfermeiro	Municipal
Inocência	2536781	Hospital e maternidade de inocência	Dupla
Inocência	9845453	Laboratório municipal	Municipal
Inocência	9177965	Laboratório municipal	Municipal
Inocência	9622446	Laboratório municipal	Municipal
Inocência	2536811	UESF abadio Garcia Leal	Municipal
Inocência	7195389	UESF bocaina	Municipal
Inocência	2536803	UESF Sebastião Francisco Ramos	Municipal
Inocência	2536773	UESF Valmir Vieira Lima	Municipal
Selvéria	0163287	C a e Covid-19 Selvíria	Municipal
Selvéria	7325010	Centro de especialidades médicas Santa Rita de Cassia	Municipal
Selvéria	2371081	Centro odontológico de Selvíria	Municipal
Selvéria	6625169	ESF III Estratégia da Família Rural	Municipal
Selvéria	4155424	Hospital municipal Anésio Cabeconi	Municipal
Selvéria	2612135	Hospital municipal Santa Rita de Cassia	Estadual
Selvéria	6625150	NASF Núcleo de Apoio a Saúde da Família	Municipal
Selvéria	2371111	Unidade Básica de Saúde Celio Moura da Silva	Municipal
Selvéria	2371103	Unidade Saúde da Família Guadalupe	Municipal

Fonte: CNES, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024

Para analisar a capacidade de atendimento dos municípios, observam-se alguns componentes de recursos físicos e humanos nos anos de 2010 e 2022. O primeiro deles, leito de internação, em Inocência, no primeiro ano, possuía 1,04 leitos de internação por 1000 habitantes, aumentando para 1,55 em 2022, ficando abaixo do valor obtido para o estado nos dois anos analisados. Em Selvíria, a capacidade era de 0,95 por mil habitantes em 2010 e, em 2022, não dispunha de leito de internação (Tabela 16).

Em relação à disponibilidade de aparelhos de Raio X e Ultrassom, observa-se uma redução do número disponível para cada 1000 habitantes em ambos os municípios, sendo esse declínio mais evidente para o aparelho de Raio X na cidade de Selvíria, que passou de 1,11 em 2010 para 0,25 em 2022.

Tabela 16. Proporção de equipamentos e recursos humanos por 1.000 habitantes, em Inocência e Selvíria, 2010 e 2022.

DESCRIÇÃO	2010			2022		
	INOCÊNCIA	SELVÍRIA	MATO GROSSO DO SUL	INOCÊNCIA	SELVÍRIA	MATO GROSSO DO SUL
Recursos Físicos						
Leito internação	1,04	0,95	2,35	1,55	0,00	2,18
Raio X	0,39	1,11	0,39	0,24	0,25	0,45
Ultrassom	0,13	0,16	0,17	0,36	0,12	0,31
Recursos Humanos						
Agente comunitário de saúde	1,30	2,54	1,77	1,67	1,97	1,73
Cirurgião dentista	0,65	1,59	0,63	0,59	0,49	1,14
Enfermeiro	0,65	1,27	0,57	1,67	0,98	1,73
Médico	0,65	1,11	1,40	1,55	1,35	2,39
Técnico de Enfermagem	0,52	0,48	0,84	1,31	0,61	3,29

Fonte: Rede Assistencial, DATASUS, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024

No que se refere aos recursos humanos, em Inocência, observa-se um aumento na proporção de todos os profissionais analisados, com exceção de cirurgiões-dentistas. Já em Selvíria, a proporção de médicos aumentou de 1,11 para 1,35 a cada 1000 habitantes, e o número de técnicos aumentou de 0,48 para 0,61 a cada 1000 habitantes.

É importante salientar que, de acordo com o Painel de Indicadores da Saúde da Família, ambos os municípios possuíam, em 2020, cobertura total da população pelas equipes de saúde da família, o que aproxima a população dos serviços de saúde e garante o acompanhamento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes, entre outras. Entretanto, em termos de cobertura vacinal média, o município de Inocência cobriu, em 2022, cerca de 70% da população, enquanto em Selvíria, a cobertura média foi de 85,7% da população, reforçando a necessidade de campanhas de vacinação mais eficazes nesses municípios.

Segundo os dados da SEJUSP/MS (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), disponibilizados quanto ao número de apreensões de drogas registradas, dentro do período entre 2014 e 2024, é apresentado o cenário do uso de drogas nos municípios de Inocência e Selvíria, também no estado do Mato Grosso do Sul. As duas localidades juntas representam menos de 1% das apreensões no panorama estadual.

Em dez anos, podemos destacar que a droga que possui maior utilização nas três regiões geográficas em pesquisa, trata-se da maconha, com um percentual maior que 60% das apreensões ocorridas e uma margem considerável para a cocaína que vem em seguida e possui a média de 35% dos registros. Outros tipos de drogas, significam uma representatividade menor quanto ao cenário dos municípios e

do Estado. A Tabela abaixo, apresenta a comparação e os dados compilados das apreensões registradas junto a SEJUSP/MS.

Tabela 17. Quantitativo de apreensões por tipo de droga entre 2014 e 2024 na AI e no estado do Mato Grosso do Sul.

TIPOS DE APREENSÃO (2014-2024)	INOCÊNCIA	SELVÍRIA	MATO GROSSO DO SUL
	ÍNDICE	ÍNDICE	ÍNDICE
Apreensão de Cocaína	37	30	14.910
Apreensão de Maconha	56	53	26.146
Apreensão de Outras Drogas	1	-	284
Total	94	83	41.340

Fonte: SEJUSP/MS, 2024.

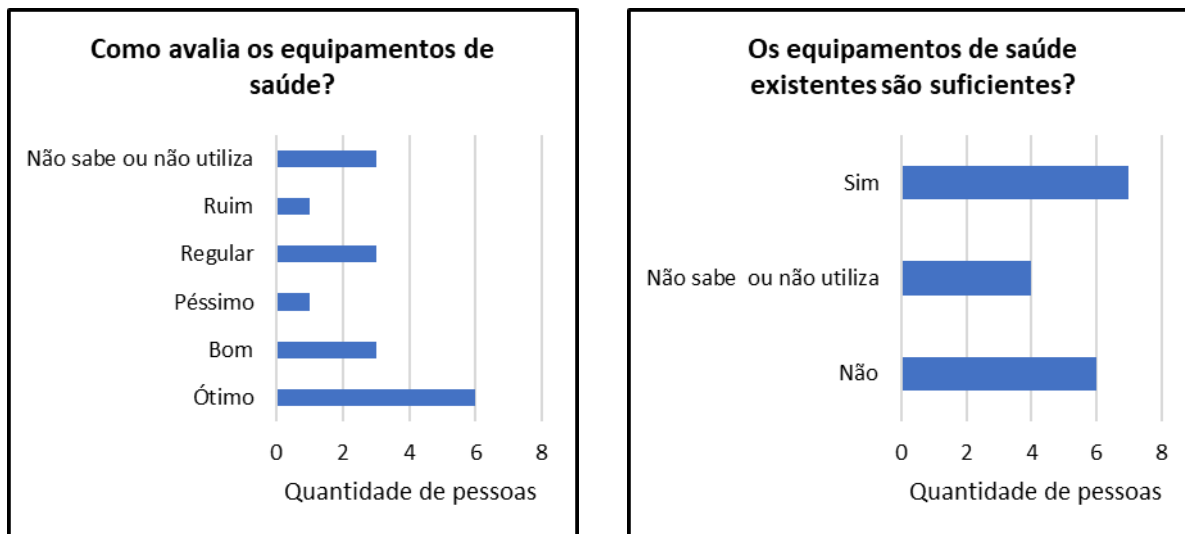
3.11.2.1 AID

Na AID, entre os moradores entrevistados, 53% avaliaram os serviços de saúde como bons ou ótimos. Este é o menor percentual entre os serviços públicos questionados. Além disso, apenas 38% consideraram suficientes os equipamentos de saúde existentes, sendo o menor percentual de respostas nessa questão.

Os entrevistados citaram que as condições atuais do posto de saúde apresentam dificuldades de acesso. Além disso, mencionaram que atualmente não é possível realizar procedimentos de média ou alta complexidade, como cesarianas por exemplo, dentro do município, precisando ser transferidos para hospitais em outras cidades. Os profissionais médicos, segundo os respondentes, conseguem atender apenas necessidades básicas de saúde. Há uma preocupação de que, com o aumento da demanda futura, o posto de saúde não conseguirá atender a todos adequadamente.

Os entrevistados relataram que utilizam o posto de saúde localizado no distrito de Inocência São Pedro, bem como o hospital de Inocência. Além disso, alguns serviços de saúde, como vacinação e atendimento primário, são realizados diretamente nos assentamentos. Isso demonstra uma tentativa de levar os serviços de saúde mais perto das comunidades rurais, facilitando o acesso a cuidados médicos essenciais para os moradores dessas áreas. O resultado das entrevistas no que se refere ao acesso a serviços de saúde está disponível nos gráficos da Figura 55.

Figura 55. Acesso ao serviços de saúde na AID, segundo os entrevistados.

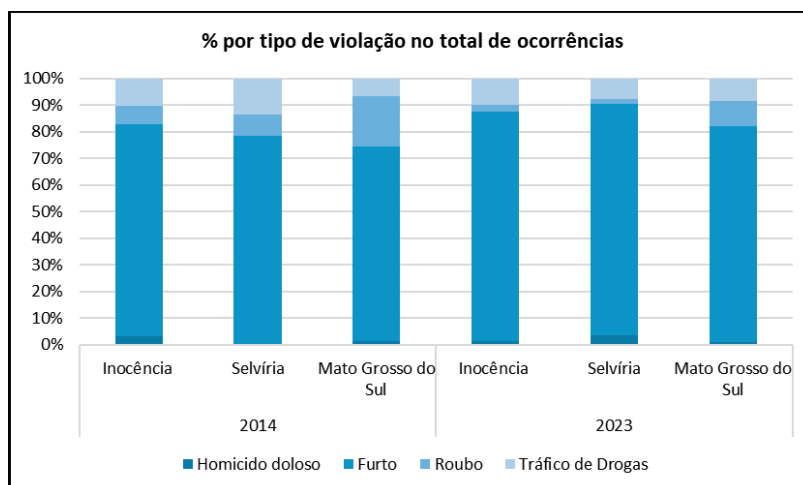


Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.11.3 Segurança

Em Inocência, no ano de 2023, foram registradas 80 ocorrências categorizadas entre crimes de furto, roubo, homicídios dolosos e tráfico de drogas. Dessas, 86% foram decorrentes de furtos e 10% de tráfico de drogas. Um padrão semelhante de distribuição pode ser observado também em Selvíria, sendo que das 114 ocorrências dos crimes elencados, 87% correspondem a furtos e 8% a tráfico de drogas, padrão que pode também ser observado no estado. Quando comparados os anos de 2014 e 2023, a distribuição das violações é relativamente a mesma, aumentando para os municípios e no estado a proporção relacionada aos furtos (Figura 56).

Figura 56. Proporção de participação no total ocorrências, por tipo de violação

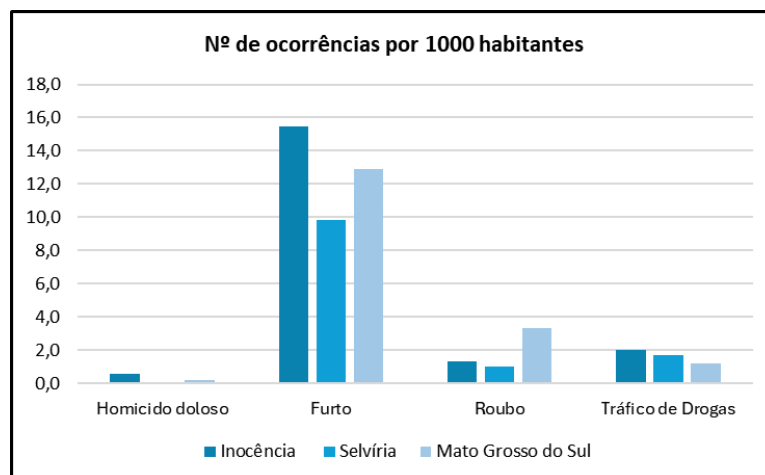


Fonte: SEJUSP. Disponível em: <http://estatistica.sigo.ms.gov.br/>

Quando a proporção do número de ocorrências selecionadas em relação à população é analisada, percebe-se que em 2022, a cada 1000 ocorrências registradas em Inocência, aproximadamente 15,5 são de furtos e 1,0 são de tráfico de drogas. Em Selvíria, a cada 1000 ocorrências, cerca de 9,8 são de

furtos e 1,7 são de tráfico de drogas. No estado, furto e roubo, respectivamente, correspondem a 12,9 e 3,3 de cada 1000 casos registrados (Figura 57).

Figura 57. Proporção do número de ocorrências selecionados em relação a população (x1000), 2022]



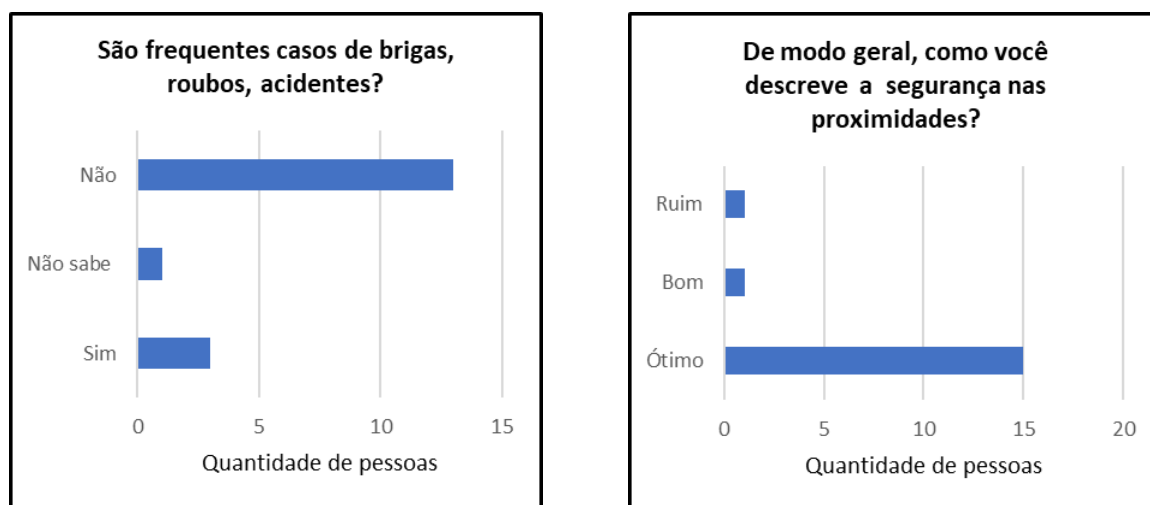
Fonte: SEJUSP, 2022 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.11.3.1 AID

Na AID, entre os entrevistados, 76% afirmaram que não é comum ocorrerem roubos, brigas ou acidentes nas propriedades. Além disso, 95% das respostas avaliaram a segurança no local como ótima ou boa. Houve apenas um caso que classificou a segurança como ruim, devido a um roubo ocorrido em uma das casas da propriedade nos últimos meses.

Outras respostas também alertaram para situações de insegurança, como roubo de gado ou a presença de pessoas não identificadas adentrando as propriedades com veículos. No entanto, mesmo essas situações foram relatadas como não frequentes nas localidades. Isso sugere que, apesar de alguns incidentes isolados, a maioria dos moradores considera suas comunidades seguras.

Figura 58. Resumo dos dados de segurança dos residentes na AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.11.4 Assistência Social

Segundo informações disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em fevereiro de 2024, 490 famílias foram atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) em Inocência, com uma cobertura estimada do programa no município de 101,66%; com o valor médio do benefício sendo de R\$ 694,49. Já em Selvíria, foram atendidas 410 famílias, com uma cobertura estimada de 85,42% e o valor médio do benefício de R\$ 652,42. O valor total de recursos transferidos pelo programa foi de R\$ 340.301,00 para Inocência e de R\$ 267.504,00 para Selvíria (Tabela 18).

Tabela 18. Descrição dos valores executados por tipo de benefício e número de benefícios (fevereiro de 2024).

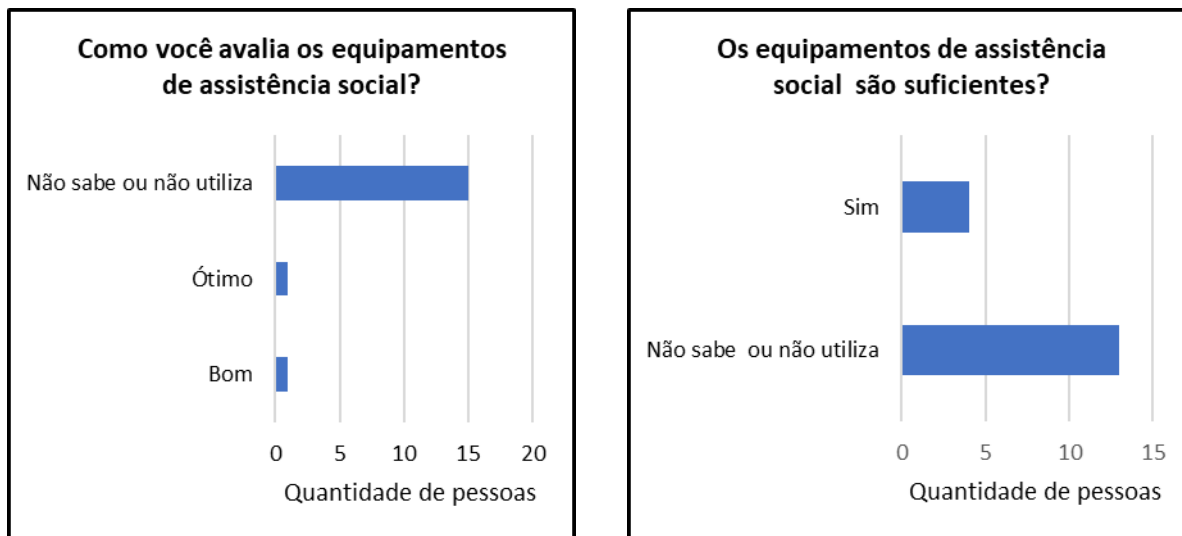
INDICADORES/BENEFÍCIOS	INOCÊNCIA		SELVÍRIA	
Estimativa de famílias pobres (2012)	482		480	
Famílias Atendidas	490		410	
Percentual de Cobertura do PBF	101,66%		85,42%	
Valor Médio Programa Bolsa Família	694,49		652,45	
BENEFÍCIOS	VALOR (R\$)	TOTAL	VALOR (R\$)	TOTAL
Benefício Renda de Cidadania	185.665,00	1.475	145.621,00	1.224
Benefício Complementar	88.120,00	434	75.808,00	352
Benefício Primeira Infância PBF	45.150,00	331	29.625,00	233
Benefício Variável familiar - Gestante	900,00	19	525,00	11
Benefício Variável Familiar - Nutriz	900,00	18	525,00	11
Benefício Variável Familiar - Criança	16.150,00	367	12.525,00	309
Benefício Variável Familiar - Adolescente	3.125,00	72	2.550,00	61
Benefício Extraordinário de Transição	291,00	6	325,00	5

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Além do PBF, o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros atendeu 70 famílias em Inocência e 43 em Selvíria no mês de fevereiro de 2024. Com um total de recursos transferidos para ambos os municípios de R\$ 11.526,00, com valor médio por benefício de R\$ 102,00. O programa atendeu, no referido mês, 14,52% e 8,96% das famílias pobres de Inocência e Selvíria, respectivamente.

Na AID, as 19 respostas ao questionário, constatou-se que apenas quatro fazem uso dos serviços de assistência social do município, vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Esses respondentes avaliam o serviço como bom ou ótimo (Figura 59). A maioria dos participantes, no entanto, afirma desconhecer o funcionamento dos serviços de assistência social e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na cidade. Algumas respostas indicam que a renda familiar é suficiente, tornando desnecessário o auxílio da assistência social. No entanto, uma parcela dos respondentes também menciona a falta de conhecimento sobre o funcionamento desses serviços.

Figura 59. Resumo dos dados de assistência social dos residentes na AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.12 Comunidades Tradicionais e Assentamentos Rurais

No Brasil, as comunidades tradicionais são definidas através do Decreto Federal nº 6.040/2007 como sendo grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem enquanto tais, e utilizam territórios e seus recursos naturais em prol da sua reprodução cultural, social, econômica e religiosa através de saberes e práticas difundidos entre gerações, isto é, de forma tradicional. Entre tais grupos estão os povos indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, extrativistas, povos faxinalenses, ilhéus, de cultura cigana, comunidades pantaneiras e de terreiro, entre outros.

Os assentamentos rurais da reforma agrária não constituem comunidades tradicionais nos termos do Decreto Federal nº 6.040/2007. Estes são um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra onde existia um imóvel rural pertencente originalmente a um único proprietário. As unidades são destinadas pelo Incra a famílias sem condições econômicas para adquirir um imóvel rural, as quais se comprometem a morar na parcela territorial cedida e explorá-la para sustento próprio, utilizando mão de obra familiar. Às famílias assentadas são disponibilizados créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento rural (INCRA, 2021).

3.12.1 Terras Indígenas – TIs

Em relação às terras indígenas, foi consultada a base cartográfica da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai para identificação das terras homologadas (delimitadas), não homologada, em estudo, entre outras.

De acordo com o Decreto Federal nº 1.775/1996, as TIs delimitadas referem-se às terras cujos estudos foram aprovados pela presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), com sua conclusão publicada no Diário Oficial da União – DOU e do estado, e que se encontram em fase do contraditório ou em análise no Ministério da Justiça para definição acerca da expedição de portaria declaratória da posse da TI. Após esta etapa, a TI passa a ser declarada, homologada e, por fim, regularizadas.

Destaca-se que a Portaria Interministerial nº 60/2015, que estabelece os procedimentos administrativos que orientam a atuação de órgãos intervenientes no licenciamento ambiental, tais como a Funai, estipula a distância mínima de 5 km entre terras indígenas e linhas de transmissão, que consiste no limite para submeter o empreendimento ao licenciamento ambiental, posto que pode ocasionar impacto socioambiental direto na terra indígena.

Em consulta à base cartográfica da Funai, verificou-se que não há terras indígenas que distam menos de 5 km do empreendimento. A TI Ofayé-Xavante está situada no município de Brasilândia, distando 130 km do empreendimento. Salienta-se que foi solicitada à Funai de Mato Grosso do Sul a manifestação sobre a não interferência do empreendimento em terras indígenas. Por meio de e-mail registrado no dia 08 de março de 2024, a Coordenação Regional de Campo Grande desta autarquia informou que “Conforme aponta pesquisa preliminar certificamos que não há incidência de Terra Indígena ou estudo nos limites dos municípios de Inocência e Selvíria. Portanto, não há que se falar em impacto ambiental a terras ou comunidades indígenas na jurisdição dessa Coordenação Regional por esse empreendimento na forma proposta no momento”.

3.12.2 Comunidades Remanescentes Quilombolas – CRQs

O termo comunidade quilombola é uma categoria jurídica utilizada pelo Estado brasileiro para designar a propriedade definitiva de comunidades negras rurais, dotadas de trajetória histórica e relações territoriais específicas. Os moradores destes territórios possuem ancestralidade negra relacionada ao período escravocrata (INCRA, 2017).

De acordo com o art. 2º do Decreto Federal 4.887/2003, “são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, (...) presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Em consulta à base cartográfica do INCRA para territórios quilombolas, foi constatado que a CRQ mais próxima do empreendimento dista mais de 250 km, localizada no município de Jaguari e denominada Comunidade Furnas Dionísio. Ainda, com o intuito de identificar comunidades que foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), ainda que não tenham o território regularizado e titulado pelo Incra, verificou-se que nos municípios da AII não existem comunidades certificadas.

3.12.3 Assentamentos Rurais

Com o intuito de verificar a sobreposição ou proximidade com áreas de assentamentos rurais, foi consultada a base cartográfica do Incra, a partir da qual foram identificados três projetos de assentamentos rurais (PAs) no entorno imediato na AII. A seguir apresenta os assentamentos rurais identificados nas áreas de influência, considerando características de seus territórios como área, localização e situação fundiária de acordo com as especificidades.

São três instruções normativas que regulamentam os processos administrativos relativos à política de regularização fundiária e reforma agrária, com base na Medida Provisória 910, Decreto Federal nº 10.165/2019 e Decreto Federal nº 10.166/2019. Assim, a IN nº 98/2019 trata dos procedimentos para a seleção de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); a IN nº 99/2019 dispõe sobre as normas para a Titulação dos Assentados e Consolidação de Assentamentos; e, por fim,

a IN nº 100/2019 estabelece diretrizes e procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais.

As etapas envolvidas no processo de regularização e consolidação de assentamentos rurais são:

- Criação dos projetos de assentamento: é feita por meio da publicação de uma portaria, na qual constam dados do imóvel, capacidade estimada de famílias, nome do projeto de assentamento e os próximos passos para sua instalação;
- Em instalação: as famílias assentadas recebem suas glebas para morar e exercer suas atividades produtivas;
- Em estruturação: elaboração de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA, no qual consta o planejamento de obras de infraestrutura;
- Em consolidação: execução do PDA e acesso à infraestrutura, créditos, assistência técnica etc.;
- Consolidado: conclusão dos investimentos e garantia de autossuficiência dos assentados.

Entre os três assentamentos existentes na AI, dois estão localizados no entorno imediato da AID, distando menos de 1 km do traçado do empreendimento. Desta forma, efetuou-se o processo de consulta junto ao Incra, na superintendência regional 16 de Campo Grande, solicitando a manifestação desta autarquia sobre possíveis interferências do empreendimento nas áreas do PA Alecrim e PA São Joaquim.

Sob o processo nº 54000.024122/2024-04, gerado no dia 22 de fevereiro de 2024, a superintendência do Incra manifestou que “o imóvel em questão não incide em áreas de Projeto de Assentamento do Incra e remanescentes de Comunidades Quilombolas, conforme Planta da Linha de Transmissão LT 2230 kV”. A análise feita pela referida autarquia está disponível no Anexo 20. Portanto, destaca-se que o empreendimento não afetará diretamente assentamentos rurais.

Foram efetuadas visitas *in loco* ao PA Alecrim, cujos resultados estão dispostos no Apêndice 7.

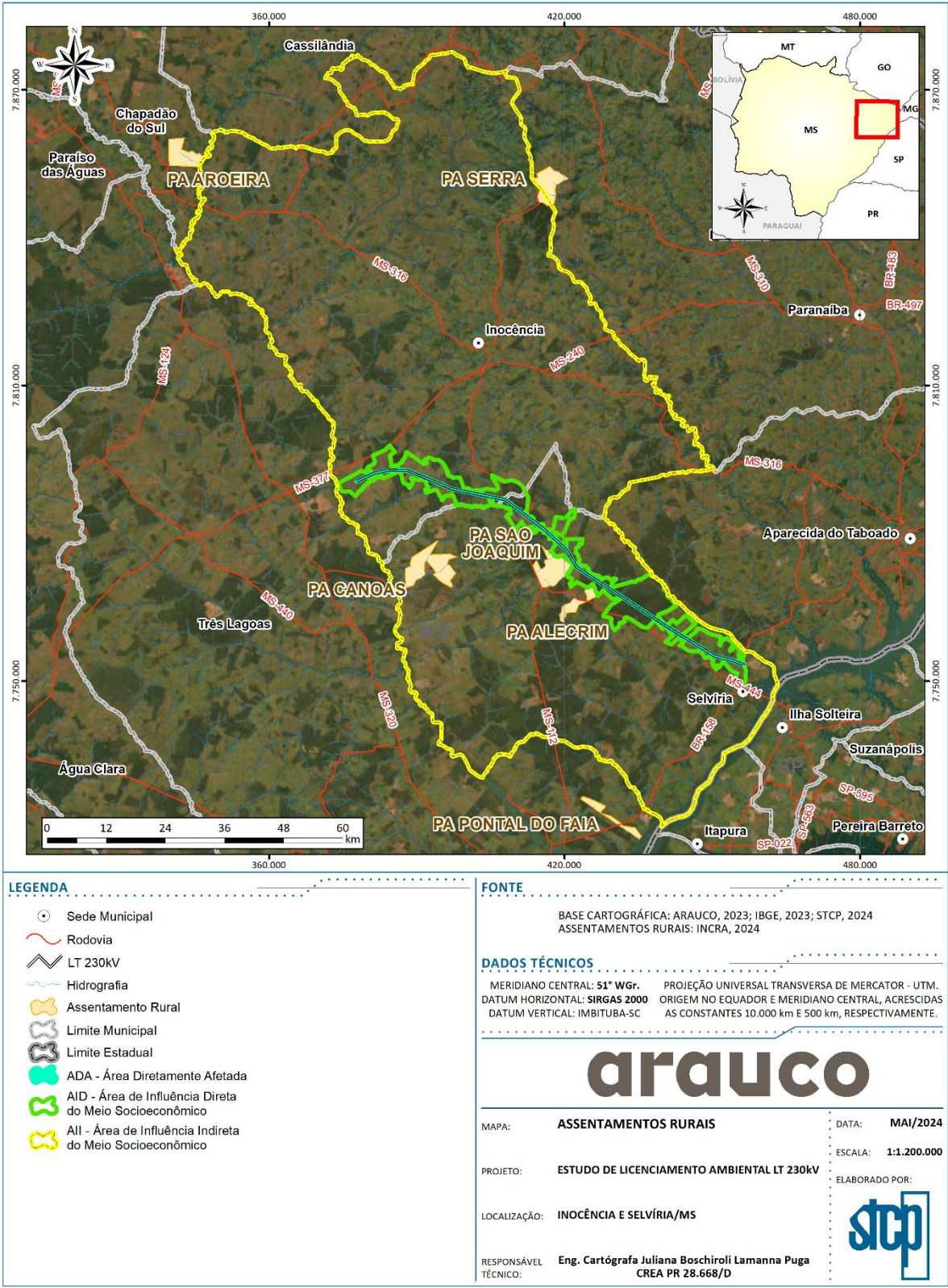


Tabela 19. Assentamentos rurais na AI

NOME DO PA	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADAS	CRIAÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA TOTAL (HA)	DISTÂNCIA DA LT (KM)
PA Alecrim	Selvória	87	82	07/12/2006	Desapropriada	1.504,52	1
PA São Joaquim	Selvória	181	177	15/10/2008	Desapropriada	3.516,54	0,3
PA Canoas	Selvória	184	184	28/12/2007	Desapropriação	4.773,08	10,7

Fonte: INCRA, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Figura 60. Assentamentos rurais na AII.



Fonte: INCRA, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.13 Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

De acordo com a art. 216 da Constituição Federal de 1988, patrimônio cultural é definido como:

(...) os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Ainda de acordo com a referida legislação, constituem patrimônio cultural as formas de expressão; saberes; os modos de conhecer, criar e fazer; as criações artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

3.13.1 Sítios Arqueológicos

Segundo a Lei Federal nº 3.924/1961, o patrimônio arqueológico é constituído por:

Art. 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleontográfico;
- d) As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (BRASIL, 1961).

O potencial arqueológico dos municípios de Inocência e Selvíria está diretamente ligado às pesquisas arqueológicas nas Sub-bacias do Rio Sucuriú e Rio Quitéria, ao qual fazem parte. Destaca-se que, a região vem sendo pesquisada, no âmbito de pesquisas arqueológicas com fulcro acadêmicas e de Licenciamento Cultural, sendo que os dados sobre sítios arqueológicos e ocorrências são oriundos dessas fontes, no que se pode conceituar de médio e alto potencial arqueológico, assim como o estado de Mato Grosso do Sul com pesquisas desenvolvidas a partir da década de 1980.

Atualmente, em consulta ao banco de dados on-line do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o estado de Mato Grosso do Sul possui imenso potencial arqueológico contando com um total de 674 sítios arqueológicos disponíveis para consulta.

Nas Sub-bacias do Rio Sucuriú e Rio Quitéria, segundo CNSA do Iphan existem registros 106 sítios arqueológicos, com presença de materiais cerâmicos, líticos e históricos. Destaca-se que na região

também são recorrentes a presença de sítios com registros rupestres. A Tabela 20 indica a quantidade de sítios distribuídos entre as sub-bacias.

Tabela 20. Tabela de sítios arqueológicos registrados nas Sub-bacias do Rio Sucuriú e Rio Quitéria

MUNICÍPIO	SUB-BACIA	QUANTIDADE DE SÍTIOS
Água Clara	Sucuriú	21
Cassilândia	Sucuriú	03
Chapadão do Sul	Sucuriú	14
Costa Rica	Sucuriú	07
Figueirão	Sucuriú	0
Inocência	Sucuriú e Quitéria	04
Paraíso das Águas	Sucuriú	03
Três Lagoas	Sucuriú	54
Selvéria	Sucuriú e Quitéria	0
Aparecida do Taboado	Quitéria	0
Total		106

Fonte: CNSA/SICG, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Com o intuito de identificar bens acautelados em âmbito federal nas áreas de influência do empreendimento, foi realizado um levantamento de dados secundários no dia 25 de março de 2024, no site do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/SGPA), vinculado ao Iphan. Foram identificados quatro sítios arqueológicos na AI, conforme listados na Tabela 21 e indicados na Figura 61.

Em paralelo ao presente EIA, estão sendo conduzidos os estudos arqueológicos pertinentes ao empreendimento para a anuência do Iphan quanto ao licenciamento ambiental, consoante à Instrução Normativa Iphan nº 01/2015, sob o processo Iphan nº 014001.00035/2024-74.

Conforme o Parecer Técnico nº 02/2024 – IPHAN-MS/DIVTEC IPHAN-MS/IPHAN, referente à análise da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) acerca da verificação da ocorrência de bens arqueológicos, com base na IN Iphan nº 01/2015, o empreendimento foi enquadrado no nível IV. Este nível é definido na referida IN como “de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase da Licença Prévia ou equivalente”.

Assim, conforme o Termo de Referência Específico (TRE) do Iphan nº 6/2024/DIVTEC IPHAN-MS/IPHAN-MS emitido, o empreendedor deve apresentar ao Iphan o Projeto de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA) e respectivo Relatório de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA). Ressalta-se que o PAPIPA está em processo de elaboração em paralelo ao presente EIA

Salienta-se que, em paralelo ao presente EIA, estão sendo conduzidos os estudos arqueológicos pertinentes ao empreendimento para a anuência do Iphan quanto ao licenciamento ambiental, consoante à Instrução Normativa Iphan nº 01/2015, sob o processo Iphan nº 014001.00035/2024-74.

Conforme o Parecer Técnico nº 02/2024 – IPHAN-MS/DIVTEC IPHAN-MS/IPHAN, referente à análise da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) acerca da verificação da ocorrência de bens arqueológicos, com base na IN Iphan nº 01/2015, o empreendimento foi enquadrado no nível IV. Este nível é definido na referida IN como “de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase da Licença Prévia ou equivalente”.

Assim, conforme o Termo de Referência Específico (TRE) do Iphan nº 6/2024/DIVTEC IPHAN-MS/IPHAN-MS emitido, o empreendedor deve apresentar ao Iphan o Projeto de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA) e respectivo Relatório de Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA). Ressalta-se que o PAPIPA está em processo de elaboração em paralelo ao presente EIA.



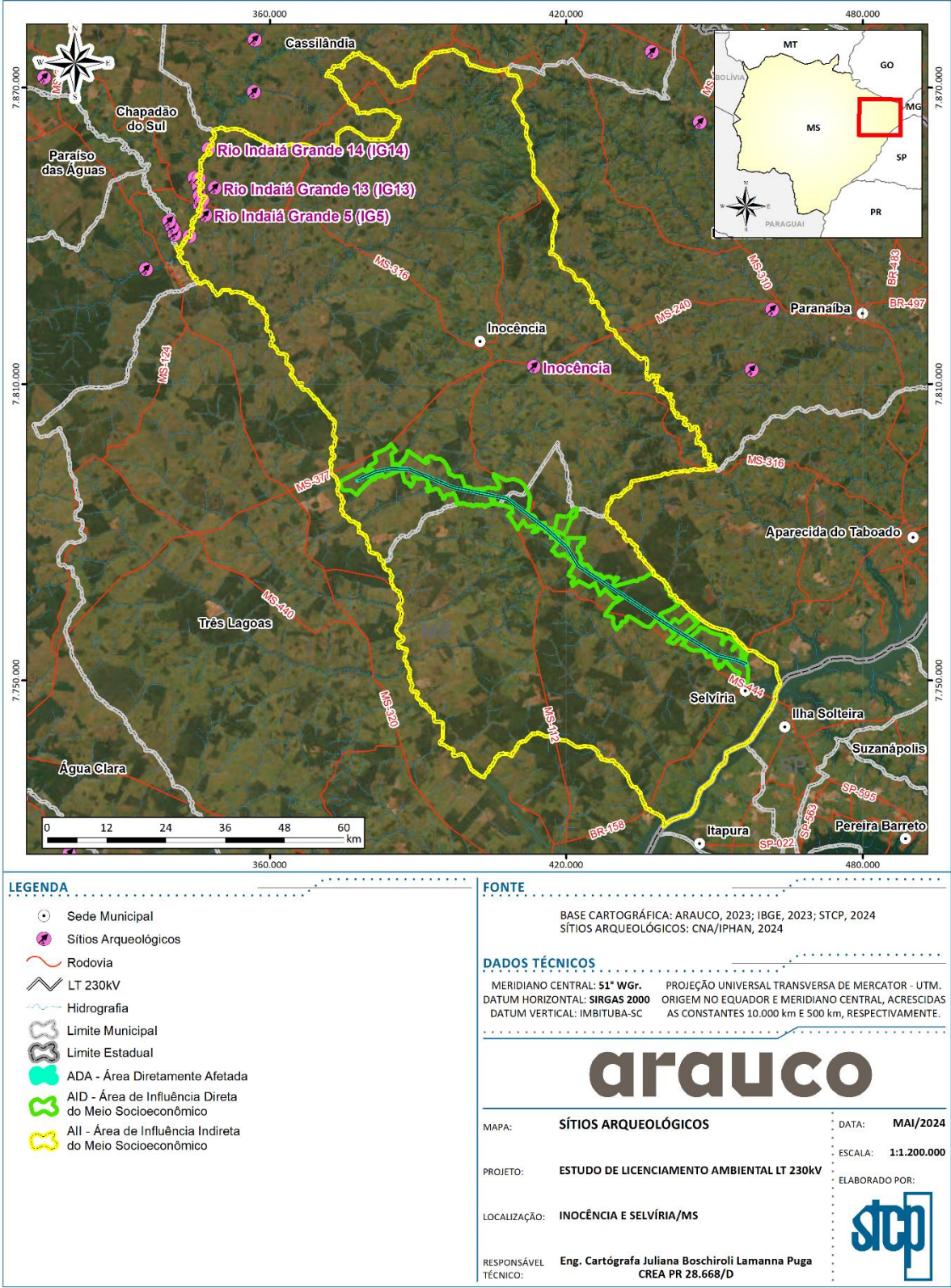
Tabela 21. Sítios arqueológicos na All.

NOME DO SÍTIO	CÓDIGO CNSA	MUNICÍPIO	TRADIÇÃO	TIPO DE SÍTIO	ARTEFATOS	CATEGORIA 1	CATEGORIA 2	EXPOSIÇÃO
Inocência	MS00485	Inocência	-	Oficina lítica	Lítico lascado	Unicomponencial	Pré-colonial	Céu aberto
Rio Indaiá 5 (IG5)	MS00691	Inocência	-	-	Lítico lascado	Unicomponencial	Pré-colonial	Céu aberto
Rio Indaiá Grande 13	MS00699	Inocência	-	-	Lítico lascado	Unicomponencial	Pré-colonial	Céu aberto
Rio Indaiá Grande 14 (IG14)	MS00700	Inocência	-	-	Lítico lascado	Unicomponencial	Pré-colonial	Céu aberto

Fonte: CNSA/IPHAN, 2024 adaptado por STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Figura 61. Sítios arqueológicos na AI.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

3.13.2 Patrimônio Material

Considerando as distinções conceituais entre patrimônio “material” e “imaterial”, o ordenamento jurídico prevê procedimentos administrativos diferenciados para a proteção e salvaguarda de cada tipologia de patrimônio. No que se refere ao patrimônio material, desde o Decreto-lei Federal nº 25/1937 o tombamento é o principal instrumento de proteção utilizado. No caso do patrimônio imaterial, seu reconhecimento e proteção se dão por meio de registro, cujo procedimento foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.551/2000.

No que se refere a bens tombados de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental, foram consultados os Livros do Tombo do IPHAN. Nos municípios da AI não existem bens tombados. Conforme manifestado no Parecer Técnico nº 11/2023/DIVTEC IPHAN-MS/IPHAN-MS, referente à análise da FCA do empreendimento para verificação de ocorrência de bens tombados ou de bens em processo de tombamento nas áreas de influência, destaca-se que “não há óbices quanto à continuidade dos estudos relacionados à implantação do referido empreendimento”. A ADA não se sobrepõe a áreas de bens tombados, bens em processo de tombamento, poligonais de entorno de bem tombado e de bens valores como patrimônio cultural em âmbito federal.

A nível estadual, os patrimônios culturais estão sob avaliação e proteção da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Contudo, não há bens tombados em âmbito estadual na AI. Ainda, a nível municipal não há bens tombados por parte das prefeituras dos municípios de Selvíria e Inocência.

3.13.3 Patrimônio Imaterial

A institucionalização do processo de registro passou a reconhecer como parte do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial os componentes humanos, os atores sociais, representantes, conhecedores e criadores de manifestações culturais. Para além da dimensão material, o patrimônio imaterial passou a abarcar saberes, modos de fazer, formas de expressão e a diversidade linguística. Ressalta-se que a atenção recai às manifestações da cultura popular por compreender que estas foram cruciais na formação da sociedade brasileira, enquanto portadoras de sua tradição e identidade.

Com base nos Livros de Registro do Iphan, os bens culturais de natureza imaterial registrados em âmbito federal no Mato Grosso do Sul são:

- Ofício das baianas de acarajé (Livro de Registro dos Saberes, 14/01/2005);
- Roda de capoeira e ofício dos mestres de capoeira (Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Saberes, 21/10/2008);
- Modo de fazer viola de cocho (Livro de Registro dos Saberes, 24/01/2004);
- Celebração do banho de São João de Corumbá e Ladário (Livro de Registro das Celebrações, 19/05/2021).

De acordo com o Iphan (2009), a Viola-de-Cocho é um instrumento musical singular quanto à forma e sonoridade, produzido exclusivamente de forma artesanal, com a utilização de matérias-primas existentes na Região Centro-Oeste do Brasil (Figura 62). É parte de uma realidade ecológica e sociocultural construída historicamente pelos sucessivos grupos sociais que vêm ocupando os atuais estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em suas relações de troca com o meio natural e com a sociedade envolvente. Seu nome deve-se à técnica de escavação da caixa de ressonância da viola em

uma tora de madeira inteiriça, mesma técnica utilizada na fabricação de cochos (recipientes em que é depositado o alimento para o gado). A produção de violas-de-cocho é realizada por mestres cururueiros, seja para uso próprio, seja para atender à demanda do mercado local, também constituída por cururueiros e mestres da dança do siriri.

Figura 62. À esquerda, confecção da Viola-de-Cocho, à direita representação da Viola-de-Cocho



Fonte: IPHAN, 2009 adaptado por STCP Engenharia de Projeto, 2024.

Segundo Tamiozzo et al. (2005), a historiografia aponta referências ao uso da viola-de-cocho em notícias do século XIX, nos registros realizados pelo etnólogo alemão Karl Von den Steinen a respeito das festas do cururu e da viola-de-cocho que ocorriam notadamente na região de Rosário Oeste e Cuiabá, realizadas pelos índios Guatós. Ela era descrita como um violino de cordas de tripa, feito de madeira de salgueiro, chamado Koschó e como violino de cordas de arame. Mas foi Max Schmidt, outro etnólogo alemão, que registrou o que mais se aproximou à versão da viola-de-cocho atual, utilizada pelos índios Guatós na prática do cururu.

À Viola-de-Cocho é elemento presente e indispensável em várias manifestações e expressões da cultura popular dessa região, como o boi a serra, dança de São Gonçalo, folião, ladainha, rasqueado limpa banco (ou rasqueado cuiabano), e em festas religiosas tradicionais realizadas por devotos associados em irmandades. A Viola-de-Cocho é empregada nas rodas de cururu e de siriri que ocorrem em festividades locais, como dias santificados, casamentos, aniversários, bem como em festas organizadas para pagamento de promessas. As manifestações e expressões associadas ao bem cultural Viola-de-Cocho encontram-se devidamente relacionadas e registradas, com as devidas menções sobre os contextos de ocorrência e seus elementos integrantes, tais como: músicas, artesanato, comidas e rituais, papéis desempenhados pelos participantes nas celebrações e festas, entre outros (IPHAN, 2009).

Quanto ao Banho de São João é uma celebração religiosa e festiva que acontece na passagem do dia 23 para o dia 24 de junho nos municípios de Corumbá e Ladário no Mato Grosso do Sul. O momento que distingue essa festa pantaneira ocorre quando uma série de procissões se dirige até o rio Paraguai

e banha a imagem de São João nas águas do rio. Esse momento festivo de verter água sobre São João transformaria o rio Paraguai nas águas milagrosas do Rio Jordão, onde o santo teria sido batizado. A relação com as águas do rio Paraguai é fundamental na cosmologia dessa celebração joanina, pois esse ritual religioso de devoção, júbilo e alegria coincide com o ciclo das águas e marca o início de um novo ciclo da natureza no Pantanal, com o aumento das áreas de pastagem e abundância de peixe (IPHAN, 2019).

De acordo com o Parecer Técnico nº 09/2024/DIVTEC IPHAN-MS/IPHAN-MS, que analisa a Ficha de Caracterização do empreendimento com vistas à verificação da ocorrência de bens culturais imateriais Registrados em sua área de abrangência, entende-se “ser dispensável, neste momento, a apresentação do Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Imaterial (RAIPI) para o empreendimento”.

Contudo, o referido documento declamara “considerando a natureza dinâmica dos bens imateriais, na hipótese de o empreendedor verificar a ocorrência de produção e reprodução de bens culturais registrados, notadamente os de abrangência nacional e regional, apontados no parágrafo 3.5 deste Parecer, nas áreas do empreendimento, o Iphan deverá ser imediatamente comunidade”.

3.14 Lazer, Turismo e Cultura

Inocência é parte da região do Vale do Aporé, que engloba os municípios de Água Clara, Cassilândia, Chapadão do Sul e Paranaíba. A cidade oferece diversas atividades de ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e contemplação da natureza, incluindo a visita à cachoeira do Toco Preto.

Um dos principais atrativos de Inocência é a tradicional Festa do Peão, organizada pela COFAPI (Comissão Organizadora da Festa do Peão). O evento ocorre durante as festividades de aniversário do município, em abril, e promove dias de comemoração com shows e rodeios. Edições anteriores reuniram cerca de 9 mil pessoas e contaram com transmissão ao vivo para outros municípios. A prefeitura auxilia com subvenções.

Em conversa com a Secretaria de Cultura, Lazer e Turismo, o atual secretário Laerte, que está há 4 anos no cargo, destacou que uma das primeiras atrações turísticas mais estruturada pelo município, o Rancho Pantaneiro, será inaugurado em breve. O acesso será pela MS-112, e permitirá explorar mais a fundo o potencial turístico natural da cidade. Ele também mencionou que recentemente estiveram em reunião com o governo estadual, e que apenas agora começaram a estruturar melhor o turismo no município.

Na sede urbana de Inocência, há a existência da Concha Acústica, onde são realizados eventos organizados pela prefeitura. A secretaria promove carnaval, apresentações, churrasco comunitário, fanfarra, festa junina, distribuição de cestas de Natal e outros itens em parceria com demais secretarias.

O município conta com dois ginásios de esporte disponíveis, uma quadra sintética, um estádio com iluminação e arquibancada. Há também duas quadras de areia particulares. No entanto, essas instalações estão no limite e precisam ser ampliadas. O secretário enfatizou a necessidade de investir em esporte, pois a cidade carece de estrutura e apoio. Ele ressaltou a importância de as empresas

auxiliarem nesse aspecto. Atualmente, foram adquiridos três playgrounds, e mais três serão instalados no próximo ano para o público infantil.

Os respondentes dos questionários da AID relataram que a atividade de lazer mais realizada é a pesca, resposta que apareceu quatro vezes. Outras atividades citadas incluem o uso da internet, jogar futebol na vila e participar de provas de laço com cavalos. A maioria dos respondentes afirmou que não há atividades de lazer ou turismo, sendo os finais de semana dedicados principalmente ao descanso das atividades da fazenda.

3.15 Organização Social

No tópico referente a organização social, são descritas as interações realizadas com a comunidade, incluindo reuniões e contatos, destacando suas principais reivindicações e preocupações com o empreendimento. A percepção dos moradores em relação à região e suas expectativas quanto à implantação da LT são caracterizadas. Os contatos, conforme descritos no item 1.1.1, visaram identificar possíveis conflitos de interesse, realizando um levantamento das reclamações da população do entorno. Portanto, serão apresentadas, de maneira geral, as percepções identificadas na AII por meio das instituições qualificadas entrevistadas, e posteriormente os dados obtidos para a AID.

3.15.1 Percepções sobre o Empreendimento na AII

A percepção da AII foi obtida por meio de respondentes qualificados identificados nos municípios de Selvíria e Inocência, que mantinham relações ou contextos de interação com o empreendimento. A Tabela 22 apresenta a relação dos entrevistados, respondentes e suas respectivas funções.

Tabela 22. Relação de Entrevistados na AII

INSTITUIÇÃO	RESPONDENTE	FUNÇÃO
Assentamento Alecrim	Francisco Bastos Sobrinho	Morador
Secretaria de Agricultura de Selvíria - MS	Reginaldo Alves Favaretto	Secretário
Secretaria de Infraestrutura e obras de Inocência - MS	Igor Santos Vougado	Secretário
Procuradoria do Município de Inocência – MS	Paula Carosio	Procuradora
Sindicato do Trabalhador Rural de Selvíria - MS	Washigton Luiz Santos	Presidente
Associação dos Produtores do Assentamento Alecrim	Gisele dos Santos Saran	Presidente
Prefeitura Municipal de Selvíria -MS	Jaime Soares Ferreira	Vice-Prefeito

Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

As entrevistas detalhadas estão anexadas, e um resumo das percepções, dividido entre impactos positivos, indiferentes e negativos, é apresentado na Tabela 23.

Tabela 23. Impactos e classificação elencados nas entrevistas da AII

IMPACTOS POSITIVOS	INDIFERENTE	IMPACTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> A possibilidade de aumentar a clientela com a presença de mais trabalhadores na região, e a oportunidade de estabelecer parcerias com a Arauco. 	<ul style="list-style-type: none"> A instalação não trará benefícios diretos para a comunidade, pois as atividades não serão direcionadas aos moradores. A instalação não interferirá nas operações 	<ul style="list-style-type: none"> O município está enfrentando dificuldades para encontrar mão de obra para os serviços municipais. Atualmente, o município não possui estrutura

IMPACTOS POSITIVOS	INDIFERENTE	IMPACTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> A possibilidade de novos projetos semelhantes em parceria com a região. A oportunidade de gerar mais empregos na região e beneficiar os produtores por meio de parcerias, promovendo um crescimento mais qualificado. A implementação de projetos dentro do município que beneficiem as áreas de educação. A possibilidade de empregar um número maior de pessoas, incluindo aquelas que hoje moram no assentamento. Durante a instalação da LT, a possibilidade de gerar oportunidades na rede hoteleira, lanches e bares. 	<p>atualmente desempenhadas na região.</p> <ul style="list-style-type: none"> O pequeno produtor não tem impacto na perda de áreas produtivas, e apenas cita que esse é um problema em áreas de eucalipto. 	<p>predial suficiente para acomodar o número de pessoas que se mudarão para a região.</p> <ul style="list-style-type: none"> Há uma necessidade de melhorias nos aspectos de transporte e infraestrutura viária. A propriedade se torna improdutiva especialmente nas propriedades de eucalipto, onde há o traçado da LT. Os benefícios da instalação da fábrica serão desfrutados apenas pelo município de Inocência Necessidade de maior comunicação entre a Arauco e os demais órgãos municipais.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Ao manifestar essas percepções sobre possíveis interferências do empreendimento em suas diferentes fases (de planejamento, instalação e operação), a maioria dos respondentes se refere ao funcionamento da fábrica e não especificamente à instalação da LT. A opinião predominante em relação à LT é que os impactos que ela pode gerar são insignificantes para o município, uma vez que seu traçado não coincide com nenhum equipamento de uso público ou infraestrutura, não cria uma interferência paisagística nos municípios ou nas comunidades ao redor, e é uma questão essencialmente a ser discutida com os proprietários das áreas para fins de compensação.

Entre os impactos positivos, há uma percepção de um aumento no número de empregos gerados pela instalação da LT. Os demais impactos positivos estão ligados ao funcionamento da fábrica, com o aumento do dinamismo econômico da região, a criação de novos cargos e a implementação de programas e atividades de compensação tanto nos municípios quanto nos assentamentos. Estímulos à produção local, contratações, qualificação da mão de obra, parcerias com atividades de educação, saúde, cultura e lazer são algumas das possíveis atividades de compensação que são esperadas.

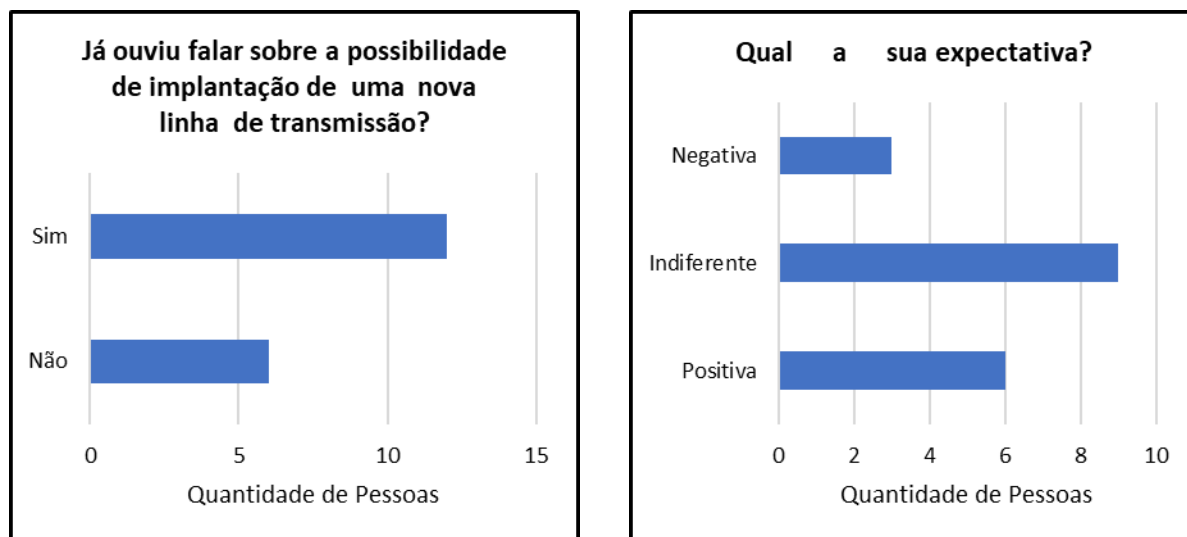
Os impactos negativos referentes à LT são a improdutividade da área por onde o traçado passará, especialmente no caso das fazendas de eucaliptos. Em relação à instalação da fábrica, os respondentes identificaram diversas questões, enfatizando a necessidade de melhorias na infraestrutura do município de Inocência, especialmente em saúde e educação. Também foi apresentada a necessidade de um ponto fixo de comunicação na cidade para um diálogo mais próximo entre a Arauco e os órgãos da prefeitura, ouvindo sugestões e reclamações dos moradores e esclarecendo as dúvidas que podem surgir em relação ao empreendimento.

3.15.2 Percepções sobre o Empreendimento na AID

Durante as entrevistas, os residentes na AID foram questionados sobre a possibilidade de implantação da linha de transmissão em suas propriedades. Dos respondentes, 33% afirmaram não ter conhecimento sobre a instalação do empreendimento, enquanto o restante já tinha conhecimento devido à comunicação prévia realizada na propriedade durante as fases de estudo dos traçados da LT.

Em seguida, a equipe de campo realizou uma apresentação sobre o empreendimento, detalhando as condições de instalação e sua localização na propriedade. Após a apresentação, foi realizada a próxima questão do formulário sobre as expectativas dos residentes em relação ao empreendimento. As respostas foram variadas: metade dos entrevistados se mostrou indiferente à instalação, 33% viram a instalação do empreendimento como positiva e 16% tiveram uma reação negativa à instalação, conforme apresentado na Figura 63.

Figura 63. Resumo dos dados sobre a percepção dos residentes na AID



Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

As respostas dos entrevistados variaram de acordo com o tempo de residência na localidade e a função que desempenham na fazenda. Eles relacionaram o impacto da construção da LT principalmente a uma questão comercial de desapropriação da terra. Um resumo das respostas obtidas é apresentado na Tabela 24.

Tabela 24. Impactos e classificação elencados nas entrevistas da AID

IMPACTOS POSITIVOS	INDIFERENTE	IMPACTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> A situação pode ser boa para a cidade. Pode haver melhorias no transporte e no asfaltamento. A distribuição de energia para as fazendas seria benéfica. Seria bom se pudesse instalar energia na fazenda, pois a energia acaba com frequência. A cidade de Selvíria poderia se beneficiar de uma renda extra, embora a estrutura do município não seja tão boa. 	<ul style="list-style-type: none"> Quem mora no local a trabalho não possui poder de influência. A energia é apenas para a fábrica e não traz benefícios nem malefícios para os moradores. É uma questão apenas comercial com o proprietário. Não haverá recebimentos para os trabalhadores das fazendas. 	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de atender as necessidades de saúde do município. A estrada municipal de Inocência tem uma curva acentuada que os caminhões não conseguem fazer, aumentando o risco de acidentes pelo aumento do tráfego. A instalação pode causar desconforto e conflitos, além de transtornos durante a montagem. Se a instalação passar sobre o curral ou o bebedouro, pode haver problemas como pessoas passando, porteiras abertas e mistura de gado. A perda de área e os transtornos durante a instalação podem impactar economicamente a fazenda. Quanto maior a produtividade da fazenda, melhor a receita das pessoas que vivem na área, portanto, pode haver uma perda de salário. Há o risco de quebra de fios, que podem cair sobre o gado. A proximidade da instalação com a porta de casa pode causar incômodo. Durante a instalação, o aumento do tráfego

IMPACTOS POSITIVOS	INDIFERENTE	IMPACTOS NEGATIVOS
		<p>pode causar movimentação, mas isso não deve ter impacto no pós-instalação. No entanto, o impacto ambiental é citado como uma consequência negativa, por exemplo, poluição dos rios.</p> <ul style="list-style-type: none"> A LT pode resultar em perdas econômicas para algumas propriedades. Exemplo citado de uma outorga aprovada e um projeto em andamento para um pivô central de irrigação dentro de sua propriedade, que será comprometido pela LT.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos, 2024.

Assim como observado nas respostas dadas pelas instituições da AII, os moradores na AID têm dificuldade em distinguir os impactos referente a LT e os da instalação da fábrica. As respostas que atribuíram uma expectativa indiferente consideram apenas a instalação da linha na propriedade e não conseguem identificar quaisquer impactos que isso possa ter no dia a dia, seja positivo ou negativo. Eles afirmam que essa é uma questão a ser resolvida com o proprietário da localidade, reiterando que estão ali apenas na condição de trabalhadores, prestando um serviço temporário para esse local.

As afirmações de que a LT será positiva abrangem a consideração de que essa é necessária para o funcionamento da fábrica de celulose e, portanto, pode futuramente gerar empregos, beneficiar o município com melhorias no asfaltamento e condições de fornecimento de energia elétrica para as fazendas.

Quanto ao entendimento de perspectivas negativas da LT, as respostas na AID consideraram que o principal impacto está circunscrito ao momento da instalação do empreendimento. Será necessário uma articulação e comunicação com as propriedades para que essa seja feita de forma a não atrapalhar nas atividades do manejo do gado. Outra questão fortemente levantada é a perda de produtividade que isso pode resultar nessas localidades e a expectativa por valores referentes à desapropriação da área para a instalação.



CONSULTORIA
ENGENHARIA
GERENCIAMENTO

© STCP Engenharia de Projetos Ltda. Todos os direitos reservados.

Todos os direitos de cópia, publicação, transmissão e/ou recuperação de todo ou parte por qualquer meio ou para todo o propósito, exceto por bona fide cópia pela contratante deste documento, como se expressa no título, são reservados.

STCP Engenharia de Projetos Ltda.

Rua Euzébio da Motta, 450, Juvevê
Curitiba/PR - 80530-260 - +55 41 3252-5861

www.stcp.com.br |    